

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA STRICTU SENSU**

**VALÉRIA ANDRADE LEAL**

**PASTORAL ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO:  
O LUGAR DA PALAVRA DE DEUS**

**CURITIBA**

**2014**

**VALÉRIA ANDRADE LEAL**

**PASTORAL ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO:  
O LUGAR DA PALAVRA DE DEUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia Área de concentração: Teologia e Sociedade, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

**CURITIBA**

**2014**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR

Biblioteca Central

L435p  
2014 Leal, Valéria Andrade  
Pastoral escolar no ensino médio: o lugar da Palavra de Deus / Valéria  
Andrade Leal; orientador, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. -- 2014  
150 f. : 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2014.  
Bibliografia: f. 138-144

1. Ensino religioso - Estudo e ensino. 2. Ensino médio. 3. Escolas católicas.  
4. Deus – Doutrina bíblica. 5. Bíblia – Estudo e ensino. I. Junqueira, Sérgio  
Rogério Azevedo. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 377.1



Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Centro de Teologia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Teologia

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 076  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TEOLOGIA**

**Valéria Andrade Leal**

Aos trinta e um dias, do mês de março de dois mil e catorze, às dezesseis horas, reuniu-se na Sala de Defesa - Primeiro Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, José Luiz Dietrich e Matthias Grenzer para examinar a Dissertação da candidata, **Valéria Andrade Leal** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e doze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **“PASTORAL E EVANGELIZAÇÃO JUVENIL: O LUGAR DA PALAVRA DE DEUS”**

A candidata fez uma exposição sumária da Dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17 h 30 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira \_\_\_\_\_

Presidente/Orientador - PUCPR

Prof. Dr. Luiz José Dietrich \_\_\_\_\_

Convidado Interno - PUCPR

Prof. Dr. Matthias Grenzer \_\_\_\_\_

Convidado Externo – PUCSP

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR



A Deus que se revela  
e se comunica na Palavra  
que me inspira e me orienta.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira pelo incentivo, dedicação e amizade.

Ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus por me proporcionar a realização desta etapa.

Aos familiares e amigos que com carinho incentivam e acreditam no meu trabalho.

À equipe de agentes de pastoral escolar do SAGRADO – Rede de Educação - pela parceria e contribuição com esta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós- Graduação em Teologia, por tudo o que aprendi com cada um.

... exorto todos os fiéis a redescobrirem o encontro pessoal e comunitário com Cristo, Verbo da Vida, que se tornou visível, a se fazerem seus anunciadores, para que o dom da vida divina, a comunhão, se dilate cada vez mais pelo mundo inteiro (VD 1).

## RESUMO

A presente pesquisa qualitativa teve como objetivo primário averiguar a relevância da Palavra de Deus, nas ações da pastoral escolar, no Ensino Médio, a partir da Sagrada Escritura. Por meio de entrevistas e relatos de experiências, realizados com os agentes de pastoral escolar, procurou-se, ainda, investigar a compreensão destes, sobre Sagrada Escritura e Palavra de Deus; analisar as estratégias e recursos utilizados na aplicação de perícopes bíblicas; compreender a percepção dos agentes acerca das respostas dos estudantes às propostas pastorais a partir da Sagrada Escritura; e propor possibilidades para a animação bíblica da pastoral escolar. Serviram como base documentos da Igreja Católica, que apontam para a evangelização a partir do encontro pessoal com Jesus Cristo (DAp) e a animação bíblica da pastoral (VD e DGAE 2011-2015). Os resultados da pesquisa, apresentaram as oportunidades e desafios, encontrados no trabalho pastoral com adolescentes e jovens e apontaram para a necessidade de aperfeiçoar a formação bíblica do agente de pastoral. Frente a isso, apresenta-se como proposta para a ação evangelizadora e educativa, na Escola Católica, a construção de um “pensar bíblico”. Isto, supostamente, acarretaria a efetivação da animação bíblica da pastoral e da vida, a começar por um projeto de formação para os agentes de pastoral escolar, e depois, para todos os educadores. O “pensar bíblico” implica em partir da ótica da Bíblia, considerando todo seu processo de formação e sua variada constituição, para, na escola, buscar o encontro com Jesus Cristo e a atualização da Palavra de Deus, criando um ambiente propício à educação para uma vivência da fé amadurecida e comprometida com o outro.

**Palavras-chave:** Escola Católica. Pastoral Escolar. Sagrada Escritura. Animação Bíblica.



## ABSTRACT

This present qualitative research addresses the issue of the Sacred Scripture in school pastoral ministry acting in the Catholic school. The primary objective was to determine the relevance of God's Word in the actions of the pastoral school in High School coming from Holy Scripture. Through interviews and reports of experiments conducted with pastoral agents of a Catholic education network and based on the consulted literature, the aim was also to investigate the understanding of pastoral agents on Scripture and the Word of God, and to analyze the strategies resources used in the application of biblical pericopes, to understand the perception of pastoral ministry about the students responses to the pastoral proposals coming from the Scripture and offer possibilities for the biblical animation of the school pastoral. Served as background documents of the Catholic Church, which point to the evangelization from the personal encounter with Jesus Christ (DAp) and the biblical pastoral animation (VD and DGAE 2011-2015). The results of the survey, conducted by exposing some approaches having in hand the Scriptures, brought to light the opportunities and challenges encountered in pastoral work with young people and pointed to the need to improve the biblical formation of pastoral agents. Faced with this, is presented as a proposal for the evangelizing and educational activities at the Catholic school, the construction of a biblical "thinking" for fulfillment of biblical animation of pastoral and life, starting with a formation project for those working directly to the pastoral ministry and after that to all educators. The biblical "thinking" implies to go from the perspective of the Bible, considering all their training process and its varied composition at school, to seek the encounter with Jesus Christ and the update of the Word of God, creating an environment propitious to education for the experience of a mature faith and committed to the other.

**Keywords:** Catholic School. School Pastoral. Holy Scripture. Biblical Animation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Antigo Testamento
CEC	Congregação para Educação Católica
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe
Cf.	Conferir
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CL	<i>Christifidelis Laici</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DAp	Documento de Aparecida
DCE	<i>Deus caritas est</i>
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil
DREC	Dimensão Religiosa da Educação na Escola Católica
DV	<i>Dei Verbum</i>
EC	Escola Católica
EG	<i>Evangelii Gaudium</i>
EJEC	Educar juntos na Escola Católica
EN	<i>Evangelium Nuntiandi</i>
F	Feminino
GE	<i>Gravissimum Educationis</i>
GS.	<i>Gaudium et spes</i>
IBI	Intepretação da Bíblia na Igreja
Ibid.	Ibidem
LG	<i>Lumen Gentium</i>
M	Masculino
n.	Número
NT	Novo Testamento
PCME	As pessoas consagradas e sua missão na escola
PJC	Pastoral Juvenil Cleliana
RCC	Renovação Carismática Católica
SC	<i>Sacrossantum Concilium</i>
Séc.	Século
VD	<i>Verbum Domini</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>O TEXTO BÍBLICO NA IGREJA CATÓLICA: PERSPECTIVA PASTORAL</b>	16
2.1	TEXTO SAGRADO: REVELAÇÃO DIVINA E CONSTRUÇÃO HUMANA .....	17
2.1.1	<b>As origens do Antigo Testamento</b> .....	20
2.1.2	<b>A gênese do texto cristão</b> .....	25
2.2	APRENDER COM A HISTÓRIA .....	29
2.2.1	<b>Os primeiros séculos do cristianismo</b> .....	30
2.2.2	<b>Uma cultura bíblica</b> .....	33
2.2.3	<b>Desafios dos novos tempos</b> .....	39
2.2.4	<b>Sinais de esperança</b> .....	45
2.3	PERSPECTIVAS ATUAIS .....	50
<b>3</b>	<b>ESCOLA CATÓLICA: DESAFIO PÓS CONCILIAR</b> .....	55
3.1	VATICANO II: NOVO “SOPRO” NA EDUCAÇÃO CATÓLICA.....	56
3.1.1	<b>Ao frescor do Concílio</b> .....	61
3.1.2	<b>Ventos além-mar</b> .....	66
3.1.3	<b>A Escola Católica no Brasil</b> .....	71
3.2	PASTORAL ESCOLAR: IGREJA NA ESCOLA, ESCOLA NA IGREJA.....	74
3.2.1	<b>Protagonista e coadjuvante</b> .....	78
3.3	O JOVEM HOJE: UM MUNDO A SER DESCOBERTO .....	82
3.4	ANIMAÇÃO BÍBLICA: UM CAMINHO PARA PASTORAL ESCOLAR.....	88
<b>4</b>	<b>ESCOLA E ESCRITURA: ANÁLISE DA REALIDADE</b> .....	95
4.1	O UNIVERSO E METODOLOGIA DA PESQUISA .....	95
4.2	UM OLHAR PARA A REALIDADE .....	98
4.2.1	<b>A Sagrada Escritura e o agente de pastoral</b> .....	98
4.2.2	<b>A Bíblia na Pastoral Escolar</b> .....	102
4.2.3	<b>O que pensam os jovens</b> .....	109
4.3	UMA LEITURA CRÍTICA .....	114
4.3.1	<b>Agente de pastoral: teoria e prática</b> .....	114
4.3.2	<b>Sagrada Escritura e ações pastorais</b> .....	118
4.3.3	<b>A resposta do jovem</b> .....	122
4.4	MUDANÇA DE “PENSAR” – PROPOSTA PASTORAL.....	126
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134

<b>REFERENCIAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO .....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE III – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGENTES DE PASTORAL ESCOLAR.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE IV - RELATO DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>150</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Crescente consciência e renovado apelo pela “centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja” (VD 66) ressoam entre os católicos. Colocar a Palavra de Deus no centro significa estar em constante diálogo com Aquele que “tanto amou o mundo que deu Seu Filho único” (Jo 3,16), porque Ele mesmo se comunica e revela seu amor. Centralidade da Palavra quer dizer, também, dispor-se a um encontro pessoal com “Jesus Cristo, Sabedoria de Deus encarnada, Palavra eterna feita homem mortal” (VD 5). E, ainda, reconhecer que não se trata de uma palavra do passado, mas uma Palavra viva e atuante na história de cada cristão e deixar-se guiar, como comunidade de fé, pelo Espírito Santo que move a Igreja a ser servidora, promotora da “vida em abundância” (Jo 10,10b) para todos, especialmente para os “mais pequenos” (Mt 25,45).

Como resposta a este apelo, a Igreja Católica no Brasil conclama a todos, paróquias, movimentos, pastorais, leigos, clero, religiosos e religiosas, a uma “animação bíblica da pastoral e da vida” (CNBB, 2011, n. 53). Neste contexto se insere a Escola Católica enquanto participante da missão evangelizadora da Igreja a que pertence.

A Escola Católica, comprometida com a missão de evangelizar, assume a responsabilidade de oferecer uma educação integral, tendo Cristo como modelo de humano a ser assimilado e construído em si mesmo pelos estudantes (EC 35), “para que estes cooperem no bem de toda a sociedade” (GE 2). Atende crianças, adolescentes e jovens de diferentes lugares, classes sociais, costumes e comunidades religiosas. É marcada pela diversidade e pela busca de realizar, nesta realidade, o anúncio de Cristo “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), sentido que transforma e motiva para viver a solidariedade com todos.

Para melhor cumprir sua missão, muitas escolas católicas mantêm pastoral escolar, setor que responde diretamente pelas atividades confessionais entre estudantes, educadores, colaboradores e pais. Para desenvolver um trabalho sistematizado de evangelização na escola e da escola, a pastoral escolar estabelece metas, formas de atuação e avalia como as atividades evangelizadoras repercutem, ou seja, age segundo um plano objetivos definidos, fundamentação e metodologias próprias. Os articuladores desse plano são os agentes de pastoral, de quem se

exige clareza da missão da Escola Católica, domínio dos conteúdos da fé e adesão a Cristo que parte de uma profunda experiência de encontro com o Verbo de Deus, que compromete a servir e promover a vida de todas as pessoas.

A pastoral escolar da escola confessional católica foi o alvo da pesquisa<sup>1</sup> realizada, considerando, especialmente, o trabalho dos agentes de pastoral no Ensino Médio. Um primeiro olhar para a realidade instigou a pesquisadora a buscar maior compreensão acerca do lugar da Palavra de Deus na pastoral escolar em escolas confessionais católicas sabendo que a Igreja Católica busca a animação bíblica de toda pastoral. Da mesma forma, despertou interesse como os agentes de pastoral estariam preparados para ter a Palavra de Deus como centro de sua ação, bem como as possíveis respostas dos jovens do Ensino Médio às atividades pastorais pautadas na animação bíblica. Assim, de tipo qualitativo exploratório, o estudo não se fixou em dados quantificáveis, mas nos significados construídos pelos sujeitos acerca da Palavra de Deus na Escola Católica. O objetivo primário foi averiguar a relevância da Palavra de Deus nas ações da pastoral escolar no Ensino Médio a partir da Sagrada Escritura. Para este fim, procurou-se também investigar a compreensão dos agentes de pastoral sobre Sagrada Escritura e Palavra de Deus, analisar as estratégias e recursos utilizados na apresentação e aplicação de perícopes bíblicas, compreender a percepção dos agentes de pastoral acerca da resposta dos estudantes às propostas pastorais, a partir da Sagrada Escritura e propor possibilidades para a animação bíblica da pastoral escolar.

Fizeram parte da pesquisa agentes de pastoral escolar, atuantes em uma rede católica de educação, nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Nova Esperança. Todos envolvidos com atividades no Ensino Médio em suas escolas e com grupos de jovens desse nível de ensino. Embora houvesse colaboração entre leigos e religiosos no setor, foram selecionados apenas os leigos, dado o fato de que a formação religiosa fornece conceitos determinados acerca do tema abordado.

Após a delimitação do campo e sujeitos da pesquisa, buscou-se em fontes bibliográficas a construção realizada por diversos autores, sobre temas afins. As fontes constam de relatos históricos acerca da Palavra de Deus na comunidade

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa – CEP da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, em 03 mai. 2012, conforme parecer n. 17718. Houve atualizações no projeto a partir de sugestões da banca examinadora realizada em 22 out. 2013.

cristã e, sobretudo, de documentos da Igreja Católica pós-conciliares. Estes foram escolhidos porque, a partir da *Dei Verbum*, fruto do Concílio Vaticano II, surgiu um constante apelo ao retorno às fontes bíblicas na teologia e em todas as instâncias da ação evangelizadora. Os documentos posteriores, de âmbito universal e local, retomam e aprofundam o tema, buscando uma adaptação e atualização desse apelo em todos os âmbitos. Da área da psicologia e educação, buscou-se conhecer a realidade educacional dos adolescentes e jovens e, até mesmo, dos agentes de pastoral, para melhor compreender ações e reações apresentadas. Textos de teólogos, biblistas, educadores, psicólogos foram estudados à luz dos documentos da Igreja Católica, fornecendo ferramentas para análise de dados. A partir dessas pesquisas, constituíram-se os dois primeiros capítulos que compõem este ensaio. O primeiro apresenta, de forma breve, as origens do texto sagrado na comunidade de fé, especialmente a gênese do texto judaico-cristão. Procurou-se apresentar, em síntese, a formação da consciência da sacralidade do texto. Um olhar sobre alguns fatos e personagens da história cristã objetivou maior clareza do processo que resultou no apelo da animação bíblica da pastoral, como busca da centralidade da Palavra de Deus na vida e missão da Igreja Católica. No segundo capítulo, a atenção se voltou para a Escola Católica, inserida no contexto da renovação pós-Vaticano II. A literatura disponível também contribuiu para melhor entender a dinâmica da pastoral escolar e os sujeitos nela envolvidos, a saber, agentes de pastoral, adolescentes e jovens entre 14 e 19 anos, em média.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas e recolhidos relatos de experiências, feitos pelos agentes de pastoral com a Palavra de Deus, seguindo seus respectivos formulários. A entrevista foi aplicada conforme consentimento e agendamento do entrevistado, em lugar apropriado, longe de distrações, com duração média de 28 minutos, captada no gravador de voz e transcrita. As fichas de relatos de experiências foram entregues no momento da entrevista e recolhidas no prazo de seis meses. Por estes instrumentos foi possível considerar a ação e a percepção do agente de pastoral escolar sobre seu próprio agir. Nove foram os participantes.

Na análise de dados foram comparadas e sintetizadas informações colhidas nas fontes bibliográficas e na pesquisa de campo, organizando-os nos seguintes eixos temáticos: Palavra de Deus e agente de pastoral escolar, Palavra de Deus e

pastoral escolar, Palavra de Deus e estudantes do Ensino Médio. Durante todo o trabalho de compilação e verificação dos dados, teve-se presente o risco de compreensão equivocada, sobretudo, das entrevistas, visto que são subjetivas e passíveis de significação diferenciada do pesquisador.

No final da análise, segundo objetivo estabelecido, foi por bem propor possibilidades para animação bíblica na Escola Católica, a partir do fomento de um “pensar bíblico”, não apenas na pastoral escolar, mas em toda a unidade educacional; o quê significa colocar a Palavra de Deus no centro da ação educativa não apenas pela leitura e estudo da Sagrada Escritura, mas por uma nova forma de pensar, sentir e agir a partir da Palavra de Deus. Tê-la no centro do processo educativo significa amar e servir como Jesus e fazer acontecer o Reino de Deus em todas as pessoas e realidades. Para efetivação do “pensar bíblico”, apresentam-se chaves de leitura como base para elaboração de um plano de formação e oração, primeiro direcionado aos agentes de pastoral e depois a todos os educadores. Estas chaves levam em conta não apenas o texto bíblico, mas a atitude frente à Palavra de Deus e aos irmãos depois de lida. Busca-se uma nova mentalidade a partir da ótica bíblica que é diversificada, com personagens fora dos estereótipos religiosos e sociais, o que implica em uma mudança de paradigmas para uma escola mais sensível ao outro, mais acolhedora, mais cristã e testemunha do amor de Deus.

O universo da pesquisa é relativamente restrito, se comparadas às diversas realidades sociais e culturais do Brasil, bem como as inúmeras formas de ser Escola Católica na diversidade de carismas congregacionais, visto que a maioria das escolas são geridas por institutos de vida religiosa. Naturalmente, o quê se apresenta são aproximações que, sem a pretensão de universalidade, querem e podem oferecer pistas de como a Palavra de Deus pode tornar-se a alma da ação educativa na Escola Católica, a começar pela pastoral escolar, até atingir todo o ser e fazer. Desta forma, a Escola Católica pode tornar-se local de preparação para a vida pautada nos valores da solidariedade e justiça. Oxalá este estudo seja uma modesta, porém válida contribuição para despertar futuras reflexões acerca do importante papel da Escola Católica na missão da Igreja Católica no Brasil e fomentar o compromisso com a proposta da animação bíblica da pastoral e da vida.



## 2 O TEXTO BÍBLICO NA IGREJA CATÓLICA: PERSPECTIVA PASTORAL

Nos últimos anos, na Igreja Católica, contata-se um apelo insistente para a centralidade da Palavra de Deus em toda ação pastoral (VD 73), pois, trata-se de lugar propício para um encontro pessoal com Jesus (DAp 243). Encontro que se torna experiência fundante de *metanóia*, que dispõe ao seguimento na comunidade de fé, tendo a Palavra de Deus como fundamento da vida espiritual (VD 72) e motivação para o anúncio do amor do Senhor. Cada cristão torna-se, então, testemunha de Jesus Cristo vivo, comprometido com a sociedade “pela justiça” (VD 100). Desta forma, a animação bíblica da pastoral se torna animação bíblica da própria vida (DGAE 53). Esse apelo, presente no DAp e na VD, foi suscitado pela nova compreensão de revelação dada pela *Dei Verbum*, e parte do caráter dialogal, complacente e amigável da iniciativa de Deus, em entrar em relação com a humanidade.

O Vaticano II destaca que o diálogo estabelecido entre Deus e a pessoa humana é de amizade, de intimidade, um convite à comunhão (DV 2). Bento XVI (DCE 9) lembra que a consciência de que Deus, único e Criador, ama infinitamente a humanidade, é a grande novidade em Israel. Na iniciativa de revelar-se, Deus é movido por puro amor, por isso “o Verbo, que desde o princípio está junto de Deus e é Deus, revela-nos o próprio Deus no diálogo de amor entre as Pessoas divinas e convida-nos a participar nele” (VD 6). A Revelação é então, iniciativa de Deus que se dá a conhecer, para inserir a humanidade em sua relação trinitária de comunhão.

Mannucci (2003, p. 15-23), em seu curso de introdução à Sagrada Escritura, inicia sua obra atestando o valor da palavra humana aludindo à DV 12 que afirma: “[...] Deus na Sagrada Escritura falou por meio de homens e à maneira humana [...]”. Ao servir-se da palavra humana, Deus eleva sua dignidade. A palavra é uma forma de comunicação entre as pessoas e a maneira com que também Deus se comunica com a humanidade, por isso, para o autor (MANNUCCI, 2003, p. 15) “a história da Bíblia é a história da Palavra de Deus aos homens”. Com efeito, a Escritura expressa o teor dialógico da Revelação de Deus que, “muitas vezes e de diversos modos, outrora falou Deus aos nossos pais pelos profetas” (Hb 1,1).

A Palavra é comunicação do amor de Deus. Logo, a Sagrada Escritura é lugar de encontro com Jesus Cristo vivo (DAp 247). A Sagrada Escritura é o caminho para

melhor conhecer a Jesus, que é a Palavra eterna do Pai, que se torna pessoa humana (VD 11). Assim, ao ler, há que se considerar seu caráter performativo, pois “a Deus que revela é devida à “obediência da fé” (DV 5). Obediência que toca toda a existência da pessoa e dá novo sentido ao existir (DCE 1), pois “o cristianismo é a ‘religião da Palavra de Deus’, não de ‘uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo” (VD 7).

Uma vez que a vida cristã consiste no seguimento que parte do encontro decisivo com a pessoa de Jesus (VD 72), não restam dúvidas sobre a importância da Sagrada Escritura na pastoral eclesial. O mesmo se aplica à Escola Católica, que participa da missão evangelizadora da Igreja Católica.

No contexto atual, em que as pessoas não se sentem naturalmente vinculadas à comunidade de fé, como era de praxe em tempos idos, a Escola Católica pode ser um espaço de anúncio querigmático, sistematização e aprofundamento da fé. Considerando que seus estudantes provêm de realidades múltiplas, em âmbito social, cultural e religioso, o papel da instituição católica para favorecer o encontro com Jesus, torna-se preponderante para muitas crianças e adolescentes. Pode-se então falar de uma animação bíblica da ação educativa na Escola Católica. Diante disso, todos os profissionais da área, atuando em tais instituições, são interpelados a iluminar sua prática pela Palavra de Deus, especialmente aqueles que trabalham na pastoral escolar, setor que atua diretamente na ação evangelizadora da escola.

No intuito de potencializar o espaço educativo para predispor o estudante ao encontro com Jesus na Palavra de Deus e efetivar a animação bíblica da pastoral e da vida na Escola Católica, é necessário antes compreender a importância da Sagrada Escritura para a comunidade de fé e como ela se faz presente na história do povo. O ponto de partida é a gênese do texto sagrado.

## 2.1 TEXTO SAGRADO: REVELAÇÃO DIVINA E CONSTRUÇÃO HUMANA

A relação do ser humano com o sagrado é prerrogativa que acompanha o desenvolvimento da racionalidade e da civilização. Desde a tomada de consciência de si mesmo e da morte, a humanidade procurou solucionar questões acerca de sua essência, do sentido de sua existência e da realidade que a cerca. A religião é o

ponto de partida encontrado para chegar a alguma resposta (ALVES, 2009, p. 20). Esta foi se constituindo a partir da observação dos fenômenos naturais, por meio de mitos, rituais, tabus com os quais a humanidade estabeleceu relação com o sagrado.

Ao longo do tempo, formou-se um cabedal de experiências e conhecimentos que moldaram a identidade do grupo, a forma de ser e de viver de cada adepto, de conviver no próprio bando e relacionar-se com as demais comunidades, de forma amigável ou não. Esse cabedal, transmitido de geração em geração, deu origem a um conjunto de ensinamentos, a uma tradição que, do mesmo modo em que esteve condicionada ao espaço e tempo, interferiu na expressão cultural dos grupos humanos, enfatizando suas características peculiares. Transmitidos, a princípio, de forma oral, dos mais velhos para os mais jovens, esse conjunto de conhecimentos, costumes e tradições constituiu uma tradição oral. Na medida em que a comunidade se apropriou da escrita e sentiu a necessidade de garantir a autenticidade e fidelidade deste conteúdo, ele foi transcrito. “A palavra escrita nas tradições religiosas passa a ser chamada de escritura sagrada por se constituir o fundamento basilar de todo o saber da tradição” (ALVES, 2009, p. 44) e por salvaguardar a origem carismática da religião, ao mesmo tempo em que a atualiza na história superando a distância entre o autor e o leitor, ao longo do tempo.

O texto escrito passa a ser a base dos diversos saberes que serão produzidos no interior da tradição religiosa, tais como: a doutrina, os ritos, a moral, a simbologia, etc. Sem o texto, a tradição religiosa vira um amontoado de ideias sem inter-relação; o texto organiza e estrutura a instituição religiosa – ele é a sua constituição, que manterá viva a sua identidade (ALVES, 2009, p. 38).

O texto sagrado torna-se a carta magna do grupo religioso; mesmo que não esteja diretamente ligado à sua fundação, recebe capital importância na legitimação da origem divina da religião, como explica Terrin (2003, p. 140). Ganha novo significado ao longo do tempo, pois expressa “uma experiência originária carismática e religiosa que consegue transmitir e comunicar até hoje” (TERRIN, 2003, p. 140). Desta forma, tradição antiga e realidade atual se entrecruzam no intuito de conservar a essência do ensinamento que plasma a vida do crente e o insere na comunidade de fé.

Ao mesmo tempo em que conserva a tradição, o texto sagrado viabiliza a difusão do conteúdo originário ao longo do tempo e em distintos lugares, tornando-se comunicável nos mais diversos contextos (TERRIN, 2003, p. 155). Como exemplo, o teólogo cristão assim expressa a importância do texto sagrado na conservação do conteúdo da fé:

Olhando da parte de Deus, a Escritura constitui-se instrumento imprescindível para a perpetuação de sua Revelação. Sem a Escritura, não teríamos hoje acesso à Revelação de Deus feita no passado. Poderíamos ir vivendo a cada momento na ausculta dos toques da graça. Teríamos enorme dificuldade em discerni-los, por nos faltarem matrizes de interpretação, acontecidas no passado. O puro presentismo da Revelação tornaria ainda mais difícil a percepção da ação de Deus. [...] A fé cristã é fundamentalmente adesão à pessoa de Jesus. Nosso acesso a ele se faz privilegiadamente pelas Escrituras. Se tudo ficasse na palavra pregada, valeria da Revelação o que diz o provérbio: 'As palavras voam, os escritos permanecem'. A verdade sociológica e antropológica dessa máxima vale também para as palavras reveladas. Teriam voado se não tivessem sido escritas (LIBÂNIO, 2003, p. 113).

O texto escrito é uma maneira de preservar a integridade do conteúdo da fé e de sua transmissão pelas gerações futuras. Por ele, a essência da comunidade religiosa não se perde na história, ao mesmo tempo em que é reinterpretada nos diversos âmbitos. Para isso, o texto sagrado ganha lugar de destaque nos cultos das religiões. Terrin (2003, p. 148-149) pensa não haver religião cuja liturgia não se sirva da sagrada escritura. Na maioria das vezes, a proclamação é acompanhada da interpretação, da pregação, oferecendo uma primeira “hermenêutica da fé”. Também Cattaneo (In: FABRIS, 2006, p. 503) afirma que a comunidade tem necessidade da interpretação, porque a vida é mutável. Assim, a relação entre livro sagrado e fé é intrínseca e pelo texto, a fé é moldada e vivida. É a relação, em termos cristãos, *lex orante, lex credendi*.

Os pilares da tradição religiosa são conservados no texto escrito, porque ele foi entendido e aceito como sagrado e canônico, ou seja, normativo para toda a comunidade. Com base na própria experiência, percebe-se a ação do divino no contexto que origina um texto. A partir disso, a própria comunidade estabelece os critérios para a aceitação ou não da sacralidade de um escrito, normalmente fundamentado no que se crê ser manifestação divina. Assim, o texto sagrado é entendido como “aquele conjunto de escritos que, em uma religião determinada, consideram-se provenientes, direta ou indiretamente, da divindade” (CARO, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 57). Entretanto, esse processo de reconhecimento se dá

dentro de um contexto cultural, como afirma Terrin (2003, p. 163-164) e não pode prescindir do elemento humano que se “entrelaça com o divino”. Esse entrelaçamento, por assim dizer, não apenas se dá na fixação do texto, mas também em sua composição, pois “o mundo religioso apresentado pela escritura, independentemente de tratar-se de um mundo ‘ritual’, ‘profético’, ‘místico’, ‘revelado’ ou ‘sapiencial’, *passa pelo horizonte cultural de uma época histórica (sic)* a qual o texto está conexo” (TERRIN, 2003, p. 154-155). Logo, o texto sagrado, considerado uma inspiração ou transmissão<sup>2</sup>, uma revelação divina, do ponto de vista histórico religioso, expressa também a compreensão, a construção humana de um grupo que procura dar significado ao mundo que o cerca e à própria história.

Ao mesmo tempo em que é parte e até mesmo reflexo do contexto cultural, uma vez fixado o texto sagrado influencia o ser e fazer da comunidade, marcando sua identidade e preservando as tradições nas gerações seguintes.

Com base nessas considerações preliminares, a atenção se volta ao texto sagrado cristão, à Bíblia, tema desta pesquisa. Para os judeus, Deus se revelou a Abraão<sup>3</sup> e prometeu o salvador<sup>4</sup> identificado pelos cristãos como sendo Jesus, o Cristo. Desta forma, judeus e cristãos encontram na mesma fonte as origens do texto sagrado. Por isso, não se pode falar de Bíblia, sem que se compreenda o processo de formação do texto judeu, que precede o texto cristão, cujos textos são, por eles, considerados complementação e conclusão do conjunto hebraico.

### **2.1.1 As origens do Antigo Testamento**

Na construção do texto sagrado judeu, como é comum em outras religiões, está a tradição oral. Passados de pai para filho, narrações, hinos, ensinamentos e preceitos foram guardados na memória do povo até serem escritos e organizados formalmente. No processo, assume grande importância a memória que não era apenas uma lembrança, uma curiosidade de saber como acontecera um fato, ou de entender porque se repete um ritual. Olhar o passado “servia como espelho crítico:

---

<sup>2</sup> Há que se distinguir entre inspiração e transmissão, pois se considera que a inspiração implica na participação ativa do mediador humano ao receber a mensagem divina e comunicá-la à comunidade. Em alguns grupos religiosos, o mediador é considerado sujeito passivo, apenas receptor e transmissor ao que não seria adequado falar em inspiração, mas em transmissão divina (CATTANEO, In: FABRIS, 2006, p. 503).

<sup>3</sup> Cf. Gn 12,1ss.

<sup>4</sup> Cf. Jo 4,25-26 atesta a espera messiânica no meio do povo.

ajudava o povo a recuperar a identidade em épocas de crise e a reencontrar-se consigo mesmo, com Deus e com a própria missão” (CRB, 1990b, p. 14). Ao lembrar os ensinamentos e fatos ocorridos aos antepassados, era possível compreender o que acontecia no presente e atribuir-lhe um significado: a história segue à luz da ação salvífica de Deus.

Possivelmente, relatos, ensinamentos, poesias e orações foram, aos poucos, registrados em pequenos textos, que mais tarde, teriam sido melhor organizados, a fim de constituir um conjunto. Para Artola (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 131), estes textos estão na gênese da escritura hebraica como unidades “literárias primitivas”, com gêneros definidos, que posteriormente foram relidos, reescritos e fixados em uma só coleção. O autor (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 131-134) afirma que, nesse processo, três elementos estão entrelaçados: o evento fundante que marca a história do povo da Bíblia e dá origem aos relatos e expressões de fé; a palavra de revelação que constitui o pacto; e a formação da identidade do povo ancorado num ato de fé comunitário.

Artola (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 131) considera grande a possibilidade de que as primeiras unidades literárias surgiram a partir do evento fundador, que é o êxodo. Ao liderar o povo escravizado em busca de libertação, Moisés é visto como investido do Espírito, um mediador, de forma que sua ação é entendida como uma grandiosa intervenção de Deus. Este evento foi lembrado através dos séculos e representava uma fonte de esperança em momentos de crise.

[...] na origem da Escritura está a ação reveladora de Deus, que recebe a seguir uma resposta de fé confessante por parte do povo. As sucessivas intervenções de Deus desenvolvem a história salvífica em continuidade com o evento do êxodo [...] (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 136).

Narrado às gerações, ao êxodo somam-se outros acontecimentos da história do povo que, no seu conjunto, vão firmando a identidade nacional e a expressão da religião. Na base desse movimento está a estrutura de aliança<sup>5</sup>, em que a palavra

---

<sup>5</sup> A Aliança era um acordo ritual e solene que tinha a função de contrato escrito. As partes contraentes vinculavam por meio de um acordo ritual solene que continha terríveis ameaças contra a parte que porventura o violasse. [...] Na Aliança, lahweh impõe certos deveres a Israel e, em troca, promete ser o seu Deus, ajudá-lo e libertá-lo. Os israelitas aceitam as obrigações, a principal das quais é a de só prestar culto a lahweh e observar as normas de culto e de conduta por ele estabelecidas. Se os israelitas não se mantêm fiéis, lahweh lhes retira o seu favor. Tal aliança é mais do que um simples contrato: ela estabelece como que um relação de parentesco artificial de sangue entre as partes (ALIANÇA. In: MACKENZIE, 1983, p. 25).

escrita assume o caráter jurídico para as futuras gerações (Dt 31,26) (CATTANEO, In: FABRIS, 2006, p. 510). O cunho forense estabelece uma relação de crime e castigo, de infidelidade e consequência que, mesmo quando a história se mostra dramática, o binômio culpa-punição oferece uma razão para manter-se arraigado às antigas tradições. Assim acontece na experiência do exílio, por exemplo, em que na suposta falência da promessa, Israel experimenta essa mesma promessa como graça, pois entende o fato como resultado de sua própria infidelidade e reafirma sua esperança na fidelidade de Deus, a se manifestar em tempos futuros. Ao mesmo tempo, percebe a necessidade de manter-se fiel aos mandamentos de Deus.

Tutta la storia d'Israele viene così riletta e riportata nei libri della Bibbia: Dio da una parte, con le sue esigenze, le sue promesse, la sua fedeltà, le sue minacce, i suoi appelli, la sua vicinanza, proprio attraverso la sua parola; dall'altra il popolo, con la sua fede, la sua lode, ma anche con la sua incapacità a vivere pienamente il suo rapporto con Dio, e, quindi, con le sue cadute, i suoi allontanamenti, i suoi pentimenti e i suoi ritorni (CATTANEO, In: FABRIS, 2006, p. 511).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a escrita do texto tem como base uma história de pacto e ruptura, de pecado e de arrependimento, de caída e fidelidade, que assume um valor salvífico e abraça toda a caminhada do povo, da criação à plenitude. Esta leitura da história confere-lhe caráter pedagógico, pois convida constantemente à conversão e resposta de fé (CATTANEO, In: FABRIS, 2006, p. 511). A exigência de fidelidade é indicada claramente no Sinai. Lá Israel compreende que a resposta a ser dada implica no cumprimento dos preceitos que marcam o jeito de ser, viver e conviver do povo, distinguindo-o das nações vizinhas, especialmente quando está subordinado a elas. Trata-se de uma resposta de fé comunitária.

O povo de Israel recebe desde o princípio uma estrutura peculiar baseada em uma unidade de raça, de fé, de destino histórico, que deu origem a uma determinada maneira de ser e de reagir, dependente de seu momento original. A intervenção de Deus no ato fundante de Israel no êxodo não foi algo delimitado e preciso, que deixou de existir, perdendo-se a seguir na massa neutra dos sucessos comuns. Assim como a ação criadora de Deus se prolongou na conservação dos seres chamados do nada, o ato fundante de Israel manteve sua presença perene e ativa na história do povo eleito (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 133).

Com base nestes elementos, Israel pautava sua identidade e sua história, que é marcada por “atos salvíficos e palavras inspiradas” (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 134). O povo reconhece, em diversas circunstâncias, a ação libertadora de



Deus e, ao mesmo tempo, percebe a origem divina dos ensinamentos que recebe e sente-se impelido a uma resposta de fé: “Faremos tudo quanto o Senhor falou” (Êx 19,8). Destarte, ao lado das narrativas crescem os escritos legislativos, partindo da “exclusão de outros deuses”, para um crescente de leis e preceitos, que formam um conjunto de “sucessivas intervenções legislativas” (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 134) que indicam a presença de Deus e sua fidelidade à promessa.

Para manter viva a aliança na memória do povo, surge a tradição carismática que se expressa na figura de um mediador, particularmente, o profeta. Para a escola deuteronomista, esse movimento fundamenta-se no evento salvífico do êxodo e tem Moisés como “fonte”, pois ele é o primeiro mediador autêntico. Mesmo quando o profetismo clássico se enfraquece essa tradição permanece viva entre o povo, assumindo diferentes formas, como a apocalíptica (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 134). A presença do mediador é primordial para manter a estrutura de aliança, que organiza a vida da comunidade e, mais tarde, servirá de critério para a designação da sacralidade do texto.

À gama de literatura narrativa e legislativa somam-se escritos proféticos e poéticos. Depois, surgem os elementos sapiencial e didático. Aos poucos, esse material constitui a rica coleção de escritos que são considerados inspirados, ou seja, relacionados à ação ou manifestação de Deus: Lei, Escritos e Profetas. Nesta formação, um aspecto importante a ser ponderado é a eleição de cada texto, como parte desse conjunto. A própria comunidade, ou talvez seus líderes, estabeleceu critérios para discernir se o escrito era ou não expressão da Palavra de Deus, se era ou não um texto sagrado.

Em primeiro lugar, Palavra de Deus é uma realidade de fé (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 25). O termo palavra, em hebraico, *dabar*, refere-se, ao mesmo tempo, ao ato de falar, ao sentido da palavra e da coisa em si; em termos de fatos, trata-se do próprio evento. Magrassi (1984, p. 88-89) afirma que *dabar* é “palavra motriz, que age, cria, intervém na vida dos homens, para plasmá-la e na história, para orientar-lhe o caminho.” Assim, quando Deus diz alguma coisa, já viabiliza sua execução; quando anuncia um desígnio de salvação, já abre caminhos na história para sua efetivação. Assim sendo, para ser considerada Palavra de Deus, a comunidade supõe a efetividade da palavra, graças à interferência do



divino, ou seja, o que é proferido torna-se realidade visível e palpável. Como a bênção e a maldição, em nome de Deus tornam-se, de fato, realidade; a Palavra de Deus possui efetividade absoluta e atinge muito além da palavra humana. A eficácia é critério de discernimento da Palavra de Deus, apresentado pela própria Escritura, como mostra Is 55,10-11.

A Palavra de Deus é reconhecida nos textos escritos, que passam a ser considerados sagrados, a partir da sua relação com Deus, que é o Santo (Is 6,3) e fonte de toda a santidade. A santidade de coisas, lugares e pessoas provem de sua relação com Deus, da consagração ou purificação. Assim, a Palavra de Deus é santa desde a sua origem “por sua conexão inseparável com o Espírito” (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 43). Como a Palavra é anunciada pela boca humana, a esta precede a consagração do mensageiro, o que resulta em estar cheio do Espírito Santo. Desta forma, surgem dois critérios para discernir o que procede de Deus (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 136-138). O primeiro é o carismático da palavra, o mediador reconhecido pela comunidade, como mencionado anteriormente. Moisés é o primeiro e o modelo. Os que vieram após, foram reconhecidos na medida em que remetiam ao mesmo carisma original e pelos sinais que autenticavam sua missão de anunciador das palavras divinas. O segundo é o Espírito inspirador, que age nos mediadores, em prol das realizações libertadoras. O Espírito é comunicado de Moisés aos juízes (Nm 11,24-30), de Elias a Eliseu (2Rs 2,9.15), e assim, sucessivamente, criando uma interrupta cadeia de mediadores na história de salvação.

Tradição oral, produção escrita, deliberação de sacralidade andam juntas por longo período, até que acontece a fixação do texto, o cânon. O termo cânon tem origem em um instrumento de mensuração e é usado no AT com o sentido de medida (1Mc 7,21), conforme atesta Caro (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 58). No NT refere-se a norma ou regra, no dizer de São Paulo<sup>6</sup>. Segundo Mackenzie (1983, p. 141), também pode significar “relação” ou “enumeração”. Isto posto, cânon pode ser definido como a lista de livros, ou escritos, que contém a regra da fé, uma vez que são considerados inspirados. Cabe lembrar que a fixação do cânon da Escritura judaica está, de certa forma, ligada à controvérsia com os cristãos. Uma tradição

---

<sup>6</sup> Cf. Gl 6,16; 2Cor 10,13.15.16.

rabínica aponta a reunião de Jâmnia, 70 d.C., como marco da fixação da Escritura (MACKENZIE, 1983, p. 141). Na ocasião, discutiu-se a questão dos seguidores de Cristo, entre outros temas. Mas é importante ressaltar que a consciência canônica é bem anterior à fixação do cânon e já aparece no próprio texto<sup>7</sup>. A partir dela, está constituído o texto sagrado judaico, que permanecerá sempre vivo e atual na comunidade de fé.

### 2.1.2 A gênese do texto cristão

Imersos na tradição judaica, os contemporâneos de Jesus encontraram nele um novo evento fundante: encarnação, vida, morte e ressurreição. Este evento é uma realidade diferente e nova, pois não se trata apenas de um acontecimento, mas é “a presença da própria Palavra de Deus encarnada no ser humano Jesus” (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, 139-140). Com suas palavras e seus milagres, pela forma de viver e relacionar-se com as pessoas, especialmente os excluídos da sociedade, por sua morte e ressurreição, Jesus realiza uma revelação que é assumida e proclamada por seus seguidores.

Da convivência com Jesus à elaboração do texto escrito está um processo de construção, que se inicia com a formulação de uma tradição de fé, baseada, primeiramente, em confissões<sup>8</sup> suscitadas por anúncios querigmáticos elementares, como: “Vi o Senhor” (Jo 20,18). Esses se desenvolveram até formar a “pregação apostólica”, como explica Artola (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 140). Para o estudioso, a pregação apostólica tomou a forma de anúncio querigmático<sup>9</sup>, discursos de missão<sup>10</sup> e confissões de fé batismais ou cultuais<sup>11</sup>, que constituíram as primeiras unidades literárias; a princípio orais, que formariam o NT.

No conteúdo desta pregação estava, primordialmente, a prédica do que “Jesus oferecia aos homens como efeito de sua morte e ressurreição” (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 140-141), somou-se a isso o anúncio do Reino, tal como Jesus o havia feito e, por fim, foram incluídos os ditos de Jesus. Desta forma, as

<sup>7</sup> Cf. Êx 24,1-11; Dt 31,9-14.24-29; 2Rs 22,1-23,3.

<sup>8</sup> Cf. 1Cor 12,3; Rm 10,9; Jo 20,18.

<sup>9</sup> Cf. 1Cor 15,3-5.11,23-25; 1Ts 1,9-10; Rm 1,3-4; Mc 1,15.

<sup>10</sup> Cf. At 2,14-36;3,12-26;4,8-12;5,29-32;7,2-53;10,34-43;13,16-41;14,14-17;17,22-31.

<sup>11</sup> Cf. 1Ts 4,14; Rm 19,9b; Lc 24,34; At 13,15.

posteriores produções literárias seriam marcadas por esses elementos; em alguns casos, privilegiando algum deles, como, por exemplo, o livro de Mateus, que sublinha o que Jesus fez e ensinou, ou a carta aos Hebreus, que acentua a pessoa mesma de Jesus.

Antes da fixação escrita, o conteúdo da pregação apostólica já havia sido identificado com a Palavra de Deus, por sua conexão com a pessoa de Jesus. Ele mesmo é apontado como a Palavra de Deus feita carne (Hb 1,1; Jo 1,14).

Os escritos neotestamentários sublinham de diversos modos a realidade transcendente de Cristo como Deus, do qual a pregação cristã recebe sua condição de Palavra de Deus. Em primeiro lugar, é interessante notar que o NT nunca apresenta Jesus recebendo a Palavra de Deus no estilo dos profetas do AT (p. ex. Jr 1,2.4.11; 2,1; 13,1; 16,1; 24,4; 28,12; 30,1; Ez 3,16; 6,1; 7,1; 12,1; etc.) (*sic*). Tampouco Jesus é apresentado anunciando “a palavra de Deus” ao modo dos apóstolos. Ele prega “sua” palavra (Mc 2,2; 4,33). O povo se agrupa para ouvir aquela palavra como “palavra de Deus” (Lc 5,1) (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 40).

Os discípulos e o povo admitem que Jesus ensinava “com autoridade” (Mc 1,27b). “Gesù non usava la Scrittura per provare le sue affermazioni. La sua autorità gli veniva dal suo rapporto immediato com Dio” (NORELLI, 1993, p. 19). Naturalmente, que à autoridade de seu ensinamento somava-se a eficácia de sua palavra, especialmente nas curas realizadas, que conferiam ainda mais prestígio à sua pregação. Ao ser identificado como Filho de Deus, suas palavras recebem status de origem divina. Seu Espírito dado aos apóstolos assinala a autenticidade do ensinamento deles, em continuidade com o seu ensinamento. Logo, a palavra do apóstolo, por sua referência à pessoa de Jesus e pela ação do Espírito é também Palavra de Deus, que ultrapassa a distância entre a ação de falar de Jesus e o ouvir dos crentes de gerações posteriores; assim será a tarefa dos escritos.

Desse reconhecimento da Palavra de Deus em Jesus e da pregação apostólica, surge o critério do mediador carismático e da ação do Espírito no processo de discernimento do texto inspirado de forma semelhante ao AT (ARTOLA, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 141-142). No papel de mediador ganha destaque a figura do apóstolo. Ele é testemunha ocular<sup>12</sup>, que transmite o que Jesus fez e ensinou. A ação do Espírito o acompanha e consagra sua palavra, dando-lhe autoridade de inspirada, ou seja, vinda da parte de Deus. A ação do Espírito não se

---

<sup>12</sup> Cf. Lc 1,2.

restringia apenas aos líderes, mas a todo o que crê, pois é dado abundantemente, distribuindo carismas<sup>13</sup> para a edificação do Corpo de Cristo. Entretanto, “há diversidade de dons”, ou seja, há formas diferentes de se receber e colocar a serviço cada carisma suscitado pelo Espírito. Desta forma, a comunidade organiza-se de maneira que o dom de escrever sob inspiração divina está reservado a alguns, conforme conferido pelo Espírito, o que acentua ainda mais a autoridade do escrito.

Não se pode esquecer que os primeiros seguidores de Jesus eram herdeiros da tradição e das promessas feitas a Israel. Segundo Norelli (1993, p. 19) “dopo la sua morte e l’esperienza della resurrezione, per i suoi discepoli l’accesso alla salvezza non passava per le Scritture, ma per la fede in Gesù Signore. [...] Ma si poneva ai cristiani il problema di sapere chi fosse Gesù, quale fosse la sua funzione [...]” qual relação existia entre Ele e a história de Israel. Aos poucos, os discípulos viram nEle a intervenção definitiva de Deus e o ponto de chegada para interpretação de toda a Escritura judaica. Na nova compreensão, o texto e a pessoa de Jesus se relacionam de tal forma que a comunidade compreende a um e a outro sob uma nova perspectiva: da promessa e da salvação de Deus plenamente realizada em Jesus. Assim, ao assumirem para si a mensagem de Jesus, os discípulos não deixam para trás o legado judeu, antes, resignificam os conteúdos da fé e a nova experiência, assumindo como Palavra de Deus o texto judaico e o evento Jesus que abre “o espírito, para que compreendessem as Escrituras” (Lc 24,45).

No entender de Norelli (1993, pp. 210-211), em nova perspectiva, a Igreja nascente serve-se da Escritura hebraica, para reinterpretar a experiência vivida com Jesus, ao mesmo tempo em que compunha seu próprio texto. Serve-se de citações do AT como uma explicação do próprio texto, à luz da ressurreição, julgando fazer um favor ao antigo autor, pois o que antes era dito de forma escondida, agora, em Cristo, estava plenamente revelado. Assim, a comunidade cristã sentia-se herdeira das promessas, ao mesmo tempo em que presenciava sua concretização em Jesus. Logo, o texto sagrado judaico era aceito e entendido como Palavra de Deus, dirigida à comunidade, “útil para ensinar e repreender” (2Tm 3,16). Um exemplo disso encontra-se na tradição joanina. Nela, toda a Escritura é entendida na sua

---

<sup>13</sup> Cf. 1Cor 12,4-11; Ef 4,11-13.

totalidade, tendo em vista a vinda de Jesus, que cumpre completamente as Escrituras, mesmo na cruz. Sua trágica morte não é motivo de escândalo, mas a prova da fidelidade de Jesus à vontade de Deus (SEGALLA, In: NORELLI, 1993, p. 170-171). Cumprindo-a, Jesus levava a termo a obra da salvação.

Uma vez que Jesus é entendido como cumprimento e Palavra definitiva de Deus, não haveria necessidade de outra palavra, senão aquela proferida por Ele. Todavia, houve a fixação de um texto escrito. Quanto a isso justifica Cattaneo (In: FABRIS, 2006, p. 512):

In effetti, anche il Nuovo Testamento è sorto da una “distanza” che permene pur nel “compimento”: è quella dell’apostolo dalla sua comunità (lettere) (*sic*), ma soprattutto è quella del Signore glorioso dalla sua Chiesa. Solo la realizzazione immediata della *parusía* avrebbe resa superflua la scrittura del Nuovo Testamento. Essa è nata dunque dal fatto che l’adempimento delle Scritture in Cristo è ancora oggetto di fede e di speranza, non di visione.

O texto escrito do NT preenche a distância que existe entre a comunidade que crê e o gozo definitivo da salvação alcançada. No dizer de Cattaneo (In: FABRIS, 2006, p. 512-513), o AT é o anúncio, Cristo, a realização, mas a *parusia* não é imediata. O NT é, então, necessário não apenas para transmitir o ensinamento ou narrar a vida de Jesus, mas para ser fonte de esperança e manter a comunidade em diálogo com Ele, enquanto espera sua manifestação definitiva. A Escritura cristã assume, então, um papel central na comunidade, pois, a mantém constantemente em contato com o conteúdo da fé, que é o próprio Jesus.

Sobre a aceitação canônica do AT pelos cristãos, é pertinente destacar que “a Igreja apostólica parece não ter sentido a necessidade de outra Escritura normativa, além do AT, herdada do povo judeu” (CARO, In: ARTOLA; CARO, 2005, p.82), embora lhe atribuísse nova compreensão. Tal é a herança do próprio Jesus que, ao confirmar a autenticidade da Escritura hebraica<sup>14</sup>, já a elege como canônica. Os cristãos, porém, serviam-se de textos que não compunham o cânon hebraico, como mostra a literatura patrística. Isso indica que o processo de formação do cânon hebraico é independente, embora paralelo à determinação da lista de livros sagrados na comunidade judaica. Pode-se afirmar que houve um processo natural, a partir da resignificação do texto, de distinção entre a tradição judaica e cristã, no tocante ao texto sagrado.

---

<sup>14</sup> Cf. Mt 5,17-18; Jo 10,34-35.

Sem postergar, o longo processo de fixação do cânon cristão do AT e NT, exaustivamente discutido desde os padres da Igreja, até a definição oficial no Concílio de Trento, séc. XVI, é conveniente destacar, que houve fatores externos e internos à própria Escritura que contribuíram para a fixação do cânon. Como fatores externos, Caro (In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 92) destaca a opinião de teólogos, como Orígenes, Atanásio e Jerônimo, as diferenças geográficas e culturais das comunidades, as diferenças entre as escolas teológicas (de Alexandria, Antioquia e Roma), as rivalidades políticas, e talvez, as perseguições e decisões eclesiásticas oficiais, a partir do séc. IV. Internamente, e de grande valor para a comunidade, elenca-se a categoria teológica de tradição e sucessão apostólica. Como já descrito, Jesus é a norma primeira, que dá autoridade de Palavra de Deus ao texto. A pregação dos apóstolos e de outros, por sua ligação com Cristo e pela ação do Espírito, garantiam não apenas a organização hierárquica da comunidade, mas também a autenticidade do ensinamento, constituindo a base do princípio da canonicidade.

## 2.2 APRENDER COM A HISTÓRIA

Na história do cristianismo, a Sagrada Escritura ocupa lugar de destaque, pois, acompanhou a caminhada da comunidade, desde os seus primórdios, a ponto de Gerhard Ebeling (*apud* NORELLI, 1993, p. 9) descrever a história da Igreja cristã como história da interpretação da Escritura. Por isso, após alguns esclarecimentos sobre a gênese dos textos, interessa a relação entre a comunidade cristã e a Sagrada Escritura, ao longo dos séculos. O propósito não é abranger a totalidade de dois mil anos de história, mas destacar alguns fatos, personagens e circunstâncias, que contribuíram para a formação de uma consciência crescente da necessidade de que a vida cristã seja alimentada pela Palavra e de que a ação evangelizadora a tenha como fonte.

### 2.2.1 Os primeiros séculos do cristianismo<sup>15</sup>

Na Igreja Antiga, desde o início, somada à Escritura hebraica reinterpretada, a pregação apostólica adquire respeito, lugar no culto e no jeito de ser e fazer da comunidade, assumindo caráter de texto sagrado. Conforme eram escritos, os textos cristãos eram lidos nas reuniões das diversas comunidades e considerados sagrados, a partir de sua relação com Jesus, da tradição e sucessão apostólica. Neles o AT é citado e explicado à luz do evento pascal. Os textos escritos, aos poucos, são espalhados pelas diversas comunidades, formadas e em formação.

O avanço nos meios de transporte terrestre e marinho favoreceu a difusão do cristianismo e tornou os grupos humanos mais ecléticos, proporcionando o contato com diferentes culturas e religiões (MOSCONI, 1996, p. 44). Essa proximidade colocou o cristianismo diante de diferentes crenças e correntes filosóficas, que deram compreensões diversas à mensagem cristã. Neste contexto, na medida em que delineavam sua própria identidade e se diferenciavam de outros grupos de tradição judaica, os cristãos sentiam necessidade de melhor entender e explicar sua fé. Em muitos casos tiveram que explicitá-la a seus interlocutores que, por vezes, contestavam ou questionavam as crenças e práticas.

Nessas comunidades, além da preocupação com os interlocutores, os neoconvertidos desejavam e precisavam conhecer melhor a crença que assumiam; a própria comunidade precisava ser fortalecida em sua caminhada. Para isso, ao lado dos textos sagrados, circulavam escritos dos líderes das comunidades, os padres da Igreja. Deles, chegaram até os dias de hoje inúmeras cartas e homilias, escritas nos primeiros séculos do cristianismo. Infelizmente, muito se perdeu no tempo, especialmente as produções de pessoas que não chegaram a ter lugar de destaque na comunidade; outras foram destruídas por serem consideradas heréticas. Quanto isso, Figueiredo (1986, p. 18) afirma que alguns escritores “considerados ortodoxos em vida, são tidos mais tarde como heréticos”, dada a liberdade de expressão e o circular de diversas opiniões, uma vez que não havia ainda uma teologia ou dogmas definidos. De qualquer forma, o material hoje

---

<sup>15</sup> Partes do texto estão publicadas em: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. LEAL, Valéria Andrade. **O texto bíblico e a Igreja Católica Romana**: aproximações pastorais. Disponível em: Teocomunicação, Porto Alegre, vol. 43, n. 1, pp. 73-92, jan./jun. 2013.



acessível mostra a preocupação pastoral, de alimentar a fé e a esperança dos irmãos, sobretudo nos tempos de perseguição.

Figueiredo (1986, p. 41) divide esses textos em dois conjuntos: uma “literatura de edificação mútua” e de grande preocupação pastoral e outra “literatura cristã *ad extra*” (FIGUEIREDO, 1986, p. 95) para a defesa da fé. Assim, os escritos visavam, segundo o autor (Ibid., p. 15), a comunicação entre as comunidades, o testemunho da fé frente às autoridades e o combate aos erros. Sem entrar no mérito das diversas produções literárias da época, interessa os fundamentos da argumentação. Os pregadores e escritores apoiavam-se, primeiramente, na Sagrada Escritura, pois todos os seus conceitos religiosos partiam dela. “Poichè erano le Scritture ebraiche a comunicare il pensiero di Dio, la dimostrazione doveva fondarsi su di esse” (NORELLI, 1993, p. 201). Posteriormente, os escritos cristãos, também passaram a ser usados livremente, mesmo havendo discordâncias quanto ao cânon.

Na literatura de edificação, a Escritura judaica é inúmeras vezes citada, bem como textos da literatura cristã da era apostólica, considerados sagrados em que também se encontravam citações do AT. Clemente de Roma (por volta do ano 170), por exemplo, parte da nova interpretação da Escritura hebraica, dada pelo cumprimento da promessa em Jesus e cita inúmeras vezes o AT. Inácio de Antioquia (por volta de 110) cita a Escritura hebraica e escritos cristãos, especialmente do corpo paulino. No século III, Hipólito usa, em suas homilias, os personagens do AT como protótipos ou figuras de Cristo e da Igreja.

Na defesa da fé, os apologetas, na época neotestamentária, se ocuparam das polêmicas com os judeus. No primeiro momento, recorreram especialmente aos escritos proféticos, constituindo um verdadeiro dossiê de citações messiânicas<sup>16</sup> provando que Jesus era o messias. Na metade do séc. II, os principais interlocutores são os gnósticos<sup>17</sup> (GIANOTTO, In: NORELLI, 1993, p. 235). Tais discussões deram grande contribuição ao avanço da interpretação bíblica, uma vez que a busca por

---

<sup>16</sup> Cf. 1Cor 15,25; Ef 1,22; Hb 1,8;8, 8-12; Mc 1,2; Mt 1,23; 2,5-6.13b.17-18.23;3,3; Jo 19,24.36 e outros.

<sup>17</sup> O gnosticismo foi muito polêmico na Igreja antiga, visto que o termo *gnosis* designa conhecimento e é empregado na literatura cristã, ora para indicar erros, ora para indicar a compreensão da revelação de Deus (Cf. 1Tm 6,20; Irineu, *Adv. Haer*; carta de Barnabé). Considerado pelos expoentes cristãos como errôneo, foi combatido por Irineu e bastante polemizado na escola alexandrina, embora também tenha influenciado o pensamento de muitos líderes das comunidades.



argumentações nas polêmicas criadas, levaram os líderes das comunidades a se aplicarem ainda mais na elucidação dos textos, buscando fundamentos cada vez mais sólidos e convincentes para seus discursos. O mesmo se pode dizer de outros grupos e pessoas que partiam de conceitos distintos. Irineu, por exemplo, empenhou-se em mostrar a unidade da revelação e sua progressão na história de Israel, passando dos patriarcas aos profetas, enquanto prefiguração de Cristo. Ele “desenvolve toda uma interpretação tipológica do AT, que tem como finalidade demonstrar a continuidade entre AT e NT” (CARO, In: ARTOLA; CARO, 2005, p. 238). As questões levantadas por Marcião<sup>18</sup> em relação ao sentido e ao cânon do NT, bem como sua rejeição do AT, levaram Clemente a defender que, na lei, há uma função propedêutica e pedagógica da revelação, de forma que todo o AT seria entendido como revelação progressiva (NARDI, In: NORELLI, 1993, p. 369-370). Assim, Justino, Hipólito, Tertuliano, Orígenes, Cipriano, Lactâncio e outros<sup>19</sup>, sem esquecer a pregação aos fiéis, dedicaram-se a teorizar sobre a fé e a interpretação da Escritura, constituindo, muitas vezes, a partir da tradição interpretativa rabínica, métodos e conceitos exegéticos, que seriam mais bem desenvolvidos nos tempos posteriores.

Houve casos em que a apologia não se serviu da Escritura, porque sua autoridade ainda era questionada entre os próprios cristãos e muitos dos interlocutores pagãos não conheciam o texto (MORESCHINI, In: NORELLI, 1993, p. 329). Entretanto, na vida da comunidade cristã, o texto sagrado sempre ocupou lugar central, como atestam os escritos dos padres. Segundo Martini (In: LYONNET; *et al*, 1971, p. 174), neste período, não havia catecismos ou outros manuais e tratados de teologia, de forma que a Palavra de Deus ouvida, na liturgia e na pregação, era o livro base da formação de todo o . A Escritura, considerando textos do NT, era usada, sobretudo, na pregação, como argumento de convencimento à coerência de vida cristã e à pessoa de Jesus como o salvador, enviado por Deus. À

---

<sup>18</sup> Marcião aceita alguns recursos interpretativos, mas rejeita a alegoria, permanecendo em um literalismo. Recusa-se a entender como livro Sagrado o AT e a maior parte do NT, considerando apenas Lucas e algumas cartas paulinas (GIANOTTO, In: NORELLI, 1993, p. 236).

<sup>19</sup> Os nomes citados foram selecionados como exemplos, dentro da imensa lista de personalidades importantes da época, cujo trabalho chegou até os dias de hoje. Na sequência, não se leva em conta as diferentes escolas (antioquena, alexandrina, latina) e os diferentes tipos de literatura produzida (cartas, homilias,...). A riqueza do tema pode ser melhor explorada, a partir de biografia especializada.

frente da comunidade, os pregadores buscavam fortalecê-la na fé e na esperança. Mosconi (2002, p. 55) afirma que “para os Padres a verdadeira leitura da Bíblia não é apenas ler, mas rezá-la. É uma leitura mistagógica.” Eles tinham a preocupação de pastores, de “viver da Bíblia” (IBI, p. 245). Suas conjecturas e interpretações procuravam construir não apenas um corpo teológico teórico, mas estavam voltadas para a vivência da fé. Desta forma, a Palavra de Deus permanecia viva entre os seguidores de Cristo.

### 2.2.2 Uma cultura bíblica

O período medieval é marcado por uma sociedade culturalmente mais homogênea, bem diferente do contexto das primeiras comunidades perseguidas e dos apologetas, desafiados pelas diversas correntes filosóficas. Os padres da Igreja sabiam, claramente, qual era o contexto cultural e, neles, o diferencial da Escritura: viviam na cultura grega e acreditavam na Palavra revelada. A grande questão era a interpretação. Já na idade medieval, a Bíblia é a própria cultura (BOZZO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 101). Os medievais receberam a *Vulgata* como texto fixado, herdaram da tradição que a Escritura possui vários sentidos e avançaram na interpretação, livres do gnosticismo, como afirma Bozzo (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 101), embora tivessem outras formas de interferência interpretativa.

Desde a Igreja antiga, a “fração do pão” ocupava lugar central, ao lado da pregação apostólica e, mais tarde, da leitura dos textos do NT. Com a construção das grandes igrejas, foi-se, aos poucos, sistematizando o culto cristão, lugar de encontro da comunidade. Segundo Ropa (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 30), gradativamente se compôs o quadro de leituras que hoje se conhece por ano litúrgico<sup>20</sup>. O autor afirma que, na Idade Média, a Escritura já era proclamada no início da missa e havia lugar de destaque para o lecionário. Nas assembleias do primeiro século, o texto bíblico era lido na íntegra, como leitura corrida, percorrendo a sua totalidade. Já no séc. III, a Páscoa e Pentecostes possuíam uma leitura

---

<sup>20</sup> No ocidente, o registro de um lecionário é do fim do séc. V, mencionado por Gennado, referindo-se a um exemplar composto por um padre de Marselha. O *Lectionarium missae* ou *Comes* foi o primeiro a compilar textos e apresentá-los, independente do livro da Bíblia. Porém, o mais antigo lecionário é o de Wolfenbüttel, séc. VI, em uso na Gália merovíngia. Nele são feitas três leituras na missa: AT, Cartas Paulinas e Evangelho (ROPA, In: CREMASCOLI, LEONARDI, 1996, p. 33).

própria, fugindo da leitura contínua e, no séc. IV, Ambrósio cita uma sequência própria de toda a semana santa. No século V, Cromazio e Pedro Crisólogo compõem sermões a partir de um curso de textos definidos. Por volta dos séculos IV e V, em Jerusalém, já havia uma lista de perícopes próprias para cada celebração. Algumas sofriam adaptações<sup>21</sup>, seja por questões doutrinárias, ou por desejo de harmonização ao estilo da *Diatessaron*, como acontece com a narrativa da paixão. Os salmos, na maioria cantados, eram muito usados, especialmente com o eclodir da liturgia das horas.

Na alta Idade Média, o latim era a língua da liturgia. No final deste período, o povo, em geral, já não compreendia tal idioma e a pregação tornou-se uma das poucas formas de acesso à Escritura (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 65-68), sendo que, em 813, o Concílio de Tours estimulou o uso da língua vulgar. Pregar era função do bispo e dos clérigos que cuidavam das almas. A partir do séc. XIII, coube também aos irmãos das ordens mendicantes, para ajudar na luta contra os heréticos. Os pregadores eram intérpretes da Escritura. Para apoiá-los em sua tarefa, considerando que muitos não eram exímios estudiosos, surgiram coleções de pregações. Nessas, elaborou-se um esquema, que iniciava com o prólogo seguido do desenvolvimento, em que se abordava a Palavra propriamente dita, e terminava com uma oração. Nela, era importante considerar a boa disposição do ouvinte. No período, desenvolveu-se a ideia de que Jesus estava presente nas palavras do pregador e que passava a voz do pregador, mas a Palavra, Jesus, ficava na mente de quem ouve. A pregação<sup>22</sup> deveria, então, levar a pessoa a uma oração e a atenção ao pregador deveria desaparecer.

As ordens mendicantes, entre as quais se destacam dominicanos e franciscanos, foram as primeiras autorizadas a pregar fora da liturgia e o faziam em suas viagens missionárias. Os primeiros defendiam a primazia da Escritura na

---

<sup>21</sup> No *Capitolare di Würzburg* já aparece a fórmula *in illo tempore* (naquele tempo) ou *cum* (quando) ou *in diebus illis* (naqueles dias), mais usado para as leituras do AT, e *haec dici dominus* (este é o chamado), para leitura proféticas, e o epistolário iniciando com *Frates* ou *Carissimi* (ROPA, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 32).

<sup>22</sup> O texto do Semeador é usado como inspiração e modelo para os pregadores, a partir da interpretação alegórica de que a semente é a Palavra de Deus, que deve ser coberta, regada e aquecida, para que não seja comida pelas aves e nem morra. Deve ser regada com as lágrimas de arrependimento do pecador e da humanidade. Daí o papel essencial do pregador no anúncio da Palavra de Deus e no cuidado com as “almas” (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 66-67).

pregação (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 78-79), consideravam a memória um recurso essencial e contavam com a graça, para que a pregação a ultrapassasse e produzisse frutos na vida dos fiéis. Entre os franciscanos, a preocupação se voltava para a forma e a gesticulação era privilegiada, apresentando quase um teatro do texto, para deixar as cenas comoventes. Essa era a novidade da pregação franciscana, que permaneceria mesmo depois de começarem estudos rigorosos.

A partir das universidades, eclodiu um tipo de pregação didática, que não provinha da escolástica, mas era fruto da “lectio universitária, da exegese bíblica, aberta ao problema da pastoral” (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 68 – tradução livre). Nela, ao invés de se ater à perícopes inteira, como na patrística, explorava-se o *tema* da Escritura.

Les *artes praedicandi* (*sic*) mettono in evidenza il rigoroso procedimento logico-retorico, che permette di costruire l'intero sermone, come una deduzione e una *manifestatio* (per serie di divisioni e subdivisione) della verità implicita nell *thema* (*sic*) (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 69).

Para Delcorno (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 69), ao contrário de alguns estudiosos, tal tipo de pregação não representou uma crise da Escritura, pois, não usava os procedimentos puramente racionais da *disputatio*. Ganhavam destaque as metáforas e recorria-se à autoridade dos personagens bíblicos. Todavia, era requerida a preparação escolástica e considerava-se oficial e original o texto latino da *Vulgata*.

Com o passar do tempo, a ideia de voz de Cristo que voltava a atenção à mensagem, esquecendo-se do pregador, evoluiu, de forma que a pregação passou a substituir a Escritura propriamente dita, conforme atesta Delcorno (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 77). A possibilidade de pregação fora da liturgia e da escolha do tema, independente da leitura do dia, contribuiu com esse processo. Alguns pregadores enfatizavam questões morais ou outros temas, conforme sua própria intenção ou interesse dos ouvintes. A pregação histórica foi perdendo campo, pois se julgava desnecessário ouvir a mesma narração muitas vezes.

Ao lado da pregação estava a questão das traduções, bastante controversa na Idade Média. Embora a aceitação do texto de Jerônimo como oficial já se consolidasse, as traduções da Escritura tiveram grande importância na evangelização dos povos. Segundo Chiesa (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 15-18) existiam inúmeras traduções do texto bíblico em vários idiomas, já nos séculos III a V. A preocupação primeira não era literária, mas pastoral, por isso, eram traduzidos livros e passagens bíblicas conforme a necessidade da pregação, mas vigorava o cuidado com a fidelidade ao texto. As traduções não eram vistas como problema e até ajudavam na composição dos idiomas. Entretanto, a partir do século VI, não há registros de traduções nas regiões de antiga evangelização e mesmo nas demais regiões, com exceção da tradução de Cirilo e Metódio, que evangelizavam a Grande Moravia.

Após o Concílio de Tours, com a recomendação da pregação em vernáculo, a questão das traduções vem à tona. Desenvolveu-se um tipo de tradução livre, que servia à difusão da mensagem, à homilética, à liturgia, mas não conservava a autoridade e excelência da Escritura (CHIESA, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 20). A partir do séc. XVIII, algumas traduções da Bíblia tinham caráter independente da oficial latina, porém, a Igreja Católica procurou manter a fidelidade ao texto original, considerando como tal a *Vulgata*. Embora houvesse permitido as traduções, foi ao longo do tempo considerando-as heréticas, passando a ser necessária uma permissão preventiva para fazê-las ou lê-las (CHIESA, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 25-26). Destarte, eram muito criticados os clérigos que pregavam, com base em traduções diferentes da oficial (DELCORNO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 74). A difusão das coleções de pregações procurou amenizar o problema, visto que nem todo o clero tinha acesso aos estudos das grandes universidades e mosteiros, permanecendo sem conhecimento do latim e da preparação escolástica.

A pregação, na liturgia e fora dela, era muitas vezes o contato mais direto que o povo, de minoria alfabetizada, poderia ter. Entretanto, isto não impediu que diversas expressões culturais estivessem permeadas de elementos bíblicos. A pintura e a escultura eram verdadeiras bíblias para analfabetos. Produções literárias e artísticas eram profundamente marcadas por elementos bíblicos. Um exemplo

interessante são as paródias. Os acenos bíblicos presentes neste tipo de produção artística levou Rabano Mauro (*apud* CREMASCOLI, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 440) a afirmar que a paródia refere-se ao texto bíblico apenas como literatura, para exercitar e deliciar a mente e mostra que a Escritura não era vista apenas como texto sagrado, mas também como elemento cultural<sup>23</sup>. O mesmo acontecia na poesia e no teatro, especialmente de comédia. Odes inspiravam-se em passagens e personagens bíblicos. De acordo com Stella (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 47-64), recontavam-se as histórias bíblicas através de poemas dos mais variados tipos, para serem simplesmente recitados ou com finalidades didáticas e catequéticas.

Outro tipo de manifestação cultural que marcou especialmente a virada do primeiro milênio é a literatura visionária, através da qual, um suposto vidente narra sua experiência mística. A visão é entendida como revelação, vinda diretamente de Deus. Segundo Stella (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 380-381), a relação de dependência entre Escritura<sup>24</sup> e experiência visionária, alertava para o fato de que as revelações não poderiam contradizer a Escritura, ou modificar sua narração e escrita.

Havia também a figura do profeta medieval, que anunciava um apocalipse em ação, criticando situações do presente e com visão positiva para o futuro. Este se baseava em previsões astrológicas, revelação particular ou combinação de textos bíblicos. O profeta, na maioria das vezes leigo, encontrava problemas com a teologia escolástica, universitária, especialmente nos séculos XIII e XIV. Santi (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 391-392) afirma que para legitimar sua profecia, ao proclamar sua história autobiográfica, em que Deus, supostamente, atuava, ele recorria à Bíblia.

A partir da espiritualidade devocional, suscitada na vida monástica e religiosa, foram difundidos muitos livros com as histórias de santos e santas. A literatura

---

<sup>23</sup> Bons exemplos de paródias relacionadas a textos bíblicos são: *Cena Cypriani*, *Carmina Burana* de S. Pittaluga, a poesia *Goliardi*, entre outras (CREMASCOLI, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 440-453).

<sup>24</sup> As visões remetiam mais às questões do juízo final. Como a Escritura não traz muitas informações a esse respeito é difícil estabelecer uma relação mais estreita entre ambas, sendo que às vezes parece que os elementos bíblicos, que aparecem nas narrativas visionárias, podem apenas ser parte da cultura medieval (MAGGIONI, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 382-386).

hagiográfica também provinha de uma mentalidade bíblica. Conforme atesta Innocenti (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 341-342), os santos, de certa forma, eram vistos como sucessores dos personagens do AT e NT, o que colocava sua história em continuidade com a história sagrada. No entanto, o santo era um personagem completamente diferente, mesmo com o esforço em colocar elementos bíblicos nas narrativas. Logo, a vida dos santos não era uma combinação de elementos escriturísticos, mas a elaboração de um modelo de santidade, ligado ao texto bíblico, com uma nova razão de ser. Desta forma, a hagiografia era uma espécie de atualização da Escritura, pois propunha o tema da perfeição de forma renovada, utilizando linguagem bíblica. Vinay (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 343) vê na hagiografia uma visão bíblica de dinamismo histórico, ou seja, uma nova forma de escrever a história sagrada. A Escritura não muda, mas o homem sim. Logo, o desenvolvimento da hagiografia se relaciona com a Bíblia como um desenvolvimento histórico, de continuidade.

As ditas heresias também refletem o conhecimento bíblico da sociedade medieval. A questão de Valdesio, por exemplo, está intimamente relacionada à Escritura. Sua conversão se deu pela meditação pessoal do texto. Ele não conhecia bem o latim e se associou a dois padres, que lhe forneceram traduções do Evangelho e de vários outros livros bíblicos. Sua interpretação não é apenas um literalismo inculto, mas recorria aos santos, escritores e clérigos tidos como autoridades. Ele iniciou sua missão de pregador, com a intenção de anunciar o Evangelho, vivendo-o, como viveram os apóstolos (MERLO, In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 429). Muitos de seus adeptos clérigos tinham grande conhecimento da Escritura. Além dele, Enrico e Arnaldo de Brescia negaram as funções eclesiais dos bispos e do clero, por entender que a riqueza e o poder não coincidiam com o Evangelho (Ibid., p. 428). Merlo (In: CREMASCOLI; LEONARDI, 1996, p. 437) destaca, que para o cisterciense Cesario di Heinterbach e também para o valdes Durando d'Oasca, o herege é tido como aquele que perverte a Escritura, ou seja, aquele que a lê e interpreta de forma errada. Ou seja, todos buscavam a fidelidade à Palavra de Deus. As supostas heresias, por muitas vezes, denunciavam as incoerências da hierarquia eclesial. Muitas delas não estavam



voltadas para questões doutrinárias ou exegéticas, mas para a vivência da fé, a partir da leitura da Escritura.

Enfim, no final da Idade Média, a relação Escritura e povo é tratada pela hierarquia eclesiástica com certa reserva. Martini (In LYONNET; *et al*, 1971, p. 175-176) informa que a desconfiança no uso da Escritura pelos leigos se consolida no fim do século XII. Ele relata que o bispo de Metz, em 1199, envia uma carta ao Papa Inocêncio III, mostrando sua preocupação com um grupo de leigos, que traduziu o Evangelho, reunia-se para ler a Escritura e mostrava certa arrogância com relação ao pároco do local. A resposta do Papa convida à vigilância a este tipo de iniciativas, mas não toma nenhuma decisão de proibição. Entretanto, nos séculos precedentes, as controvérsias vão surgindo nas comunidades locais e, aos poucos, surgem medidas proibitivas, que resultam no distanciamento da Escritura para a grande maioria dos cristãos.

### **2.2.3 Desafios dos novos tempos**

O advento da Idade Moderna trouxe para a Igreja Católica novos desafios; muitas vezes a Escritura esteve no centro das atenções. O surgimento do renascimento e humanismo colocou em cheque o conhecimento teológico, em face às descobertas científicas e análises racionalistas, acerca das verdades de fé. Mannucci (2006, p. 317) recorda, convenientemente, que aquele que se aproximava da Escritura não era mais o mesmo dos tempos dos padres da Igreja ou da Idade Média. As perguntas partem de um novo mundo, criado fora das realidades da fé. A Reforma também seria um ponto crítico na história da Igreja Católica e incidiria diretamente no uso pastoral da Escritura. Foi um período marcado por inovações e retrocessos no campo dos estudos e divulgação da Bíblia.

Com o renascimento, o interesse pelos livros antigos deu nova visibilidade à Escritura e motivou as traduções. Segundo Buzzetti e Bravi (In: FABRIS, 1992, p. 23-26), antes da famosa versão alemã de Lutero, já se contava, em 1500, 11 edições do texto bíblico completo apenas na Itália e, mesmo na Alemanha já havia traduções de partes da Escritura em vários dialetos. A invenção de Gutemberg abriu a possibilidade de mobilidade do texto, custo relativamente menor e grande escala



de reprodução. Nos primeiros anos, as formas de impressão continuaram seguindo os padrões dos copistas (margens grandes para comentários, duas colunas, caracteres góticos,...), mas logo Johann Froben lançou a Bíblia de “bolso”, que suscitou novos estilos e possibilidades de ampliação da produção, ocasionando a concorrência entre os editores. Sendo os livros de “banco” destinados aos estudiosos, Froben abriu caminho para o uso da Bíblia aos que estavam fora do círculo acadêmico. Surgiu a necessidade de que esse novo público fosse atraído para tal leitura e o texto passou a ser apresentado como necessário à vida de qualquer cristão, o que teve eco, pois o ambiente reformista levava a Escritura para o centro das discussões. O fato de haver uma nova classe social em ascensão, a burguesia, também dava impulso à aquisição destas impressões. Caras, simbolizam o status dos novos ricos, que ainda conservavam suas crenças.

Froben também editou a versão greco-latina do NT, de Erasmo de Roterdã. Em seu ponto de vista humanista, o holandês entendia que a filosofia de Cristo não faz distinção de pessoas, por isso, a Escritura precisava estar em língua vernácula, para ser acessível a todos. Disso adviria o conhecimento da teologia, a tal ponto de o cristianismo deixar de ser apenas ritos, para se tornar conhecimento e prática moral. Seu pensamento ajuda a entender o clima de entusiasmo vivido na época. Nas bases de sua reflexão encontramos dois aspectos:

1. L'umanista olandese parla solo e sempre di una lettura della Bibbia intesa come fatto privato e personale, in línea com la personalizzazione de rapporto lettore-libro propria dell'umanesimo, ulteriormente promossa e favorita dalla stampa, già intuita a suo tempo, come si è visto, dall'editore Froben; 2. La lettura personale è finalizzata, fra l'altro, al conseguimento di risultati etico-pratici, anche sul piano ecclesiale: la lettura introduce alla critica, al confronto, a una serrata polemica verso lo 'status quo' delle pratiche e tradizioni ecclesiastiche (BUZZETTI; BRAVI, In: FABRIS, 1992, p. 29).

Apesar dessa primavera bíblica na Europa, a leitura humanista e a Reforma reforçaram a atitude de desconfiança, com relação às traduções, pois a leitura pessoal foi entendida como perigosa para a Igreja Católica, já que a Escritura se tornou o lugar teológico fundante de todo pensamento luterano, sintetizado na *sola scriptura*. Pio IV, em 1654, diria:

Como a experiência tem demonstrado, a leitura individual da Bíblia, em língua vulgar moderna, causa mais prejuízo que proveito; por isso, nessa

matéria o fiel deve ater-se ao juízo do bispo e à orientação do vigário ou do confessor (*apud* MOSCONI, 1996, p. 63).

A proibição das traduções vulgares<sup>25</sup>, que levou a muitos processos inquisitoriais, é fruto desse clima de hostilidade. A motivação que acompanhava tais traduções é que era o ponto nevrálgico da questão. A leitura individual da Bíblia era incentivada, para compreensão e alimento da fé, em detrimento dos ensinamentos da Igreja Católica: a Escritura garantiria a salvação, sem a vida sacramental da Igreja e o controle eclesiástico.

Frente a essas e outras questões levantadas, a Igreja Católica respondeu com o enrijecimento da doutrina e do controle da hierarquia e da autoridade do Papa. A Tradição e o Magistério eram tidos quase que com maior autoridade que a Bíblia; os sacramentos e as devoções eram uma alternativa à *Sola Scriptura*. Por sua vez, os grupos reformados mergulharam em um biblicismo, que desembocou na onda iconoclasta e colocou a Bíblia como centro da teologia, descartando a tradição cristã de séculos. O racionalismo foi considerado o meio mais correto para se chegar à verdadeira doutrina. Dreher (2006, p. 100) afirma que, sobretudo entre os luteranos alemães, foi “reintroduzido um escolasticismo protestante”, que deixou a teologia “erudita, formalista e árida”.

Passadas as primeiras tensões, no lado católico, o debate com os reformistas sobre a Bíblia contribuiu para um amadurecimento dos estudos bíblicos. A racionalidade humanista, o retorno às obras clássicas da antiguidade e a valorização das línguas antigas, contribuíram para a construção de novos critérios de interpretação crítica, literária, histórica e endereçamentos filosóficos e ideológicos.

---

<sup>25</sup> O Concílio de Trento, em um primeiro momento, encontrou quatro soluções para a questão das traduções: 1) Decretou oficial a *Vulgata*, para que não fossem usados textos em vernáculo, nas disputas científicas e nas pregações; 2) Considerou a *Vulgata* manuscrita inexacta e apelou para a redação de um texto revisto; 3) Declarou que a interpretação da Escritura não era tarefa individual, mas deveria estar de acordo com os ensinamentos da Igreja Católica e os escritos dos Padres; 4) Estabeleceu que a edição e venda de Bíblias estariam subordinadas a uma censura do magistério da Igreja Católica. De fato, as traduções vernáculas não foram diretamente abortadas, pois, entre os conciliares também existiam opiniões contra e a favor de tais edições. Entretanto, em 1564, no final do Concílio, houve a publicação da lista de livros proibidos, entre os quais estavam as traduções vernáculas da Escritura. Desta forma, as traduções vulgares apenas seriam permitidas aos estudiosos, mediante permissão dos bispos e inquisidores. (BUZZETI; BRAVI, In: FABRIS, 1992, p. 40-41).

Graças às novas formas de estudo e compreensão da Escritura, que surgiram entre católicos e protestantes, foram lançadas as bases para o surgimento dos métodos histórico-críticos, que colocariam em cheque os tradicionais ensinamentos e voltariam as atenções para a questão da inerrância da Escritura. A Bíblia seria então estudada e analisada fora da Igreja, como literatura e não como livro sagrado, sendo postas à prova as verdades históricas e científicas. Ao mesmo tempo em que representou um avanço, do ponto de vista acadêmico, tais leituras resultaram em um distanciamento da Escritura enquanto livro que traz uma mensagem para o leitor de fé.

A Escritura tornou-se objeto da pesquisa histórica e, por isso mesmo, começava a distinguir-se dos cristãos que a investigavam, com aquela mentalidade nova, recebida dos historiadores. O passado bíblico começava a distanciar-se do presente que os cristãos estavam vivendo. Consequentemente, a revelação divina, isto é, a fala de Deus aos homens, ancorada como estava naquela mesma história bíblica, começava a distanciar-se, ela também, do presente, recuava junto com os fatos bíblicos, para o passado. Antes, embora bem ancorada no passado, a revelação era uma realidade presente, conservada na memória do povo, ou seja, na consciência que o povo tinha de si mesmo, como Povo de Deus. Atuando no presente, a revelação divina tinha, por assim dizer, um pé no passado e outro no presente, unidos entre si na unidade da memória e da consciência do povo. Agora, porém, com a separação dos dois, a revelação já não podia ficar dos dois lados. Ficou do lado do passado, pois era lá que ela possuía o seu fundamento, garantido pela Bíblia (MESTERS, 2007, p. 49).

A história bíblica e a própria revelação ficaram relegadas ao passado, como um fundamento sólido, mas com pouca relação com a vida concreta do cristão. A ênfase no conteúdo tirou o lugar do diálogo, da relação com Deus, que agiu no passado e continuava agindo no presente. Essa compreensão somada à proibição das traduções, da leitura individual e o controle sobre as vendas de Bíblias por parte da Igreja Católica, restringiu, aparentemente, por completo, o acesso ao texto sagrado. Nem mesmo a possível popularização do livro pela imprensa conseguiu impedir esse processo.

Mesmo neste contexto, não faltaram pessoas e movimentos desejosos de voltar às fontes bíblicas e patrísticas, como Francisco de Sales, João Eudes, Vicente de Paula, João Batista de la Salle, Pierre de Berulle, Jean-Jacques Olier (BISSOLI, In: FABRIS, 1992, p. 152-153). Merece destaque o empenho de Girolamo Nadal. Ele pensava na leitura da Escritura para além do meio acadêmico, e a *lectio* da tradição antiga foi por ele retomada, como possibilidade para a pregação homilética. Era

diferente do sermão: não recorria à oratória ou outro recurso, mas se adaptava ao ouvinte, conforme sua capacidade, e motivava às práticas piedosas. Esta prática não teve êxito devido à baixa preparação do clero. Caiu-se no engano de transformar a Escritura em argumento, como tantos outros, sem a seiva vivificante da Palavra de Deus.

Bissoli (In: FABRIS, 1992, p.170-174), destaca o empenho pastoral de outros três personagens chave no uso da Escritura na pastoral: 1) Afonso Ligório (1696-1787) cujas pregações, repletas de citações da Escritura e da patrística, eram caracterizadas por uma abordagem de pastor e não de professor. 2) Antonio Cesari (1760-1828) colocava a Escritura no centro da pregação, procurando uma atualização da Palavra. 3) Antonio Rosmini (1791-1855) que valorizava os textos dos padres da Igreja, entendendo que esses deveriam iluminar a leitura da Escritura antes de qualquer outra mediação. Ele tratava do amor de Deus revelado na Escritura e criticava os doutores que a interpretavam de forma fria. Eram tentativas de voltar às fontes patrísticas e à Escritura, mas nem sempre essas tiveram sucesso, ou alcance suficiente, para trazer a Bíblia para o centro das práticas e discussões pastorais.

Ao coibir o acesso à Escritura, colocava-se a necessidade de outra alternativa para a educação na fé. Surge, então, ainda em 1500, uma forma pedagógica de ensino bíblico-pastoral além da pregação: o catecismo. A princípio, o catecismo foi entendido como segunda via da Escritura, fundamentando-se nela, mas com o passar do tempo, foi tomando seu lugar, de forma que “do serviço que a catequese prestava à Escritura, passou-se ao serviço que a Escritura deveria prestar ao catecismo” (BISSOLI, In: FABRIS, 1992, p. 150 – Tradução livre). Aquela, por vezes, tinha um papel de fundo: como suplementar à doutrina cristã, dogmática e moral<sup>26</sup>.

Uma forma de catequese, que procurava aproximar-se da Escritura, mas que confirma o historicismo, denunciado por Mesters (2007), foi a história sagrada. Para Libânio (2005, p. 22) “era o meio termo entre a ignorância bíblica e o manuseio

---

<sup>26</sup> É importante notar que o catecismo de Trento coloca como *locus communes* não a Escritura e os Padres, mas o Credo, os mandamentos, os sacramentos e o Pai-nosso. Mas tanto o *Catechismo Romano*, como o seu precedente de Pedro Canísio, mantém certo equilíbrio citando a Escritura. Porém, o catecismo de Belarmino, que faz poucas referências à Escritura, será dominante a quase substituí-la (BISSOLI, In: FABRIS, 1992, p. 156).

direto dos livros sagrados”. A ênfase voltava-se para o conteúdo, para a história iniciada com Abraão e concluída com o último dos Apóstolos, de forma que a revelação só chega ao povo, na medida em que se coloca em continuidade com a história da salvação.

O texto sagrado só seria lido de fato, na proclamação litúrgica. Porém, na liturgia houve certo esvaziamento da Escritura, pois a formação dos clérigos evidenciava o aperfeiçoamento moral, em muitos centros de formação teológica. As homilias tendiam a sermão e não conduziam ao mistério celebrado. A Escritura, por vezes, tinha um papel de fundo: como suplementar à doutrina cristã, dogmática e moral. Do mesmo modo, a mística baseava-se mais no racionalismo que na contemplação do Cristo morto e ressuscitado (GRÉGOIRE, In: FABRIS, 1992, pp. 75-77). As leituras das festas eram escolhidas no lecionário temporal ou santoral, conforme o caráter espiritual que se queria dar. Repetiam-se muito as leituras, o que impedia que se conhecesse a totalidade da Escritura, além de torná-la monótona.

Aos poucos foi se deixando de fazer o silêncio meditativo entre as leituras e as orações vocais ganharam destaque. Para Grégoire (In: FABRIS, 1992, p. 79)

*L'insieme era assai pesante, e il rápido succedersi dei testi e dei riti non imprimeva tracce profonde nell'intelligenza del credente; il senso del mistero era tuttavia nutrito in queste celebrazioni, che ricorrevano ad un lingua 'morta' e a riti oscuri, nel loro significato allegorico.*

Os comentários alegóricos e devocionais nasceram em um contexto litúrgico e catequético e deixaram de beber nas fontes dos padres e da Escritura. A Bíblia deixou de fazer parte do ambiente cultural e ficou relegada à teologia e liturgia, que enfatizava o aspecto individual da celebração.

A vida pastoral se construíra sobre o catecismo de caráter apologético e casuístico. Aos fiéis dava-se formação moral e incentivava-se a buscar a própria salvação, por meio das boas obras, das indulgências, das práticas sacramentais e de piedade. Também desapareceu a prática da Lectio Divina monástica e ganhou espaço, em todos os ambientes católicos, as práticas sacramentais e as devoções. A Escritura foi substituída pelos manuais devocionais (GRÉGOIRE, In: FABRIS, 1992, p. 77). Ao povo, restava a leitura pelos olhos do poder eclesiástico (LIBÂNIO,

2005, p. 22) traduzida em manuais que, supostamente, fundamentavam-se na Escritura.

Pode-se inferir que este período é marcado pelo fechamento e pela elitização do texto bíblico. Enquanto nos círculos intelectuais, formados por ilustrados e exegetas, o texto era discutido, ora expressando anseios de liberdade, ora de refúgio na doutrina, a grande maioria de cristãos ficaria à margem, sem acesso direto ao texto bíblico. Sua formação estaria fundamentada no catecismo, no aperfeiçoamento moral e nas práticas devocionais.

#### **2.2.4 Sinais de esperança**

Em meados do século XIX, cresce renovado interesse acerca da Escritura. Entre protestantes<sup>27</sup> e, posteriormente, católicos, surgiram vários grupos de oração e estudos bíblicos; neles se redescobriu o interesse por uma catequese bíblica. Surgiram novas traduções da Escritura e o problema de seu custo motivou a criação das sociedades bíblicas<sup>28</sup>, inicialmente formadas pelos protestantes e, depois, católicos<sup>29</sup>. O interesse era disponibilizar o texto sagrado a todas as pessoas, inclusive os pobres. Estabeleceu-se um clima de colaboração entre os dois grupos. São as primeiras sementes do que posteriormente ficaria conhecido como movimento bíblico, que traria à leitura da Escritura os traços da modernidade.

Tais iniciativas perderiam força na segunda metade do séc. XIX, devido a posicionamentos das autoridades eclesiais, que defendiam a inerrância e a leitura conforme a interpretação tradicional da Igreja Católica e entendiam o contato com protestantes como perigoso. Pio VII proibiu a participação de católicos nas sociedades bíblicas, considerando-as “uma peste” (Dreher, 2006, p. 178). Os perigos da Ilustração, o surgimento das novas ciências e os avanços científicos despertaram ainda mais a desconfiança dos líderes da Igreja Católica.

---

<sup>27</sup> Embora tida como expressão pejorativa por alguns autores, o termo aqui não reflete desrespeito a tal grupo religioso. Trata-se apenas de uma convenção de termo usada, atualmente, pelos próprios cristãos das igrejas históricas da Reforma.

<sup>28</sup> O objetivo das sociedades bíblicas era a acessibilidade de todos ao texto, especialmente os pobres. As publicações do NT e da Bíblia, feitas respectivamente em 1712 e 1713, em gráfica própria e com recursos de doações por Canstein, são consideradas como o germe das Sociedades Bíblicas (DREHER, 2006, p. 175-176).

<sup>29</sup> Foi a sociedade bíblica da Filadélfia, nos Estados Unidos, 1808, a primeira que contou com a presença de católicos e protestantes (*Ibid.*, p. 178).

A atitude defensiva do Papa Pio X, frente ao modernismo, gerou tensões no campo da pesquisa bíblica. Embora novas descobertas arqueológicas e maior conhecimento das línguas orientais permitissem análises mais apuradas do texto, a ênfase na verdade bíblica fez com que novas teorias, como a da evolução, entrassem em choque com os ensinamentos católicos acerca da Escritura e os exegetas católicos fossem tolhidos de importantes recursos da ciência. A *Providentissimus Deus* (1893) e *Spiritus Paraclitus* (1920) deram certa abertura aos estudiosos, mas o ambiente ainda inspirava prudência, acerca da teoria dos gêneros literários e de outros métodos histórico-críticos. Apenas em 1943, com a *Divino Afflante Spiritus*, as ciências naturais seriam vistas como recurso para a exegese bíblica. Abrem-se, então, as portas para o método histórico-crítico, sem esquecer a leitura espiritual. Neste ínterim, a grande maioria de cristãos continuava alimentando suas devoções. Contudo, já havia também em meios populares, grupos que clamavam pela possibilidade de alimentar-se da Palavra de Deus.

O clima de oposição entre métodos científicos modernos e leitura bíblica chegaria ao fim, em meados do séc. XX. Iniciado em 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II foi um marco na história da Igreja Católica, que, a partir de então, expressa o desejo de abrir-se para o diálogo com o mundo contemporâneo. Para Claudio Ettl (2004)

Uno de los logros duraderos del Vaticano II ha sido su contribución decisiva para el redescubrimiento del papel central de la Sagrada Escritura en la vida de la Iglesia y de todos los fieles. En los dieciséis documentos conciliares se expresa repetidamente la necesidad e importancia de que la pastoral esté basada en la Biblia e impregnada por ella. Las afirmaciones más importantes sobre este tema se encuentran en la *Dei Verbum*, en especial, en el capítulo VI, donde la Sagrada Escritura es llamada “el alma de la teología” (DV 24).

Elaborada em meio a muitas discussões, em 1965, a *Dei Verbum*, constituição dogmática que se refere à Revelação, proporcionou o estudo exegético católico sem temor e promoveu “uma consciência e uma práxis nova” (BETORI, In: FABRIS, 1992, p. 247 - Tradução livre). O documento propiciou o acesso dos fiéis à Escritura, trouxe o texto para o centro da teologia, da catequese, da pregação, da vida cristã e da oração. A DV tirou a Escritura da marginalização, liberou o estudo do gargalo das condenações doutrinárias, abriu para o diálogo ecumênico e com a ciência (BETORI, In: FABRIS, 1992, p. 248-248). Ratzinger, ainda em 1967, avaliava



que a *Dei Verbum* “une lealdade à tradição da Igreja com o sim para a ciência crítica e, assim, mais uma vez, abre o caminho para a fé no mundo de hoje” (Tradução livre). Na constituição dogmática, a Igreja Católica reconhece, oficialmente, a necessidade de disponibilizar a todos o texto bíblico, mediante “traduções esmeradas e fiéis” (DV 22) para os cristãos e, até mesmo, não cristãos (DV 25). A Escritura é entendida, junto com a tradição, como o “fundamento perene” da teologia (DV 24), da formação do clero e de todos os fiéis leigos. Há um constante apelo para o estudo e a oração a partir da Escritura, para que ela seja o “alimento [...], para iluminar as inteligências, robustecer a vontade, inflamar os corações dos homens no amor de Deus” (DV 23).

Além do mais, nasce uma nova concepção, ou releitura, da revelação com caráter dialogal, fundamentada em Ex 33,11; Jo 15,14-15; Br 3,38<sup>30</sup>. Do caráter dogmático que entendia o conhecimento de Deus pela graça e pela razão, expressa no Vaticano I, volta-se para a revelação de Deus “pessoal e histórica [...], que culmina em Jesus Cristo” (MANNUCCI, 2006, p. 27) e que requer uma resposta de fé. Trata-se de uma nova forma de entender e de viver o seguimento de Cristo. Nesse sentido, propõe-se uma leitura que considere a Bíblia, não apenas em sua função normativa ou informativa, mas priorize a escuta e coloque o Magistério a serviço da Palavra (DV 10). A nova compreensão de Revelação que acontece na história, também implica em uma teologia mais histórica, bem como uma ação pastoral mais narrativa, desde a história do povo de Israel, até a história da comunidade hoje. Assim, pode-se perceber como, no decurso dos séculos, se traduziu na vida e nas intuições, o desígnio salvífico de Deus, revelado e realizado em Jesus Cristo (MANNUCCI, 2006, p. 59). Isto implicou também em uma reflexão mais apurada entre a relação vida e fé.

Aos estudos exegéticos católicos, além da consolidação do uso dos métodos científicos, somou-se “o estudo dos santos Padres do Oriente e do Ocidente, bem como as sacras liturgias” (DV 23). Os exegetas católicos deveriam ter em conta a unidade de toda Escritura, a Tradição da Igreja e a analogia da fé (DV 12); seus estudos deveriam “oferecer, frutuosamente, ao Povo de Deus o alimento das

---

<sup>30</sup> Cf. DV2.



Escrituras” (DV 23). Desta forma, os estudos bíblicos passam a ser vistos em uma perspectiva pastoral.

A renovação litúrgica, também fruto do Concílio, trouxe a Escritura para o centro da liturgia, reconhecendo a presença de Cristo na Palavra, “pois é ele quem fala, quando na Igreja se leem as Sagradas Escrituras” (SC 7). Resgatou-se o valor da liturgia da Palavra, até então quase esquecida, em face ao devocionismo eucarístico. A constituição dogmática da reforma da liturgia insiste:

É muito grande a importância da Sagrada Escritura na celebração litúrgica. Dela se extraem os textos para a leitura e explicação na homilia e os salmos para cantar; do seu espírito e da sua inspiração nasceram orações, preces e hinos litúrgicos; dela tiram o seu significado os sinais e ações. Portanto, para promover a reforma, o progresso e a adaptação da sagrada Liturgia, é necessário desenvolver aquele suave e vivo amor pela Sagrada Escritura, de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos, quer orientais, quer ocidentais (SC 24).

A catequese retomou o uso e o valor da Bíblia. A *Catequese Tradentae*<sup>31</sup>, coloca-se na linha pós-conciliar e entende que catequisar é como “levar alguém a perscrutar” o mistério de Cristo (n. 5), “à luz da Palavra” (n. 20). A “Palavra de Deus, transmitida na Tradição e na Escritura” é reafirmada como fonte da catequese, bem como da liturgia e da vida mesma da Igreja (n. 27).

Em diversos âmbitos eclesiais surgem novos grupos e espiritualidades e, os já existentes ganham força e maior liberdade para aproximar-se da Escritura. Dentre eles podemos citar o Caminho Neocatecumenal, que tem a Escritura como primazia e fundamento da vivência comunitária e da liturgia; a Ação Católica, cujo método ver-julgar-agir coloca a Escritura no imprescindível papel de iluminar, especialmente, o segundo passo; a Renovação Carismática Católica – RCC, que estabelece contato com a Bíblia pela oração e nela busca o diálogo com Deus. Poderíamos incluir ainda o movimento *Focolari*, que encontra na Escritura a norma de vida, e o movimento Comunhão e Libertação, em que a ênfase é dada na leitura comunitária, particularmente pela recitação da oração de laudes e a liturgia sacramental (BETORI, In: FABRIS, 1992, pp. 272-286). Além destas, muitas foram as iniciativas,

---

<sup>31</sup> É importante destacar que o documento, já no n.1, reconhecendo a missão de ensinar como mandado de Jesus, cita o mesmo texto de 1Jo 1,2-3, que abre as citações da *Dei Verbum*.

com variadas formas de leitura, que proporcionaram o acesso à Escritura e maior consciência da Palavra de Deus na vida da Igreja Católica e de cada cristão.

No Brasil, os grupos citados influenciaram, mas também houveram iniciativas locais de popularização do texto sagrado, antes e depois do Vaticano II. A fundação da Liga de Estudos Bíblicos (1947), a realização das semanas bíblicas, a instituição do dia e, depois, do mês da Bíblia e as traduções conseguiram popularizar o texto bíblico e gerar uma nova compreensão de Escritura na ação pastoral (BARBOZA, 2011). Mesters (1983) relata com entusiasmo a leitura e interpretação que o povo faz da Escritura, especialmente nas comunidades eclesiais de base – CEB's e nos círculos bíblicos. Grupos que se formaram especialmente nas classes sociais menos favorecidas e nas periferias. Para ele, a leitura nesses contextos é uma leitura orante (MESTERS, 1983, p. 192-193), que considera o texto atual e vivo, e está ligada à vida concreta (MESTERS, 1983, p. 137). O confronto entre Palavra e vida é constante.

Na catequese, grande foi o empenho para voltar-se à centralidade da Palavra de Deus. A Catequese Renovada, importante documento editado em 1983, reconhece a importância do seguimento de Cristo, plenitude da Revelação e a Escritura como “testemunho autêntico da Revelação divina” (CNBB, 1983, n. 61), por isso insiste que a Tradição e a Sagrada Escritura são as fontes da Catequese, considerando o Evangelho como o centro (CNBB, 1983, n. 87). A liturgia também passou a valorizar mais a Palavra e contemplar o caráter dialógico da Palavra de Deus, bem como sua eficácia (CNBB, 1989, n. 264). O tema da Palavra aparecerá em todos os planos de ação evangelizadora do Brasil, desde o Plano de Emergência (1960-64) e o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970).

Todas estas iniciativas e práticas foram essenciais, não apenas para a difusão do texto bíblico entre os leigos, mas para a construção da consciência acerca da importância da Palavra de Deus. Assim, pouco a pouco, a Bíblia foi ganhando lugar de destaque nas celebrações litúrgicas, na catequese, nos encontros de reflexão e oração, não apenas como livro, mas como Palavra viva e eficaz. Nasceu, portanto, o convencimento de que em toda a pastoral da Igreja

Católica, a Palavra de Deus é a luz que ilumina o ser, o pensar, o sentir e o agir de cada cristão e de cada ação evangelizadora.

### 2.3 PERSPECTIVAS ATUAIS

Passados quase cinco décadas da publicação da *Dei Verbum*, muito se discutiu acerca de como tornar o texto acessível, ou melhor, compreensível, a todos. Investiu-se mais na formação bíblica do clero e desenvolveram-se cursos de formação para leigos. Muitas pastorais adotaram textos bíblicos, a partir do qual desenvolveram sua mística, isso sem falar da multiplicidade de traduções, de variados preços. Em um balanço geral, Ettl (2004) expressa:

A lo largo de los años que han transcurrido desde la promulgación de la *Dei Verbum*, se han desarrollado distintos acercamientos nuevos a la Biblia. La producción bíblica se ha incrementado visiblemente, puesto que a las versiones ya existentes se han sumado muchísimas traducciones nuevas, llevadas a cabo a menudo en colaboración con cristianos de otras confesiones. Se han preparado comentarios pastorales a la Biblia y se han realizado materiales e instrumentos para la pastoral bíblica como, por ejemplo, los cursos bíblicos a distancia y otras actividades a nivel de comunidades de base. Se han desarrollado nuevos acercamientos a la Biblia, como el bibliodrama, mientras que otros métodos, ya experimentados, como la *lectio divina*, han cobrado nueva vida. Se ha replanteado y reestructurado la educación de clérigos y catequistas a la luz del papel central de la Escritura, como otro descubrimiento debido a la *Dei Verbum*. También las ventajas y beneficios de los «nuevos» medios de comunicación como el ordenador, internet y el correo electrónico van siendo utilizados cada vez más para la pastoral bíblica. En pocas palabras, en muchas partes del mundo, se observa un crecimiento de la pastoral bíblica, y la pastoral eclesial se halla cada vez más animada por una orientación bíblica.

Com todos esses avanços, cultiva-se um anseio, não apenas de conhecimento do texto bíblico, mas de aprofundamento espiritual, de uma leitura orante que leve a opções de vida. Por essa razão, o tema ainda está em discussão e entrou em pauta na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe - CELAM, em Aparecida, 2007, e foi exclusivamente tratado na XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em 2008. Não prescindindo das etapas que as precederam, mas por questões práticas, a reflexão aqui exposta refere-se apenas aos documentos finais, que deles frutificaram.

Em Aparecida, ao constatar as novas circunstâncias, especialmente o secularismo, os bispos declararam a proeminência de anunciar o Evangelho e

revitalizar o modo de ser católico (Dap 13) “a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos missionários” (Dap 11). A Palavra é entendida como um dos lugares desse encontro, que se dá pela fé recebida e vivida na comunidade eclesial (Dap 246). O documento ainda insiste que a Escritura, com a Tradição, são “fontes de vida para a Igreja e alma de sua ação evangelizadora” (Dap 247) e retoma a *Ecclesia in America* (n. 12) que diz:

Ao iniciar a nova etapa que a Igreja missionária da América Latina e do Caribe se dispõe a empreender, a partir desta V Conferência em Aparecida, é condição indispensável o conhecimento profundo e vivencial da Palavra de Deus. Por isso, é necessário educar o povo na leitura e na meditação da Palavra: que ela se converta em seu alimento para que, por experiência própria, vejam que as palavras de Jesus são espírito e vida (cf. Jo 6,63). Do contrário, como vão anunciar uma mensagem, cujo conteúdo e espírito não conhecem profundamente? É preciso fundamentar nosso compromisso missionário e toda a nossa vida na rocha da Palavra de Deus.

Para os bispos latino-americanos e caribenhos, os textos bíblicos são “mediação de diálogo com Jesus Cristo” (Dap 248) e a *Lectio Divina* é uma forma “privilegiada” de aproximação à Sagrada Escritura (Dap 249). Destaca-se o caráter dialogal da relação com Deus e a importância da oração que possibilita o encontro, a comunhão e o testemunho de Cristo. Despontam a necessidade de uma “animação bíblica da pastoral” (Dap 248) que não seja apenas uma forma de estudo, mas também de escuta da Palavra, que conduza à comunhão e ao testemunho da fé em Jesus Cristo. Para Konings (2009, p.174), tais ideias estariam presentes e influenciariam o Sínodo sobre a Palavra de Deus no ano seguinte.

A assembleia sinodal de 2008 retoma o tema da *Dei Verbum*. Seu tema remete ao Capítulo VI da constituição dogmática, substituindo “Sagrada Escritura” por “Palavra de Deus” e acrescentando a missão. Com certeza se retoma o espírito do Concílio, mas se percebe que a realidade atual é bem diversa e complexa, exigindo novas respostas. A mudança e adição de termos podem significar essa consciência e também o aprofundamento da relação Escritura e Palavra, bem como a necessidade constante de missão. Para Konings (2009, p. 172), o acréscimo do termo

lembra o apelo de Paulo VI e de João Paulo II por um renovado zelo missionário, diante da secularização, que grassa no catolicismo ocidental, diante da recuperação do catolicismo nos países excomunistas e diante do crescimento das Igrejas jovens, especialmente na África e na Ásia. Nesse

sentido, o Sínodo mostra sua intenção de fomentar a recepção e atualização do Concílio.

A mensagem final, divulgada logo após o término da assembleia, divide-se em quatro partes e apresenta a revelação como a voz da Palavra, Jesus Cristo como seu rosto, a Igreja como sua casa, e seu caminho, a missão. No texto, recomenda-se que todos tenham em casa a Sagrada Escritura, conservem-na com apreço, leiam e rezem, para que “ouçam, compreendam, louvem e vivam a Palavra de Deus”. Recomenda especialmente a iniciação das crianças e jovens nesta prática (SÍNODO DOS BISPOS, 2008, n. 12).

A exortação apostólica pós-sinodal de 2010, entende a Palavra como o “coração da vida cristã” (n.3). Retoma a temática do encontro pessoal com Jesus Cristo, pois entende que os cristãos devem buscar na Palavra a experiência cristã e dela partir para anunciar, ou seja, comunicar a alegria do encontro com Cristo, a verdadeira vida (n. 2). Discorre longamente sobre o caráter dialogal da revelação (n. 6ss), apresenta a fé eclesial como lugar da hermenêutica bíblica (n. 29ss) e a relação entre a Eucaristia e a Palavra. De tal relação, introduz-se o tema da “sacralidade da Palavra” (n. 56), considerando seu caráter performativo e a presença de Cristo que fala. Segundo o texto, o objetivo de tal reconhecimento é o bem espiritual dos fiéis.

O sínodo também oferece sugestões pastorais para a animação litúrgica, na perspectiva da Palavra: 1) fomento das celebrações da Palavra; 2) recuperação do valor do silêncio meditativo; 3) solenidade na proclamação da Palavra; 4) cuidado especial com o ambão e a acústica; 5) não substituir o texto bíblico por outros; 6) o uso de cantos que sejam inspirados em perícopes bíblicas; 7) e o cuidado com os cegos e surdos, para que também eles possam ter acesso à Palavra. A exortação conclama à animação bíblica da pastoral, para que a Palavra de Deus ocupe o lugar central em toda a ação da Igreja Católica (n. 73). Insiste na formação de todos: clero, religiosos, catequistas e povo em geral. O documento testemunha que o “sínodo insistiu, repetidamente, sobre a exigência de uma abordagem orante do texto sagrado, como elemento fundamental da vida espiritual de todo o fiel” (n. 86), destacando o caráter comunitário de tal leitura, para que não se caia no individualismo. A preocupação pastoral de grande relevo é que a leitura orante,

atenta e consciente leve a encontrar, na Escritura, a Palavra de Deus que é a pessoa de Jesus Cristo (n. 72), para testemunhá-Lo ao mundo. Na última parte, ao tratar do “*Verbum mundo*”, relembra que a missão da Igreja Católica é anunciar a Palavra a todos, pelo anúncio e pelo testemunho, especialmente a vivência da caridade.

O DAp e a *Verbum Domini* ecoaram na Igreja Católica do Brasil e transformaram-se em apelos de conversão da ação pastoral (DAp 370), o que se pode inferir na leitura das Diretrizes Gerais para Ação Evangelizadora no Brasil – DGAE, 2011-2015. O texto remete à VD, especialmente quanto à centralidade da pessoa de Jesus Cristo, Palavra do Pai, como fundamento da ação pastoral. Mais uma vez, há a constatação da realidade de “mudança de época” (DGAE 20), na qual se insere diversas formas de leitura bíblica fundamentalistas (DGAE 23) e destaca que “são tempos propícios para volta às fontes e busca dos aspectos centrais da fé” (DGAE 24). Desta realidade em transformação “emergem algumas urgências na evangelização” (DGAE 28) que deveriam estar presentes em todos os planos e planejamentos da ação evangelizadora. A Palavra é então reconhecida como alimento da fé, com destaque para a iniciação à vida cristã, pois “alimentando, iluminando e orientando toda a ação pastoral, a Bíblia transborda para a totalidade da existência de pessoas e grupos, tornando-se luz para o caminho” (DGAE 29). Por isso mesmo, a Igreja Católica deseja ser “uma Igreja em estado permanente de missão, casa da iniciação à vida cristã, fonte da animação bíblica de toda a vida, comunidade de comunidades, a serviço da vida em todas as suas instâncias” (DGAE 29). Assim, emerge a urgência de ser “Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral” (DGAE 44-55). É interessante notar que não se fala apenas de animação da pastoral, mas da vida do cristão, pois, os desafios dos novos tempos afetam a Igreja Católica, mas afetam também a cada cristão em particular. Além disso, a Igreja se faz também de discípulos missionários e os cristãos só poderão sê-los, se alimentados da Palavra de Deus.

Na linha desses documentos, a CNBB lançou, em 2012, um texto que pretende “colher os frutos espirituais e pastorais” (n. 2) da *Verbum Domini* e busca oferecer linhas de ação para a efetivação da animação bíblica da pastoral. Trata-se do documento 97, intitulado “Discípulos e Servidores da Palavra de Deus na Missão

da Igreja”, fruto da 50ª Assembleia Geral da Conferência. Além de retomar os aspectos teológicos da exortação pós-sinodal e enfatizar o encontro com a Palavra, herança também do DAp, o texto apresenta três eixos da animação bíblica da pastoral: conhecimento e interpretação da Palavra, comunhão e oração com a Palavra e evangelização e proclamação da Palavra (CNBB, 2012, n. 36). O texto considera essencial que haja comissões, que efetivamente colaborem com a animação bíblica da pastoral, equipes de assessoria e formação permanente. Contando com esses elementos ditos indispensáveis (CNBB, 2012, n. 69), propõem-se linhas de ação, com destaque para: a formação bíblica de todos, clero, religiosos, lideranças pastorais e povo; a importância da leitura orante comunitária e pessoal, para a qual se propõe o método da *Lectio Divina*, como proposta também nos dois documentos anteriormente citados; a dimensão orante da Palavra, especialmente expressa na liturgia; o silêncio como requisito para a escuta da Palavra; a vivência da caridade como meio de anunciar a Palavra pelo testemunho e o compromisso com a transformação social, bem como uma nova visão da criação, a partir da Palavra. O documento procura esclarecer e precisar como pode, ou deve, acontecer, de fato, a animação bíblica de toda a pastoral e da vida de cada cristão, conforme as DGAE propõem.

Enfim, nota-se, na leitura dos documentos analisados, uma especial preocupação com a formação de todos os cristãos, para que possam acercar-se do texto bíblico, reconhecendo nele a Palavra de Deus. Um dos caminhos para que isso aconteça, é a leitura orante, assídua, em comunidade e pessoal, mas sempre no Espírito que fala na Igreja. Assim se dará o encontro com Jesus, que conduz à mudança de vida e ao testemunho da fé, que produz a transformação do mundo, rumo ao Reino. A animação bíblica da pastoral, vista por esta ótica, é causa e consequência do estudo, da oração com a Palavra e do encontro com o Mestre.



### 3 ESCOLA CATÓLICA: DESAFIO PÓS CONCILIAR

A escola, nos moldes, como se conhece hoje, foi criada a partir das obras caritativas da Igreja Católica, por volta do séc. XII. Ao longo dos anos, com Durkheim e a criação dos estados laicos, a escola passou a ser entendida como fator social, obrigação da sociedade e do Estado, distanciando-se da religião. Hoje, a educação formal, em âmbito civil, visa primordialmente a inserção da pessoa na sociedade, apta para o mundo do trabalho e as relações sociais, mediante a transmissão do conhecimento construído e, acumulado pelas gerações precedentes. Tal se dá na escola.

A Igreja Católica nunca deixou de reclamar para si o direito de atuar na área da educação por meio, sobretudo, de congregações e associações religiosas, pois, trata-se de um serviço ao ser humano, e tudo o que se refere ao ser humano, é de interesse dela, que se entende “escrava da humanidade” (Paulo VI, 1965, p. 671). Desta forma, a escola é entendida “como lugar de formação integral, mediante a assimilação sistemática e crítica da cultura. [...] e o encontro vivo e vital com o patrimônio cultural” (EC 26). À primeira vista, são conceitos que se complementam, mas cabe olhar mais de perto qual a proposta da educação católica, visto que o ponto de partida é sempre a fé na pessoa de Jesus Cristo.

Em geral, antes do Concílio Vaticano II, a escola servia à “sociedade perfeita”, na qual se inscreviam os que seriam salvos. Com a mudança de concepção do seu ser e estar no mundo, a Igreja Católica repensou também a forma de ser de suas escolas. Assim, a escola foi objeto de reflexão; construíram-se novos conceitos acerca da missão da Escola Católica, na própria Igreja e na sociedade.

A Escola Católica, em sua maioria, está aos cuidados de congregações religiosas, com carisma próprio, com práticas cristãs e devocionais que formam uma expressão da fé em contextos determinados, conforme a própria fundação e desenvolvimento na história. Desta forma, inserir a ação evangelizadora na escola, na pastoral de conjunto das comunidades eclesiais locais, pode ser um constante apelo para algumas escolas, cuja integração pode, por vezes, representar verdadeiro desafio. Também o fato da escola desenvolver funções educativas, ocorre-lhe a tentação de tomar o lugar da catequese, ou mesmo, enveredar-se para uma visão mercantilista ou pragmática do processo. Frente a essas questões, a



retomada histórica da Bíblia na Igreja, propôs-se a resgatar a importância e a levantar novas possibilidades de leitura e interpretação da Sagrada Escritura. Essa, como ponto de partida para uma efetiva evangelização de estudantes, especialmente adolescentes, bem como sua inserção na comunidade de fé. Assim, volta-se, agora, a atenção para o ambiente educacional católico e os possíveis liames com a animação bíblica da pastoral, proposta pela Igreja Católica.

### 3.1 VATICANO II: NOVO “SOPRO” NA EDUCAÇÃO CATÓLICA

Entre os temas discutidos, no Concílio Vaticano II, a educação mereceu uma declaração, em que foi registrado explicitamente o pensamento da Igreja sobre o assunto: a *Gravissimum Educationis*. O tema “educação”, no sentido amplo, é abordado de forma a oferecer algumas diretrizes que, mais tarde, seriam melhor elaboradas pela Congregação para Educação Católica - CEC, no documento *Escola Católica*. Pontos fortes da *Gravissimum Educationis* são o direito universal à educação de qualidade (n.1), o dever do poder público em oferecê-la, a responsabilidade das famílias no processo educacional (n. 3 e 6) e o papel dos educadores no cultivo dos valores morais católicos (n.8). Às escolas, em geral, mesmo as públicas (n. 7), recomenda conservar os princípios morais e religiosos. Exorta aos pastores (n. 9) das Igrejas locais para que apoiem as instituições católicas. Pede também que os pais católicos prefiram tais instituições (n. 8).

O apreço à educação para a Igreja Católica justifica-se por seu compromisso em zelar pelo ser humano em sua totalidade. Assim, atesta o próprio documento conciliar quando diz:

Visto que a santa Mãe Igreja, para realizar o mandato recebido do seu fundador, de anunciar o mistério da salvação a todos os homens e de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste, tem a sua parte no progresso e ampliação da educação (GE, proêmio).

Ao reconhecer a educação como direito inalienável da pessoa, que é o foco da sua missão, a Igreja Católica deseja contribuir nesse campo e apresenta, por meio do documento, princípios orientadores para aqueles que atuam diretamente nessa área, embora saiba que devam ser feitas as acomodações conforme as realidades. Merece destaque o fato de que o sujeito, a quem se dirige a mensagem evangélica, é a pessoa humana e não um grupo específico de fiéis. A missão de

anunciar, em primeira instância é da Igreja, logo, a educação, feita na e pela Igreja Católica, busca atingir seu objetivo e fim último: a salvação do gênero humano, sem exclusões. Assim, sua primeira responsabilidade é a educação da fé (GE 4) e a dimensão escatológica.

Tendo em vista a universalidade da salvação dada por Cristo, as diferenças entre culturas e povos são consideradas pelo documento, bem como a necessidade de promover, por meio da educação, o diálogo entre pessoas e países diferentes.

Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto gozarem da dignidade de pessoa, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos, para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra. A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte.

[...] Além disso, de tal modo se preparem para tomar parte na vida social, que, devidamente munidos dos instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes de inserir-se ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, abram-se ao diálogo com os outros e se prontifiquem a trabalhar pelo bem comum (GE 1).

Sem prescindir das ciências humanas e sociais, o texto sugere que a educação é meio para a inserção na sociedade, ou seja, forma de compreendê-la, adaptar-se e preparar-se para nela viver e intervir. A ação educativa pretende ser integral e conduzir à autonomia e responsabilidade, para a atuação consciente nos vários contextos. Há destaque para a questão da autonomia e liberdade, duas características próprias da condição humana e que vão sendo conquistadas, na medida em que a pessoa se torna cada vez mais “civilizada”, processo no qual a educação colabora diretamente. As ciências da educação têm papel importante no desempenho dessa tarefa.

Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados, em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade com a própria vida, retamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com denodo e constância (GE 1).

Os padres conciliares entendem que a ação educativa ocorre em diversos âmbitos: familiar, religioso e social. No entanto, o lugar privilegiado para a educação é a escola.

Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve também a capacidade de julgar retamente, introduz no patrimônio cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e, criando entre alunos de índole e condição diferente um convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana (GE 5).

Mesmo entendendo que a educação é responsabilidade dos pais<sup>32</sup> e da sociedade civil uma vez que o conteúdo da educação é “patrimônio da humanidade” (GE 4), e que seu papel é, em primeira instância, o da educação na fé, a Igreja Católica pode e deseja colaborar, visto que se entende como instituição social. Por isso, sabendo que a escola é lugar primeiro da educação, reconhece e recomenda a existência de escolas católicas e busca, por elas, ser presença no campo educativo.

É próprio dela, todavia, criar um ambiente de comunidade escolar animada pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os adolescentes para que, ao mesmo tempo em que desenvolvem a sua personalidade, cresçam segundo a nova criatura que são mercê do batismo, e ordenar finalmente toda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquirem gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem. Assim, a escola católica, enquanto se abre convenientemente às condições do nosso tempo, educa os alunos na promoção eficaz do bem da cidade terrestre, e prepara-os para o serviço a favor da dilatação do Reino de Deus, a fim de que, pelo exercício da vida exemplar e apostólica, se tornem como que o fermento salutar da comunidade humana (GE 8).

A Escola Católica serve, também, à difusão e educação da fé. É lugar do anúncio do Cristo Ressuscitado. Essa fé, porém, deve ser vivenciada na realidade social do sujeito que é convidado a viver segundo os princípios do Evangelho e neste processo de *acomodação* da fé a escola pode atuar de forma significativa. Para tanto, cabe à ela ser sinal de comunhão, propiciando um ambiente de comunidade cristã caracterizada pelo testemunho de caridade e de oração.

A declaração conciliar *Gravissimum Educationis* abre horizontes para os católicos que, de alguma forma, dedicam-se à educação, na Escola Católica ou não. As instituições afins, no entanto, são espaços privilegiados para a ação da Igreja Católica neste campo e meio pelo qual pode desenvolver sua missão de ser testemunha da caridade de Cristo. Com a leitura do texto, entende-se que a Escola

---

<sup>32</sup> Também no Catecismo da Igreja Católica, n. 1657 e 2229, e no Código de Direito Canônico, cân. 796, a responsabilidade dos pais na educação dos filhos é posta em relevo sendo que o papel da escola católica é de contribuir com esta missão inerente à vocação matrimonial.

Católica, é parte da Igreja e como tal, partilha de sua missão evangelizadora e deve ser sinal e presença de Cristo no mundo.

Além da *Gravissimum Educationis*, a *Lumen Gentium* e *Gaudium et spes* iluminam a ação evangelizadora da Escola Católica, reafirmando a visão pós-conciliar de uma igreja e, conseqüentemente, uma escola mais aberta ao diálogo com a sociedade moderna.

A *Lumen Gentium* não trata da problemática da educação, seja ela cristã ou cultural. Às vezes em que emprega a palavra *ensino* ou *ensinar*, refere-se ao ato mesmo da Igreja em escrever tal documento ou do dever dos ministros ordenados em pregar o Evangelho e a sã doutrina<sup>33</sup>. O tema tratado com afinco é a Igreja Católica (LG 1) enquanto comunidade de fé, sua organização e hierarquia, sua missão e identidade. Neste ponto, o texto representa uma revolução eclesiológica, pois,

Na *Lumen Gentium* (*sic*) a Igreja deixa de ser vista como uma sociedade perfeita, hierárquica, desigual e passa a ser vista como **Povo de Deus** (*sic*) que, na intenção conciliar, designa a realidade globalizante da Igreja, anterior a toda a diferenciação, que remete ao básico de nossa condição eclesial: a condição de crentes, pela qual fomos constituídos como **Povo** (*sic*) (LG 9) (STEIN, 2001, p. 65).

Ora, como parte da Igreja Católica, a Escola Católica deve também assumir para si essa nova forma de entender-se e relacionar-se com a sociedade. O Concílio entende que, todos os organismos ligados à Sede Apostólica devem ser e agir no mundo, de forma a contribuir com sua missão de anunciar Cristo a todos os povos. Assim, a Escola Católica deve olhar a si mesma, a partir da perspectiva eclesial expressa na *Lumen Gentium* e assumir para si a mesma missão, tornando-se sinal de comunhão com o povo de Deus e corpo de Cristo, chamada a testemunhar a caridade do Senhor. Sua missão é conscientizar de que todos são chamados à santidade como filhos de Deus, sujeitos e protagonistas da construção do Reino, membros de uma comunidade de fé alicerçada na esperança do que “há de vir”, em que não há patrões, mas apenas servidores tais como Jesus, obedientes à Palavra de Deus a exemplo de Maria.

Da mesma forma que a *Lumen Gentium*, a constituição pastoral *Gaudium et spes* não se dedica a uma análise específica da educação. Seu escopo é refletir

---

<sup>33</sup> Cf. LG 21, 24, 25, 28, 32, 35.

sobre a “presença e atividade da Igreja no mundo” (GS 2) e como pode influir na realidade humana, sem perder de vista sua missão que “é o advento do reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano” (GS 45). Naturalmente que, ao discorrer sobre a cultura, tocará no tema da educação enquanto transmissora do patrimônio cultural das sociedades.

Na constituição, os padres conciliares constataam as transformações sociais e a rapidez com que elas têm acontecido. Denunciam as desigualdades sociais, as guerras, as ideologias, a confusão de valores (GS 4), a urbanização (GS 6); ressaltam o valor da família (GS 47ss), tocam em questões de política e economia (GS 64ss). Abordam de forma particular a questão da cultura entendida como

[...] todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações (GS 53).

A cultura é vista positivamente como construção da humanidade ao longo do tempo, e meio de desenvolvimento desta enquanto tal. Não é propriedade de poucos, mas é direito de todos e este é viabilizado mediante a educação (GS 60). Poderá também concorrer para transformação social (GS 31), pois a pessoa mais instruída é capaz de inferir em questões políticas e sociais, de reconhecer seus direitos e buscar o bem comum. Além disso, a qualificação para o trabalho (GS 66) diante do avanço técnico científico é necessário, e oferece maiores oportunidades à pessoa.

Para que cada homem possa cumprir mais perfeitamente os seus deveres de consciência, quer para consigo, quer em relação aos vários grupos de que é membro, deve-se ter o cuidado de que todos recebam uma formação mais ampla, empregando-se para tal os consideráveis meios de que hoje dispõe a humanidade. Antes de mais, a educação dos jovens, de qualquer origem social, deve ser de tal maneira organizada, que suscite homens e mulheres não apenas cultos, mas também de forte personalidade, tão urgentemente exigidos pelo nosso tempo (GS 31).

A preocupação do documento é que os cristãos estejam aptos para entrar em diálogo com a sociedade, para ser nela anunciadora do Projeto de Deus para humanidade. Para isso, é necessário que estejam preparados integralmente, com uma fé fundamentada e apta para argumentar frente a questionamentos e contribuir

com o desenvolvimento das ciências, visto que a fé e cultura não estão em desacordo, mas podem coincidir e aprimorar-se mutuamente.

A Escola Católica tem a importante missão de preparar cristãos, capazes de estabelecer diálogo nos vários âmbitos da sociedade. No mundo do trabalho e no colóquio com as ciências, a Escola Católica deve instruir testemunhas dos valores evangélicos. Desta forma, contribui com a salvação e o bem de toda humanidade, ao propor a formação da pessoa inteira, preparando-a para estar consciente e apta a atuar no seu contexto social, sem esquecer as verdades nas quais crê e os valores que sua fé implica.

Assim, o Concílio abre portas para a educação católica reafirmar sua identidade e sua função social. Alerta para as exigências dos diferentes contextos sociais e dos tempos em que a Igreja Católica e a escola estão inseridas, responsabilizando a todos no processo educativo das novas gerações.

### **3.1.1 Ao frescor do Concílio**

Após o Concílio, foram crescentes as elaborações acerca de vários assuntos de âmbito pastoral. Seguiu-se a realização de sínodos e a elaboração de documentos que deram continuidade às reflexões do Concílio, para aprofundar e concretizar suas determinações.

Em 1977, a CEC publicou o documento Escola Católica, tratando exclusivamente da escola básica, a partir da ótica do Vaticano II. Nele são confirmados os conceitos do Concílio e lançadas diretrizes mais concretas para que as conferências episcopais elaborem seu “projeto educativo que corresponda às exigências da educação integral dos jovens” (EC 4), tendo em vista as diferenças locais e as leis dos diferentes Estados.

O documento expressa que, por meio da instituição educacional, a Igreja Católica procura “garantir a presença do pensamento cristão” (n.11) na sociedade plural; levar o jovem a “viver coerentemente as exigências do batismo”, inserindo-se e formando comunidades cristãs autênticas (n.12) e contribuir com o diálogo cultural (n.14) tendo em vista a formação integral de cada pessoa (n. 15). Entende-se que a Igreja Católica, além de ver na escola um espaço de evangelização, quer atuar de

forma cooperativa com outras instâncias, que visam o desenvolvimento da sociedade em todos os âmbitos.

Nesta perspectiva cabe à Escola Católica um lugar próprio na organização escolar das diversas nações, tendo em conta as modalidades e possibilidades dos vários contextos ambientais. Oferecendo essa alternativa, a Igreja propõe-se responder às exigências de cooperação, que hoje se manifestam num mundo caracterizado pelo pluralismo cultural, e contribui para promover a liberdade de ensino, de modo que se tutele e garanta a liberdade de consciência e o direito dos pais a escolherem a escola que melhor corresponda aos seus propósitos educativos (EC 14).

A Escola Católica deve agir cooperativamente (EC 67) porque, antes de ser católica, é também escola. A toda e qualquer instituição afim, cabe “salientar a dimensão ética e religiosa da cultura” (EC 30), capacitar para a “escolha de valores de vida” (EC 32), “formar personalidades fortes e responsáveis, capazes de opções livres e acertadas” (EC 31).

[...] na escola se instrui para educar, isto é, para construir o homem desde dentro, para o libertar dos condicionamentos que o poderiam impedir de viver plenamente como homem. A escola deve, portanto, partir de um projeto educativo intencionalmente dirigido à promoção total da pessoa (EC 29).

Seguindo as concepções atuais de educação, expressas, sobretudo, no Relatório para a UNESCO, elaborado por uma comissão coordenada por Jacques Delors (2002), a educação precisa desenvolver diversos saberes. Assim, deve preparar as novas gerações para viver e conviver em um mundo plural e para agir em prol da solidariedade universal. Tais saberes pretendem abranger o ser humano integralmente. Desde 1977, a educação integral, da qual faz parte a dimensão religiosa, já está em pauta no universo da educação católica. Por esse ângulo, a Escola Católica, segundo a concepção de escola do documento, não difere muito da função social de outras instituições educacionais. Qual seria então seu diferencial, sua função específica? A resposta nos é dada no texto.

A Escola Católica insere-se na missão salvífica da Igreja e especialmente na exigência da educação na fé. Tendo presente que a consciência moral e a consciência psicológica são chamadas por Cristo a uma plenitude simultânea, como condição para recebermos, como convém ao homem, os dons divinos da verdade e da graça, a Igreja sente-se obrigada a promover nos seus filhos a consciência plena da sua regeneração a uma vida nova. O projeto educativo da Escola Católica, que deve ter em conta os atuais condicionamentos culturais, define-se precisamente pela referência explícita ao Evangelho de Jesus Cristo, que deve radicar-se na vida e na consciência dos fiéis (EC 9).



Assim, a Escola Católica encontra sua missão específica na própria missão da Igreja a que pertence de conduzir à salvação, que é Jesus Cristo. A concepção cristã do mundo e da realidade é a grande diferença desta instituição em relação às demais. A catolicidade da escola se dá por sua centralidade na pessoa de Jesus Cristo, seus ensinamentos, seu jeito de viver, que é aberto para estabelecer relação com todos. Esse foco não pode ser abdicado, pois, “sem a referência constante à Palavra e sem o renovado encontro com Cristo, a Escola Católica perde o seu fulcro” (EC 55). A Escola Católica é, antes de tudo, escola cristã, pois não está a anunciar a Igreja Católica, mas a quem esta anuncia. Assim como a Igreja, a Escola Católica deve transmitir, além do patrimônio cultural, a fé em Jesus Cristo, mostrando como segui-Lo rumo ao Pai. O Evangelho é, então, manual básico da comunidade educativa católica, formada por pais, professores, pedagogos e demais profissionais atuantes na escola.

No projeto educativo, Cristo é o fundamento. Ele revela e promove o sentido novo da existência e transforma-a, habilitando o homem a viver de maneira divina, isto é, a pensar, querer e agir segundo o Evangelho, fazendo das bem-aventuranças a norma da vida. É precisamente pela referência explícita e condivida por todos os membros da comunidade escolar - embora em grau diverso - à visão cristã, que a escola é ‘católica’, porquanto os princípios evangélicos tornam-se nela normas educativas, motivações interiores e ao mesmo tempo metas finais (EC 34).

À luz do Evangelho, a Escola Católica fomenta os valores a serem vivenciados por aqueles que assumem para si o projeto cristão de vida. Concretamente, o projeto educativo da Escola Católica consiste em promover uma “síntese entre fé e cultura”, (n. 38), “síntese pessoal entre fé e vida” (n. 44) e, a partir da consciência desperta nestas sínteses, fomentar a justiça em todos os âmbitos da sociedade (n. 58). Mas se esse processo acontece na escola, qual o lugar da catequese? Segundo o texto em análise (n. 51), a catequese tem lugar próprio na família e na comunidade eclesial, mas a Escola Católica não deve omitir-se em promover a maturidade da fé dos jovens.

Em 1988, o documento *Christifidelis Laici*, sobre “A vocação e missão dos Leigos no mundo”, na quinta parte, aborda a questão da formação dos leigos. Ora, a Escola Católica é ambiente de formação de adolescentes e jovens que, na esmagadora maioria, há de tornar-se leigo atuante na Igreja, supõe-se. Logo cabem alguns acenos ao documento.



Como a ação educativa humana está intimamente ligada à paternidade e à maternidade, assim a formação cristã encontra a sua raiz e força em Deus, o Pai que ama e que educa os Seus filhos. Sim, Deus é o primeiro e o grande educador do Seu Povo, como diz o maravilhoso passo do Cântico de Moisés: “Encontrou-o numa região deserta, nas solidões ululantes e selvagens; protegeu-o e velou por ele. Guardou-o como a menina dos Seus olhos. Como a águia vela pela sua ninhada ou paira sobre os seus filhos, Ele estendeu as Suas asas para o recolher e levou-o sobre as Suas asas. Só o Senhor o conduz e nenhum Deus estranho o ajuda” (Dt 32, 10-12; cf. 8, 5) (CL 61).

Deus é colocado como modelo de educador, a quem a Igreja Católica deve imitar, bem como a família cristã, educadora por vocação, “escola nativa e fundamental para a formação da fé” (CL 62). Ao lembrar o importante papel da escola, o texto ressalta que sua missão não pode ser desempenhada sozinha, mas de forma articulada com a família, a comunidade eclesial e a sociedade.

Lugares importantes de formação são também as escolas e as universidades católicas, bem como os centros de renovação espiritual que hoje se vão espalhando cada vez mais. Como realizaram os Padres sinodais, no actual contexto social e histórico, marcado por uma profunda transformação cultural, já não basta a participação — sem dúvida, sempre necessária e insubstituível — dos pais cristãos na vida da escola; é preciso preparar fiéis leigos que se dediquem à acção educativa como a uma verdadeira e própria missão eclesial; é preciso formar e desenvolver “comunidades educativas” constituídas por pais, professores, sacerdotes, religiosos e religiosas e representantes dos jovens. E, para que a escola possa desempenhar dignamente a sua função formativa, os fiéis leigos devem sentir-se empenhados em exigir de todos e em promover para todos uma verdadeira liberdade de educação, também mediante uma oportuna legislação civil (CL 62).

No mesmo ano, a CEC publicou as reflexões do Sínodo Extraordinário dos Bispos sobre o Concílio Vaticano II, em 1985, o que se refere à educação. Intitulado “Dimensão religiosa da Educação na Escola Católica: orientações para a reflexão e a revisão” – DREC, o texto retoma a importância da missão da escola.

Desde o Concílio, portanto, a escola católica teve uma identidade bem definida: possui todos os elementos que lhe consentem ser reconhecida, não só como um meio privilegiado para tornar presente a Igreja na sociedade, mas também como um verdadeiro e próprio sujeito eclesial. Ela mesma é lugar de evangelização, de autêntico apostolado, de ação pastoral, não já em virtude de atividades complementares, paralelas ou para-escolares, mas em razão da própria natureza da sua acção, diretamente orientada para a educação da personalidade cristã (DREC 33).

O texto faz uma leitura da realidade do jovem (n. 7-23) inserido na cultura secularista, reconhece a importância do ambiente educativo (n. 24-46), como veículo de acolhida e testemunho que abre caminhos para a mensagem cristã. Aborda a questão do ensino (n. 47-65) e a necessidade de inserir os valores cristãos em toda

ação pedagógica da escola e dedica uma parte exclusiva ao ensino religioso (n. 66-97), que deve “contribuir para reforçar a fé” (n. 69). Ainda, sintetiza a dimensão religiosa do processo educativo cristão, como conjunto de fatores que viabilizem a percepção de que, “ano após ano, o aluno experimenta a alegre sensação de crescer, não só fisicamente, mas também intelectual e espiritualmente, até à maturação da sua personalidade cristã” (n. 112). Assim, a dimensão religiosa da educação não contempla apenas o aspecto espiritual, tal como o termo pode indicar, mas a formação integral do indivíduo.

Em 2002, o texto “As pessoas consagradas e sua missão na Escola” - PCME, também da CEC, traz reflexões e orientações bem específicas acerca do papel da vida religiosa no processo educativo. No documento confirma-se que a escola, enquanto formadora da pessoa inteira, precisa contribuir com as opções de vida do estudante. À Escola Católica cabe promover um ambiente propício para o encontro com Deus, fonte para o sentido da vida, e oferecer ao estudante lugar para expressar, com liberdade, suas decisões de fé e vivenciá-la com autenticidade.

O encontro com Deus é sempre um acontecimento pessoal, uma resposta ao dom da fé que, por sua natureza, é um acto livre da pessoa. A escola, inclusive a católica, não pede a adesão à fé, pode, porém, prepará-la. Através do projecto educativo, é possível criar as condições para que a pessoa desenvolva a atitude para a procura e seja orientada a descobrir o mistério do próprio ser e da realidade que a circunda, até atingir o limiar da fé. A quantos, pois, decidirem atravessá-la, sejam oferecidos os meios necessários para continuar a aprofundar a experiência da fé, mediante a oração, os sacramentos, o encontro com Cristo na Palavra, na Eucaristia, nos acontecimentos, nas pessoas (PCME 51).

Deus se revela na história. Atua pela encarnação do Verbo, levando à plenitude a revelação. A pessoa que opta pelo seguimento de Cristo não pode ficar alheia ao seu entorno, antes, precisa estar atenta para reconhecer a presença atuante de Deus nos pequenos gestos de solidariedade que presencia e pode realizar. Para atuar, a partir de princípios cristãos, é necessária uma formação sólida e crítica acerca da realidade local e mundial. Nessa linha, a Escola Católica contribui para o desenvolvimento da criticidade que gera transformação.

No início do terceiro milênio, como consequência dos efeitos negativos de uma globalização econômica e cultural selvagem, adquire uma importância crescente a participação responsável na vida da comunidade a nível local, nacional e mundial. Tal participação pressupõe a tomada de consciência das causas dos fenómenos que ameaçam a convivência dos povos e a própria vida humana. Como toda a tomada de consciência, também esta encontra na educação, e em particular na escola, o terreno privilegiado para

se desenvolver. Aparece por isso um novo e empenhativo dever: educar para uma cidadania activa e responsável. (PCME 80).

Assim, pode-se concluir que a função eclesial da Escola Católica é impulsionar a maturidade da fé, contando com toda a comunidade educativa, que, aliada à comunidade eclesial, forma uma comunidade de fé. A missão da Igreja de evangelizar e conduzir à salvação em Cristo, realiza-se nas instituições educacionais católicas, à medida que todos os envolvidos no processo comprometem-se a cumprir tal fim.

### **3.1.2 Ventos além-mar**

O Concílio Vaticano II foi marcado pela preocupação pastoral. As feridas das guerras e ditaduras em vários países, o desenvolvimento industrial e tecnológico formavam uma nova conjuntura, na qual a Igreja Católica devia atuar. O Papa João XXIII tinha em mente que era “necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo” (JOÃO XXIII, 1962, p. 28). Neste sentido, os bispos latino-americanos captaram do Concílio a esperança de transformação, de atender as necessidades de um povo sofrido e explorado, a partir da nova visão de Igreja.

Em Medellín (1968), inaugura-se oficialmente uma forma de ver e pensar a Igreja Católica a partir do próprio contexto e da questão social, dada a realidade dos povos latinos na América, donde surge a chamada teologia da libertação. Esta, ao contrário do que possa parecer, não reduz o conceito de salvação a questões sociais, mas procura ter uma visão global da pessoa, sendo peça chave na ação pastoral e na educação.

O documento faz uma leitura sociológica da realidade educacional nos países latino-americanos. Ressalta o direito de todos à educação, o respeito nem sempre dado às minorias indígenas e grupos afrodescendentes. Constata o problema do analfabetismo, do tecnicismo que não considera a subjetividade da pessoa. Aborda a questão da exclusão e recomenda a democratização da Escola Católica. Denuncia a falta de uma educação reflexiva, o que Paulo Freire chama de educação bancária (p. 65ss). Chama a atenção para um maior comprometimento dos pais e dos próprios jovens com sua educação, visto que são sujeitos de seu desenvolvimento. Interpela os professores para que se comprometam com a transformação da

sociedade. Pede maior atenção à educação de base e denuncia a marginalidade de tantos sem acesso à cultura. Recomenda o “diálogo entre as disciplinas humanas e o saber teológico”. Destaca a atuação de leigos na atividade educativa da Igreja e, à Escola Católica em especial, indica:

Ser uma verdadeira comunidade formada por todos os elementos que a integram; integrar-se na comunidade local e estar aberta à comunidade nacional e latino-americana; ser dinâmica, viva e estar em contínua experimentação franca e leal; estar aberta ao diálogo ecumênico; partir da escola para a comunidade, transformando a mesma escola em centro cultural, social e espiritual da comunidade; partir dos filhos para chegar aos pais e à família; partir da educação escolar para chegar aos demais ambientes educacionais (MEDELLÍN, p. 55).

Tais recomendações refletem um conceito mais amplo de pessoa e, por conseguinte, de educação já anunciado na *Gaudium et Spes* (n. 55). Entende “o homem artífice da sua cultura” o que denota autonomia, reflexão e visão global da pessoa humana, considerada não apenas em seus conhecimentos adquiridos formalmente, mas também em suas crenças, seus desejos, suas experiências de vida. Esta nova forma de conceber o ser humano terá, como consequência, uma nova concepção de educação, que será entendida pelos bispos do continente americano como “educação libertadora”.

Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propor uma visão da educação, mais conforme com o desenvolvimento integral, que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos de ‘educação libertadora’, isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento (MEDELLÍN, p. 50).

A educação libertadora é um convite para que a Escola Católica ofereça aos estudantes ferramentas para pensar e ser protagonistas de transformação social e não apenas reproduzir e aceitar o que já está socialmente posto. Neste sentido, o documento coincide com a *Populorum Progressio* (n.15), que é resultado das reflexões do Sínodo de 1971,<sup>34</sup> que considera a educação como artifício pela qual se pode promover a justiça social. Para que isso aconteça, Medellín insiste na necessidade de que a ação seja intencional e, como tal, planejada.

Dada a complexidade atual dos problemas educacionais nos países latino-americanos, a pastoral educacional não pode ser concebida como uma

---

<sup>34</sup> Do Sínodo de 1971, o texto “A justiça no mundo” aborda o problema da injustiça, na mesma perspectiva da *Populorum progressio* e dedica um ponto a tratar da educação como meio para promover a justiça. Os bispos referem-se a um “método educativo para a justiça”, que requer “o renovamento do coração, fundado no reconhecimento do pecado nas suas manifestações individuais e sociais” (STEIN, 2001, p. 76-77).

série de atividades e normas desconexas, mas sim como resultado de um verdadeiro planejamento, sempre renovado e composto dos seguintes elementos:

- Reconhecimento das urgências na pastoral de conjunto;
- Elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;
- Censo e ordenação dos recursos humanos disponíveis;
- Censo dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;
- Elaboração das etapas do plano (*sic*) (MEDELLÍN, p. 56).

Para Stein (2001, p. 112), Medellín apresenta um conceito de educação que considera mais a liberdade humana do que as estruturas em que está inserido o processo educativo. Para a autora, trata-se de “uma visão que prioriza o sujeito”, pois considera que é ele que molda a estrutura.

A conferência seguinte, realizada em Puebla (1979), confirmou as tendências teológicas de Medellín, especialmente quanto à educação libertadora, com ênfase na dimensão comunitária (PUEBLA 1023), ao mesmo tempo em que avaliou a situação contemporânea e a efetivação das propostas de 1968. Segundo Stein (2001, p. 118), em Puebla, os documentos base são as conclusões da Conferência de Medellín e a encíclica *Evangelii Nuntiandi*, bem como a realidade latino-americana e as atividades pastorais, desenvolvidas desde a última conferência. Sobre educação (PUEBLA 1012-1050), acrescenta conceitos importantes do documento Escola Católica, publicado no ano anterior, e solicita a elaboração de uma “doutrina ou teoria educativa cristã” (PUEBLA 1050).

A educação evangelizadora assume e completa a noção de educação libertadora, porque deve contribuir para a conversão do homem total, não só em seu eu profundo e individual, mas também no eu periférico e social, orientando-o radicalmente para a genuína libertação cristã, que torna o homem acessível à plena participação no mistério de Cristo ressuscitado, isto é, à comunhão filial com o Pai e à comunhão fraterna com todos os homens, seus irmãos (PUEBLA 1024).

A educação, na Escola Católica, deve conduzir à plenitude da realização humana em Cristo, em um processo de tomada de consciência dos valores e contra-valores, das situações de injustiça e de massificação, para nelas ser fermento de transformação. Não se trata de uma salvação subjetiva ou individual, mas concreta e operante na realidade social. O documento destaca a dimensão comunitária da libertação e da salvação, ressaltando a dimensão cristológica da educação católica, seja ela escolar ou não (n. 263-278). Assim, caracteriza a educação libertadora (n. 1027-1030) como processo de humanização e personalização, integração nas

realidades sociais e políticas da América Latina, reevangelizando-a, tornando-se educação para a justiça e para o serviço.

A IV Conferência do CELAM aconteceu em Santo Domingo, em 1992. Stein (2001, p. 121) destaca que, ao contrário das anteriores, não se serve da metodologia ver-julgar-agir, mas “parte da doutrina para a prática”, o que coloca a fidelidade a Jesus Cristo acima da realidade social.

Santo Domingo confirma os problemas sociais referentes à educação apontados em Medellín e Puebla, constata maior empobrecimento da população (n. 167) e, como os anteriores, insiste na responsabilidade da família na educação dos filhos (n. 18). Entende que a educação é forma de diminuir os males causados pela discriminação da mulher (n. 109) e considera a problemática da educação de grupos indígenas e afro descendentes (n. 270). Ao educador cristão, recomenda a formação permanente, esteja ou não na Escola Católica, para que promova em sua ação educativa uma educação integral e para a liberdade, que prepare para a vida e para o trabalho (n. 265 e 273). O documento ressalta que a educação é um dos meios para que a pessoa saia da miséria e da opressão, tenha oportunidade de formar para a criticidade com relação aos meios de comunicação. Defende a democratização da educação, especialmente a católica (n. 270-278).

Santo Domingo confirma o conceito de educação como “assimilação da cultura”, dado em Medellín e Puebla, mas ressalta que a educação cristã possibilita a assimilação da cultura cristã e “a inculturação do Evangelho na própria cultura” (n. 263). Assim, destaca o caráter eclesial da educação cristã, que se fundamenta em uma concepção antropológica, que considera a pessoa um ser criado por Deus e para Deus e que precisa ser evangelizado.

Nossos compromissos no campo educacional se resumem, sem dúvida, à linha pastoral da inculturação: a educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura. Portanto, pronunciamos-nos por uma educação cristã desde e para a vida no âmbito individual, familiar e comunitário e no âmbito do ecossistema; que fomente a dignidade da pessoa humana e a verdadeira solidariedade; educação a ser integrada por um processo de formação cívico-social inspirado no Evangelho e na Doutrina Social da Igreja. Comprometemo-nos com uma educação evangelizadora (SANTO DOMINGO 271).

Em síntese, o documento enfatiza o caráter confessional do ato de educar e a centralidade na pessoa de Jesus Cristo e seu projeto de nEle tudo recriar, na linha da “Nova Evangelização”, proposta por João Paulo II.

A quinta e última conferência do CELAM, realizada em Aparecida, Brasil, faz uma leitura da realidade católica e percebe a necessidade de uma “conversão pastoral, que implica escutar com atenção e, discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’ (Ap 2,29), através dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta” (n. 366). Constata uma multidão de batizados pouco comprometidos com sua fé, o sincretismo e a diminuição do número de católicos, além de outras questões de cunho sócio-cultural, econômico, político e ecológico. Em face a esta realidade, o documento exorta para que “os melhores esforços das paróquias, nesse início do terceiro milênio, estejam na convocação e na formação de leigos missionários” (n.174) e coloca como um dos lugares desta formação a Escola Católica (n. 328-340).

Ao fazer uma leitura das mudanças acontecidas no campo educacional, o documento considera que há um “reducionismo antropológico, que concebe a educação preponderantemente em função da produção, da competitividade e do mercado” (n. 328) pouco preocupado com a formação do caráter e com os valores humanos. Com esta constatação, os bispos reafirmam o direito de uma educação de qualidade para todos e a salvaguarda do objetivo primeiro da educação, que é a formação integral (n. 329).

A educação humaniza e personaliza o ser humano quando consegue que este desenvolva plenamente seu pensamento e sua liberdade, fazendo-o frutificar em hábitos de compreensão e em iniciativas de comunhão com a totalidade da ordem real. Dessa maneira, o ser humano humaniza seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói a história (DAP 330).

A educação que os bispos latino-americanos e caribenhos desejam é humanizante, ou seja, que desenvolva a consciência crítica e a capacidade de decidir com liberdade. Desta forma, a pessoa pode ser semente de transformação na sociedade, a começar pela própria escola. Ao que parece, trata-se da educação libertadora das conferências anteriores.

O texto da V conferência considera que a educação, especialmente a cristã, deve contemplar a pessoa inteira, inclusive a dimensão espiritual e ética. Para isso,



Cristo deve ser o fundamento do projeto educativo. Logo, o objetivo da Escola Católica é favorecer o encontro com Jesus Cristo (n. 336) para, a partir dEle, construir um projeto cristão de vida que leve a viver, sentir, julgar,... como Jesus. Assim conclama:

A Escola Católica é chamada a uma profunda renovação. Devemos resgatar a identidade católica de nossos centros educativos por meio de um impulso missionário corajoso e audaz, de modo que chegue a ser uma opção profética, plasmada em uma pastoral da educação participativa. Tais projetos devem promover a formação integral da pessoa, tendo seu fundamento em Cristo, com identidade eclesial e cultural e com excelência acadêmica. Além disso, há de gerar solidariedade e caridade para com os mais pobres. O acompanhamento dos processos educativos, a participação dos pais de família neles e a formação de docentes, são tarefas prioritárias da pastoral educativa (DAp 337).

Com vistas à formação integral e à evangelização, os bispos participantes da V Conferência (n. 334) lembram o importante papel da pastoral da educação. Entretanto, o texto não faz distinção entre a escola, a pastoral escolar e a pastoral da educação. Possivelmente refere-se à pastoral escolar, pois no contexto, remete aos centros educativos católicos. Essencialmente, o documento afirma que, fundamentada em Cristo, participativa e profética, a evangelização na escola deve estar atenta às exigências dos processos educativos, envolvendo pais, educadores e educandos na vivência do Evangelho.

### **3.1.3 A Escola Católica no Brasil**

Em nível nacional, a CNBB ocupou-se do tema da educação promovendo estudos e oferecendo alguns subsídios. Tratou também do tema nas campanhas da fraternidade: “Fraternidade e educação – A verdade vos libertará”, em 1982, “Educação e família – A família como vai?”, em 1994 e, em 1998, “Fraternidade e educação – A serviço da vida e da esperança”, cada uma com seus textos-base.

O texto da Campanha da Fraternidade, de 1982, retoma, segundo Stein (2001, p. 143-144), a opção pela educação libertadora de Medellín e Puebla. A autora sintetiza as “perspectivas de ação educativa”:

- Vivenciem seu currículo a partir dos problemas culturais, econômicos, políticos e religiosos da realidade brasileira local, visando sempre a uma sociedade mais humana, justa e fraterna;
- Adotem um processo permanente de planejamento como instrumento que liberte para comunhão e participação co-responsável;
- Sejam centro cultural, social e espiritual de comunhão local, colocando seus recursos humanos, físicos e materiais a serviço das classes populares;



- Eduquem para a solidariedade e não para a competição;
- Busquem articulação com outras escolas de diferentes confissões religiosas, experimentando a força da união por uma educação libertadora (*sic*).

Já o documento “Para uma Pastoral da Educação” é motivado pelo Sínodo dos Bispos de 1985. Procura avaliar a aplicação das diretrizes do Concílio o que também se percebe em DREC. Para Stein (2001, p. 146), “os bispos colocaram todo o seu empenho acerca do que se pode e deve fazer para que as escolas católicas respondam, eficazmente, às expectativas de pais, alunos e da própria Igreja”, mediante as mudanças da realidade e as perspectivas conciliares.

Não obstante a contribuição dos documentos anteriores, “Educação, Igreja e Sociedade” tornou-se o marco da reflexão<sup>35</sup> sobre a educação da Igreja no Brasil. Fruto de dois anos de debates e estudos, o documento inicialmente

Apresentava a percepção dos bispos sobre a realidade educacional brasileira, que partilhavam das preocupações de toda a sociedade; destacava os critérios fundamentais da postura cristã, diante dessa realidade, oferecendo pistas de ação para as dioceses e para todos quantos estão envolvidos com a educação (STEIN, 2001, p. 147).

“Educação, Igreja e Sociedade” segue a linha dos textos do CELAM, de cunho sociológico e pastoral. Entende educação como caminho de libertação. Considera a liberdade humana e o estudante como alguém que aprende a articular tal liberdade sem perdê-la por condicionamentos sociais, mas ao mesmo tempo convivendo e respeitando opiniões diferentes, capaz de ser protagonista de seu próprio crescimento pessoal. Ao referir-se à educação cristã, o texto ressalta o anúncio de Cristo como caminho de salvação, pois, a inteligência ilumina a fé e conduz à escolha do seguimento de Jesus, resposta a todos os anseios humanos. Assim sendo, ao seguir a pedagogia divina, o educador poderá conduzir o jovem à realização plena (n. 82-85). Contempla também a dimensão escatológica e o seguimento de Cristo como caminho para a plenitude, lembrando que estes aspectos devem fazer parte do projeto educativo da escola que evangeliza (CNBB, 1992, n. 81).

---

<sup>35</sup> Por dois anos o documento preliminar, “Educação: exigências cristãs” foi discutido em todo o país e recebeu significativa contribuição do Seminário Nacional de Educação (Cachoeira do Campo, julho de 1991). O estudo n. 63 da CNBB reúne as palestras do seminário (STEIN, 2001, p.147 e 150).

Para Stein (2001, p. 148-149), as principais propostas de ação dadas pelo documento são: democratização da educação de qualidade; política educacional capaz de articular com todos os organismos ligados à educação; educação para cidadania e que valorize a cultura local; desenvolvimento da análise crítica ante os meios de comunicação; educação popular que promova a participação em organizações sociais; e “o direito e o dever da família de educar seus filhos, a partir de seus próprios princípios religiosos e valores de vida”. Nessa perspectiva, são propostas também: ensino religioso interdisciplinar; gratuidade da escola, inclusive a confessional; valorização do educador; reconhecimento do valor da escola enquanto instituição social e seu alcance pastoral; universidade a serviço da transformação da pessoa e da sociedade; pastoral da educação criativa, de comunhão e participação em todas as paróquias, dioceses e regionais.

Em 1998, a educação volta a ser tema da Campanha da Fraternidade com o lema “A serviço da vida e da esperança”, no contexto da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. O texto-base chama a atenção para a situação da educação em números dados por estatísticas de órgãos competentes e propõe a ação de mutirão para erradicar o analfabetismo e exigir das autoridades civis uma educação enquanto direitos de todos.

Em suma, os documentos da Igreja Católica, desde o Vaticano II, fomentam uma educação de qualidade, que considera a pessoa em todas as suas dimensões e sua atuação na sociedade. Essa educação deve ser oferecida a todos, especialmente aos menos favorecidos. A dimensão do anúncio de Cristo fica também expresso em todos os textos, seja pela palavra, seja pela vida, pois Cristo, em uma leitura antropológica cristã, é a fonte do sentido da existência humana. Tocam também na questão das diferenças existentes dentro da escola, sejam culturais, econômicas e religiosas.

Certamente os documentos tratam da educação, a partir de uma visão global ou nacional e acenam para aspectos próprios das realidades locais e da escola, enquanto reflexo da sociedade plural. Além das questões econômicas e sociais das comunidades educativas, deve-se ter em conta as diferentes congregações e institutos mantenedores, cujos carismas perpassam a ação educativa e a caracterizam. Assim, ao se falar em Escola Católica, há que se considerar uma

gama de práticas educativas, fundamentadas em Cristo, mas que partem de várias óticas diferentes.

### 3.2 PASTORAL ESCOLAR: IGREJA NA ESCOLA, ESCOLA NA IGREJA.

Com base nos documentos analisados, é possível definir Escola Católica como instituição de educação formal, que participa da missão evangelizadora da Igreja Católica, por meio da oferta de uma educação libertadora e do anúncio de Jesus Cristo vivo, pela pregação e o testemunho. Logo, a missão da Escola Católica, além da educação de qualidade, implica na evangelização que deve levar ao seguimento de Cristo, ou seja, uma mudança, conversão do jeito de ser, pensar e agir.

A escola católica possui, portanto, um papel social e eclesial. Por meio de sua estrutura, mantendo a identidade escolar, propõe-se a proclamar verdadeiramente o EVANGELHO (*sic*). Reconciliando-o permanentemente com a história, a missão da escola católica se resume, à luz da fé, em ser um sinal de VIDA (*sic*) no mundo (JUNQUEIRA, 2003, p. 20).

Com a missão de ser escola e anunciadora de Jesus Ressuscitado, a Escola Católica busca ser um ambiente que favoreça o encontro pessoal com Cristo, “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), mediante a formação da personalidade centrada nos valores do Evangelho e no anúncio explícito, apresentando Jesus como referência (DAp 336) e modelo a ser seguido. “Não se trata de anunciar uma palavra anestésica, mas desinstaladora, que chama à conversão, que torna acessível o encontro com Ele, através do qual floresce uma humanidade nova” (VD 93). Assim, a partir da mensagem evangélica, a educação cristã tem uma grande tarefa a realizar em relação à juventude: ajudá-la a dar um significado à vida. (DREC 13). Aliados aos conteúdos científicos, os valores do Reino fazem-se presentes no cotidiano da Escola Católica, o que leva a questionamentos pertinentes às decisões fundamentais da vida.

Por seus diversos movimentos e pastorais, em especial através da dimensão pedagógica de sua ação, a Igreja testemunha o sentido profundo da construção da sociedade e atua na formação da consciência e da liberdade de todos os irmãos. É por essa razão que, como diz Puebla, sua ação educadora tem uma dimensão evangelizadora intrínseca, embora sem se identificar com o conteúdo essencial da evangelização. Educação e evangelização tem cada uma, finalidades e conteúdos distintos e próprios, por um lado, a prática evangelizadora deve ser sempre processo que integra fé e vida, em nível social e pessoal, e, por outro, a prática educativa

autêntica carrega sempre em si dimensões e valores da boa nova do Reino (CNBB, 1992, n. 89).

O teor da evangelização não é explicitamente o conteúdo da educação formal na Escola Católica, visto que, o primeiro encontra seu lugar na catequese e, a segunda trata das ciências humanas e da cultura acumulada pela humanidade. A evangelização encontra seu espaço na educação, pelo testemunho de vida, pela formação de opiniões que levam a práticas libertadoras, pela articulação entre ciência e fé, além de estar sempre pautada nos valores humanos e cristãos, que fundamentam a práxis católica. Assim é possível ajudar o jovem a tomar decisões com base em ideais e princípios que norteiam sua vida.

Cumprir tal missão, na prática, não é tão fácil. Todos os envolvidos no processo educativo devem estar conscientes de sua missão e imbuídos do desejo de fazê-la acontecer, em cada ação realizada. Nesta tarefa, a escola pode recorrer a uma organização e recursos pastorais (DREC 31), que viabilizem a atividade evangelizadora no ambiente escolar.

A presença ativa da Igreja no mundo, quando em conformidade com o Evangelho, é designada de evangelização. Dentro do processo de evangelização estão as mais variadas formas de ações humanas. O cuidado em dar a estas ações um sentido cristão, de forma organizada e progressiva, nos mais variados ambientes e situações, chama-se pastoral. É neste sentido que existe a Pastoral da Educação e a Pastoral Escolar, que buscam concretizar, por todos os meios possíveis e de forma coerente, os valores do Evangelho nos ambientes educacionais (JUNQUEIRA, 2003, p. 29).

A pastoral da educação abrange a educação em ambientes distintos e não apenas na escola, ou seja, é mais ampla, pois o processo educativo se dá de várias formas e em vários momentos da vida do indivíduo. Já a pastoral escolar faz parte do colegiado da escola confessional católica, em que acontece a educação formal. É a ação da Igreja Católica, propriamente dita, dentro da escola, contemplada no projeto educativo da instituição, fundamentada nas orientações pastorais dadas pela Igreja universal e particular.

Por meio da pastoral escolar, a Igreja Católica se faz presente na escola e a escola colabora com sua missão. A pastoral é um dos meios pelo qual a Escola Católica participa ativamente na missão eclesial que lhe compete. É a sistematização das atividades evangelizadoras e catequizadoras dentro da escola,

bem como a sentinela alerta, que mantém vivo o compromisso da Escola Católica com a própria missão.

Enquanto sistematização das atividades evangelizadoras, cabe lembrar que “uma ação que não tiver um *antes*, não terá um *depois*.” (CNBB, 2011, n.124). Para que esta ação seja eficaz requer um planejamento pastoral, já contemplado no projeto educativo (DAp 338). Tal planejamento deve agregar os valores próprios da instituição, seu carisma, sua espiritualidade e suas características, sem perder de vista as orientações pastorais<sup>36</sup> da comunidade paroquial e diocesana.

Seguindo as orientações da Igreja Católica, e a partir do projeto educativo da escola, a pastoral escolar deve ter clareza de sua responsabilidade de manter viva a consciência de que a unidade educacional está inserida na missão eclesial. Desta forma, efetivará sua ação com coerência, passando de “um conjunto de atividades, responsável por um calendário abarrotado de celebrações, encontros e outras ações” para uma efetiva “evangelização que atinja o coração de alunos, professores, funcionários e famílias” (JUNQUEIRA, 2003, p.10). Tal objetivo só poderá ser alcançado com a construção de um projeto pastoral atento aos “sinais dos tempos”. Assim, o projeto da pastoral escolar precisa conhecer a comunidade educativa, seus anseios, o que já conhecem de Jesus Cristo e seu Reino.

Deve-se recomeçar a partir dos alicerces, conforme os casos; integrar o que os alunos já assimilaram; dar resposta às perguntas que surgem no seu espírito inquieto e crítico; derrubar o muro da indiferença; ajudar os já bem educados a conseguir uma “via melhor” e dar-lhes uma ciência aliada à sabedoria cristã. As formas e a gradualidade no desenvolvimento do projeto educativo estão condicionadas e guiadas pelo nível de conhecimento das condições pessoais dos alunos (DREC 23).

A CEC enfatiza a importância de se conhecer a realidade do estudante e suas predisposições para acolher a mensagem evangélica. Ora, o conjunto das condições

---

<sup>36</sup> Junqueira (2003, p. 30-31) afirma que a pastoral escolar deve atuar em seis dimensões: comunitária, missionária, bíblico-catequética, litúrgica, ecumênica e sócio-transformadora, estas, foram adotadas pela CNBB em DGAE 1991/1994. Depois inspirada pela *Evangelii Nuntianti*, a CNBB passou a adotar quatro exigências: serviço, diálogo, anúncio e testemunho. Os mesmos foram reelaborados e, a partir de 2011, expressam-se em urgências, a saber: Igreja em estado permanente de missão; Igreja: casa da iniciação à vida cristã; Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; Igreja: comunidade de comunidades; Igreja a serviço da vida plena para todos. As atuais *urgências* não querem substituir a caminhada anterior da pastoral no Brasil, mas querem dar-lhe prosseguimento atendendo melhor à realidade atual. O documento (CNBB, 2011, n.127-138.) sugere que o planejamento pastoral siga sete passos: onde estamos, onde precisamos estar, urgências pastorais, o que queremos alcançar, como vamos agir, o que vamos fazer e a renovação das estruturas.

humanas e os conhecimentos religiosos que um adolescente ou jovem possa ter dependem também do seu contexto social e familiar. A pastoral escolar deve ser sensível às expressões de cada um, para perceber as características que facilitam, ou impedem o encontro com Cristo, para romper as barreiras e atingir a pessoa inteira, pois a conversão que Jesus propõe é integral.

Entretanto, o mesmo se pode dizer dos adultos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem que, embora estejam imbuídos da missão de ser protagonistas da evangelização, também estão em processo de configuração com Cristo e como tal, são alvo das ações pastorais na escola. Pais, professores, funcionários e suas famílias e até mesmo visitantes que possam vir à escola são público alvo da pastoral escolar e devem ser contemplados em seu planejamento. Da mesma forma que as necessidades dos estudantes devam ser atendidas, cabe à pastoral um olhar às condições e conhecimentos também dos adultos.

Visto que “a presença da Igreja na escola corresponde a da escola na Igreja” (DREC católica 44), e que “o discípulo missionário de Jesus Cristo faz parte do povo de Deus e, necessariamente, vive sua fé em comunidade” (CNBB, 2011 n. 56), a pastoral escolar deve ser ela mesma capaz de agregar e formar comunidade. Ao mesmo tempo, não pode perder de vista sua pertença à Igreja local. Logo, a pastoral não é fim em si mesma, mas reúne para conduzir à comunidade de fé, onde cada um pode vivenciar sua adesão a Cristo, com outros seus discípulos missionários.

Enfim, pode-se dizer que a pastoral escolar não deve apenas realizar atividades de cunho confessional em momentos pré-estabelecidos, mas junto com toda a equipe pedagógica iluminar a ação educativa com a presença do Ressuscitado, pois o estudante “deve receber a impressão de encontrar-se num ambiente novo, iluminado pela luz da fé” (DREC 25). A Escola Católica deve transparecer sua identidade cristã em pequenos detalhes, que marcam com simplicidade as pessoas que a ela se achegam por meio de um sacramental, um símbolo religioso, por exemplo, mas mais que isso, um sorriso acolhedor, uma expressão de paz.

### 3.2.1 Protagonista e coadjuvante

A pastoral escolar se faz dentro da escola e para a escola, em comunhão com toda Igreja Católica. Sua ação precisa estar contemplada no projeto pedagógico, para que atinja o cotidiano da escola, de maneira global. Dada a missão da Escola Católica, todos os envolvidos nas atividades educativas, professores, coordenadores, inspetores, pessoal de limpeza e manutenção são responsáveis pela ação evangelizadora. A CEC reconhece que “o projeto da Escola Católica só convence se for realizado por pessoas profundamente motivadas, porque são testemunhas de um encontro vivo com Cristo, o Único no qual ‘o mistério do homem encontra a sua luz verdadeira’” (EJEC 4). Ou seja, na Escola Católica, cada educador, antes de tudo, deve estar comprometido com sua fé e saber-se responsável pela evangelização, em seu local de trabalho.

No entanto, a articulação das atividades pastorais propriamente ditas não só requer planejamento pastoral, como também pessoas que, além do profundo desejo de cumprir a missão que receberam em seu batismo, tenham habilidades e formação específicas. Surge então, a figura do agente de pastoral, de quem será exigido competências profissionais.

A principal tarefa dos agentes é acompanhar, executar e avaliar o plano de pastoral, dentro do que ele estabelece, sendo que a ação desses agentes é pautada pelas orientações da instituição e da Igreja no Brasil, dentro do espírito evangélico (JUNQUEIRA, 2003, p. 48).

As atividades da pastoral escolar desenvolvem-se dentro de um contexto eclesial que é maior que a escola. Por isso, surge a necessidade de um planejamento pastoral articulado com o plano pedagógico e que estabeleça diálogo com a paróquia e a diocese em que está inserida. Tal plano, não é exclusivamente responsabilidade do agente de pastoral, mas a ele compete ser alguém capaz de pensar a pastoral e não apenas executar projetos e cumprir calendários prestabelecidos.

O desafio no processo de ensino-aprendizagem é saber envolver-se num discernimento sincero, autêntico, buscando a qualidade da seleção das informações, a consistência da compreensão e o questionamento da divergência entre teoria e prática. Urge saber posicionar-se entre os princípios fundantes que devem permanecer. Desta forma, torna-se possível exercitar a não fragmentação na busca da formação de um profissional, cuja reflexão e ação orientam o seu trabalho (JUNQUEIRA, 2003, p. 15).



A ação, precedida e sucedida da reflexão, implica em preparo profissional e habilidades pessoais para que se estabeleça um diálogo, entre reflexão e execução, que permita ponderar necessidades e elencar prioridades, avaliar resultados e criar novas formas de atuação, a partir dos elementos básicos da proposta da instituição. Para isso, é imprescindível o conhecimento do projeto educativo da escola (JUNQUEIRA, 2003, p. 50), visto que cada uma tem uma identidade própria e um carisma. É também essencial ter presente qual o público alvo de cada atividade, pois, a evangelização atinge educadores, educandos e seus pais. Para isso, é imprescindível uma boa formação do agente de pastoral que, segundo Junqueira (2003, p. 49) “estaria nos campos da competência pastoral (filosófico-teológica) e da psicopedagogia”, pois suas propostas precisam atender às urgências evangelizadoras, em um contexto em que ele precisa conhecer, bem como as características específicas dos grupos humanos. Logo, formação doutrinária e bíblico teológica, bem como conhecimentos no campo do processo de ensino-aprendizagem, são indispensáveis para evitar as improvisações e favorecer a eficácia do seu trabalho.

Educar as jovens gerações em comunhão e para a comunhão, na escola católica, é um compromisso sério que não se improvisa. Ele deve ser oportunamente preparado e apoiado mediante um projecto de formação, inicial e permanente, capaz de colher os desafios educativos do momento presente e de fornecer os instrumentos mais eficazes para podê-los enfrentar, na linha da missão partilhada. Isto exige dos educadores uma disponibilidade à aprendizagem e ao desenvolvimento dos conhecimentos, à renovação e à atualização das metodologias, mas também à formação espiritual, religiosa e à partilha. No contexto hodierno isto é particularmente exigido para responder às insistências que vêm de um mundo em contínua e rápida transformação, no qual é cada vez mais difícil educar (EJEC 20).

Somados aos conhecimentos técnicos voltados aos conteúdos teológicos e pedagógicos, o agente de pastoral precisa ser sensível aos apelos dos jovens em seus contextos. “Seja qual for o método que se use, devem ter presente, os resultados das investigações acerca dos jovens do próprio ambiente” (DREC 7), ou seja, o agente de pastoral precisa de um olhar investigativo. Conhecer o contexto da clientela escolar, além das fases do desenvolvimento humano é fator primordial, pois, a mensagem de Jesus se encarna na cultura e por ela se faz entender.

A Congregação para Educação Católica (DREC 72-95) sugere que o educador seja capaz de ouvir o educando, respeitando suas posições e abrindo-lhe novos horizontes a partir da fé. É importante que tenha sabedoria para reconhecer

as necessidades e angústias do jovem e apresentar-lhe o amor de Deus como caminho de esperança, levando-o a refletir sobre os fins últimos da pessoa humana, a partir da escatologia cristã. Ser educador católico requer ainda a coragem de apresentar Jesus Cristo (VD 94), como modelo por excelência, e os santos, como possibilidades de seguimento. Ao falar e testemunhar o amor de Deus direcionado ao ser humano, o educador deve conduzir o jovem a uma resposta, bem como apresentar a Igreja Católica como comunidade que segue o Senhor.

Ora, para que o agente de pastoral seja ele mesmo testemunha do Evangelho, não se pode pensar em alguém que não tenha feito a experiência do encontro com Jesus Cristo vivo e estar apaixonado pela causa do Reino. Bento XVI (VD, introdução) conclama “todos os fiéis a redescobrirem o encontro pessoal e comunitário com Cristo, Verbo da Vida que Se tornou visível, a fazerem-se seus anunciadores, para que o dom da vida divina, a comunhão, se dilate cada vez mais pelo mundo inteiro”. É desta experiência que brota o desejo de anunciar a salvação que Deus oferece.

[...] contemplamos Jesus Cristo presente e atuante em meio à realidade, à Sua luz a compreendemos e com ela nos relacionamos no firme desejo de que nosso olhar, ser e agir, sejam reflexos do seguimento, cada vez mais fiel, ao Senhor Jesus. Não há, pois, como executar planejamentos pastorais sem antes pararmos e nos colocarmos diante de Jesus Cristo. Em atitude orante, contemplativa, fraterna e servidora, somos convocados a responder, antes de tudo, a nós mesmos: quem é Jesus Cristo? (CNBB, 2011, n.4).

Em Aparecida (2007), os bispos da América Latina e do Caribe cunharam o termo discípulo missionário que, segundo os propósitos da pastoral escolar, vem de encontro com as características do profissional da área. O discípulo missionário é aquele que sabe-se chamado<sup>37</sup> e escolhido<sup>38</sup> por Jesus e na intimidade com Ele, no grupo de seus seguidores, descobre um novo jeito de ser e viver e assume a “missão de fazer novas todas as coisas” (DAp 131). Sente-se impelido a anunciar a boa nova do Reino, animado pelo Espírito que “forja missionários decididos e valentes como Pedro (cf. At 4,13) e Paulo (cf. At 13,9), indica os lugares que devem ser evangelizados e escolhe aqueles que devem fazê-lo (cf. At 13,2)” (DAp 150). O discípulo missionário também é chamado a viver em comunhão com e na Igreja Católica, cujo modelo é a Trindade (DAp 72). Para isso, o documento constata que

---

<sup>37</sup> Cf. Mc 1,17; 2,14.

<sup>38</sup> Cf. Mc 3,14.

[...] os cristãos precisam recomeçar a partir de Cristo, a partir da contemplação de quem nos revelou, em seu mistério, a plenitude do cumprimento da vocação humana e de seu sentido. Precisamos fazer-nos discípulos dóceis, para aprendermos dEle, em seu seguimento, a dignidade e a plenitude da vida. E necessitamos, ao mesmo tempo, que o zelo missionário nos consuma, para levar ao coração da cultura de nosso tempo aquele sentido unitário e completo da vida humana, que nem a ciência, nem a política, nem a economia, nem os meios de comunicação poderão proporcionar-lhe (DAp 41).

Para CNBB (2011, n. 129-130), o discípulo missionário atua no exercício do tríptico múnus: serviço da palavra, serviço da liturgia e serviço da caridade. Assim, o agente deve ser alguém comprometido com a Igreja Católica local (DAp 156) e manter a escola em contato com ela e com a realidade que a cerca, promovendo a participação na comunidade eclesial e ações concretas de solidariedade.

Visto que a Sagrada Escritura é o caminho para o encontro e conhecimento de Cristo (DAp 247), é imprescindível que, para anunciá-Lo e testemunhá-Lo, o agente esteja abastecido da Palavra de Deus para enfrentar os desafios da missão (CNBB, 2011, n. 47). Nesse sentido, podemos citar a recomendação da Igreja Católica à prática da *Lectio Divina*, pois por ela, “o discípulo missionário acolhe a Palavra como dom, mergulha na riqueza do texto sagrado e, sob o impulso do Espírito, assimila essa Palavra na vida e na missão” (CNBB, 2011, n. 52). Afinal, como afirma Bianchi (In: VVAA, 2005, p. 40), não é possível que um pregador apresente-se para proclamar a Escritura, sem antes tê-la rezado e internalizado sua mensagem.

[...] não esqueçamos de que onde não há referência constante à Bíblia, onde não há *lectio divina* praticada de maneira engajada e séria, nascem formas de piedade sentimental, a aridez do pensamento teológico entre pessoas cultas, o deslocamento de interesses e de atenção a aspectos derivados e secundários da mensagem cristã, o individualismo e a perda do sentido comunitário (BIANCHI, In: VVAA, 2005 p. 44).

A Sagrada Escritura lida de forma engajada, atualizada, com o pé na realidade, é escola de seguimento, de vida eclesial e de formação pastoral para o agente que atua na Escola Católica. A intimidade com Deus, através da oração em diálogo com o entorno, são características que, somadas ao preparo profissional, viabilizam uma ação evangelizadora que desperta para o sentido da vida e a realização do projeto do Pai, que é a salvação de todos.

Ao considerar tudo o que compete ao agente de pastoral, pode-se entender que seu papel é ao menos tempo de protagonista e coadjuvante. Protagonista por

ser responsável em concretizar a missão pastoral e, ao mesmo tempo, manter a consciência desperta, de toda a equipe, de que a Escola Católica deve ser sinal do Reino. Coadjuvante, porque segue as orientações da Igreja Católica, parte não de um projeto próprio, mas da missão da escola. Deve ter a consciência de que “é necessário que Ele cresça e eu diminua” (Jo 3,30) e, acima de tudo, saber que “Paulo planta, Apolo rega, mas é Deus quem faz crescer” (1Cor 3,6).

### 3.3 O JOVEM HOJE: UM MUNDO A SER DESCOBERTO

No campo acadêmico e social, muitos ocupam-se do tema juventude o que indica a importância dessa “classe” na sociedade atual. Segundo Dick (2003, p. 27), “a categoria social juventude tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações”. O autor (Dick, 2003, p. 28) também defende que a juventude é influenciada pelo contexto, ao mesmo tempo em que interfere nele. Logo, falar de juventude é tarefa complexa, pois a conjuntura atual não permite conclusões simplistas.

Ao se falar de juventude esbarra-se em discordâncias entre pesquisadores de diversas áreas: a idade, as diferenças entre adolescentes e jovens ou mesmo, quando e como começa e termina cada etapa. Dick (2003, p. 22) lembra que essas incongruências são antigas e que cada área adota nomenclaturas e classificações próprias. No entanto, é consenso entre a maioria que não é adequado falar de juventude, mas sim de juventudes, como recorda Libânio (2011, p. 5), pois “cabem diversas tipologias, ao distinguirmos classes sociais, faixa etária, origem familiar, gênero, nível de escolaridade, tradição cultural, étnica e religiosa, certas condições físicas e socioeconômicas”. A passagem da adolescência para a juventude também não segue um padrão em todos os estudantes, mas variam conforme suas experiências familiares e fatores ligados ao contexto social, bem como o desenvolvimento fisiológico. Na Escola Católica, tal diversidade se encontra disfarçada sob os uniformes escolares, à espera de ser identificada e acolhida pela pastoral.

A escola católica acolhe milhões de jovens de todo o mundo, filhos das suas estirpes, nacionalidades, tradições, famílias e também filhos do nosso tempo. Cada aluno leva consigo os sinais da sua origem e individualidade. Esta escola não se limita a ministrar lições, mas realiza um projeto

educativo, iluminado pela mensagem evangélica e atento às exigências dos jovens de hoje. O exato conhecimento da realidade sugere os comportamentos educativos melhores (DREC 22).

A Escola Católica e, especialmente a pastoral escolar, precisa identificar esse universo juvenil, para responder aos anseios dos jovens e apresentar a salvação que Cristo traz, como proposta que toque em seus corações e os motive à conversão de vida, de objetivos, de valores. Isso requer conhecimento de suas características e de seu entorno. Como esta pesquisa trata de estudantes matriculados no Ensino Médio<sup>39</sup> e não há padronização na classificação etária, nem desenvolvimento uniforme, elencam-se as características principais da adolescência e da juventude.

Sabe-se que a adolescência é uma etapa da vida considerada “conturbada”. É um momento de mudança e de crise, de passagem do mundo infantil para o mundo adulto. Dolto (2004, p. 17-18), ao referir-se ao adolescente, caracteriza-o como alguém que está inseguro e buscando seu espaço no mundo adulto, o que nem sempre é compreendido pelos que já passaram por essa fase. A autora (2004, p. 20) lembra que entre os povos antigos, os ritos de passagens, hoje inexistentes, eram uma forma solidária e clara de introduzir a criança na maioridade. Hoje eles precisam fazer sozinhos esse trajeto, o que os torna cheios de incertezas e ansiedades.

Segundo Erikson (1976, p. 241), a adolescência é tempo de autoafirmação da identidade, o que justifica a necessidade de eleger ídolos e rivais. Tal identidade será formada a partir dos conceitos de si, adquiridos nas fases anteriores, com base em suas capacidades e aptidões e, ainda, as referências das pessoas com quem convive. O autor destaca também que o adolescente precisa lidar com um fator novo: a sexualidade aflorada, de forma ainda desconhecida.

Dolto (2004, p.61) ressalta que a amizade ganha destaque nessa fase. Fowler (1992, p. 130) confirma esta tendência e relata a experiência do “amigo íntimo” e dos namoros da adolescência como a paixão por um mito pessoal, que ainda precisa de confirmações. Desta forma, em termos religiosos, o adolescente busca em Deus, como busca em seu amigo, uma confirmação de sua identidade pessoal, permitindo

---

<sup>39</sup> Trata-se de estudantes entre 14 e 19 anos. Tendo delimitado a faixa etária, neste estudo, não se fará distinção entre os termos adolescente/adolescência e jovem/juventude.

que se torne o regulador, ou seja, o parâmetro de valores e atitudes esperadas dele mesmo.

Outro aspecto importante que Fowler (1992, p. 132) destaca é que não são os adolescentes que escolhem seus valores e imagens de referência, mas são escolhidos por eles, uma vez que muitos se tornam completamente subordinados a esses valores e autoimagens que são vistos de dentro, o que impedem que sejam questionados e analisados. A isso, chama “sistema tácito” (FOWLER, 1992, p. 138), ou seja, algo que direciona a vida, ordena e estabelece metas, mas que não se é capaz de analisar criticamente, pois não se pode colocar fora dele. Pode haver aqui uma tendência ao conservadorismo ou até extremismo, visto que não se abre espaço para questionamentos acerca do que se crê de fato.

Ao passar para a juventude, a pessoa dispõe-se a assumir as consequências de suas escolhas, de sua forma de pensar e sentir. Elabora uma nova opinião sobre o ser humano, que passa a ser visto como alguém que “tem uma ideologia que formou e reformou no correr do tempo” (FOWLER, 1992, p. 152) e pode ter algo a ensinar, especialmente no que se refere às suas qualidades pessoais. Desta forma, o jovem filia-se a um grupo, não apenas no desejo de encontrar nele sua própria identidade, antes, pretende crescer em conceitos e valores, assumindo-os como seus, com base em reflexões e opiniões próprias. Trata-se de um sujeito que possui ou está construindo uma filosofia de vida. Na questão da alteridade há um crescimento, de forma que o outro começa a ser visto como um igual, alguém que merece ser respeitado, pois todos passam por processos de crescimento. As leis, antes questionadas, passam a ser produto de valores e opiniões que têm em vista o bem comum, logo, possuem uma função social e são aceitas de forma mais tranquila.

Outra característica marcante é a forma de conceber os símbolos religiosos. Conforme a pesquisa de Fowler (1992, p. 152), o jovem “crê que seus significados podem ser traduzidos em proposições, definições e/ou fundamentos conceituais”. Pode-se perder de vista a dimensão sagrada e misteriosa do símbolo pela atitude questionadora, ou, ao invés, aproveitar dos mesmos questionamentos para aprofundar tal experiência. Assim, o controle da experiência religiosa está nas mãos

do sujeito. É ele quem vai inferir e traduzir os símbolos e representações em conceitos que se aproximem dos valores e conceitos já estabelecidos.

Libânio (2004 e 2011) prefere discorrer sobre a juventude a partir do contexto em que está inserida e as mudanças ocorridas na contemporaneidade. Assim, destaca as interferências da globalização, do consumismo, as mudanças no conceito de família, nos valores, na relação com as instituições, dentre as quais a Igreja Católica, as novas formas de relacionamentos amorosos, as drogas, o medo do desemprego, do futuro do planeta, entre outros aspectos da contemporaneidade que atingem a juventude. Boran (2003, p. 94) acrescenta a isso os avanços tecnológicos, as novas formas de comunicação e a urbanização, que ditam certos padrões de comportamento.

Para Dick (2003, p. 26)

As características centrais da juventude são: (a) a transitoriedade (os jovens encontram-se em estado de desequilíbrio interno e externo, o que faz que nada seja permanente em sua vida); (b) a marginalidade (os jovens estão 'à margem' do mundo social). Isso se aplica ao mundo do trabalho, ao acesso ao consumo e à inserção nas instituições (acesso aos postos de decisão); (c) a adaptabilidade (os jovens são receptivos a novas influências); (d) a potencialidade de mudança (os jovens não são progressistas nem conservadores). São solidariedades prontas a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos (segundo Mannheim); (e) a reação contra o mundo adulto (questiona o conjunto da realidade social identificada com os adultos).

Os aspectos elencados são apenas alguns, dos quais interferem diretamente na atuação pastoral da Escola Católica e não só, tocam na formação integral, libertadora, que a escola quer oferecer. Alguns desses merecem destaque. Entre eles os novos conceitos de família, de homem e de mulher, o que também foi discutido na V Conferência do CELAM (DAp 49, 116). Há novos modelos que afetam as referências e os anseios das novas gerações. Libânio (2004, p. 28) lembra que os pais não são mais referenciais para os jovens. Muitos estão imitando e concorrendo com os filhos adolescentes e jovens, no jeito de vestir, nas diversões,... “O que mais dói nos adolescentes é ver os pais vivendo à imagem dos filhos, em concorrência com eles” (DOLTO, 2004, p.51). A definição de papéis sociais se dá na etapa da adolescência e juventude, com outros protótipos surgem outras ideias do *que vou ser quando crescer*.



Também a democracia é característica dos tempos hodiernos e influencia diretamente o jovem (Boran, 2003, p. 99-103). Desde criança, as pessoas são orientadas sobre seus direitos, que estão acima da autoridade dos pais e de qualquer outra pessoa. Na democracia as regras mudam conforme as necessidades da maioria, logo o jovem aprende e sente necessidade de participar de decisões e de rebelar-se contra toda imposição. Tal situação leva Boran (2003, p. 102) a afirmar que “os jovens têm anticorpos que *reagem contra qualquer coisa que é imposta de cima (sic)* por pais, professores, padres ou bispos”. Surge então a necessidade de estabelecer diálogo. Para Dolto, (2004, p. 249) o jovem precisa ser ouvido. Também Martini (In: MARTINI; SPORSCHILL, 2008, p. 81), em sua vasta experiência pastoral, enfatiza que, cabe à educação cristã formar para a “capacidade de pensar criticamente e de manifestar a própria opinião. Por isso, a escuta e a aceitação das perguntas e objeções da juventude constituem um pressuposto de uma educação religiosa” e testemunha que, quem quer trabalhar com a juventude, precisa dispor-se a ouvir e a aprender com os jovens.

Uma especial atenção merece o tema da religião, que também se tornou plural. Libânio (2003, p. 41-42) previa, que no século XX a sociedade caminhava para o ateísmo ou para uma forma mais racional de ser cristão. No entanto, o que se verifica é o excesso de crenças, de credulidades e de religião, mesmo havendo expressões racionais de fé e até de ateísmo. Para o autor (LIBÂNIO, 2003, p. 42-46), o fenômeno religioso atual, no qual o jovem está inserido, é marcado pelo desinteresse pelas instituições, pela busca por expressões individualistas e utilitaristas, pela procura de alívio psicológico, devido ao stress, à solidão,... Em contrapartida, encontram-se expressões religiosas marcadas pelo: a) pentecostalismo espiritualista: promessa de bênçãos para as necessidades materiais; b) neopentecostalismo: acento nos bens materiais, busca de espiritualidades ligadas ao contato com a natureza e com destaque para o cosmos; c) neopaganismo: resgate de crenças e religiões antigas, tribais. São características de religiosidade “líquida”<sup>40</sup>, de mais inseguranças do que de certezas e “em tempos de insegurança, medram grupos fundamentalistas” (LIBÂNIO, 2004, p. 89), o que

---

<sup>40</sup> A ideia de “liquidez” é desenvolvida por ZYGMUNT BAUMAN, em livros como “Amor Líquido”, “Vida Líquida”, “Sociedade Líquida”, todos pela editora Zahar, e refere-se à ideia de que tudo é passageiro e precisa ser fruído.

parece ser uma ótima opção para adolescentes, visto a fase em que se encontram. Para a Igreja Católica, tal realidade apresenta-se como grande desafio para a pastoral juvenil, pois,

Os sermões dominicais, os programas de rádio e televisão têm que competir com altos graus de profissionalização na sociedade moderna. Apertando o botão de um controle remoto o jovem pode selecionar canais onde encontra variedade, cores vivas, criatividade ao utilizar a imagem, música atrativa, histórias e pessoas interessantes (BORAN, 2003, p. 91).

Assim, a Igreja Católica, pouco a pouco, tem a sensação de estar distanciando-se cada vez mais dos jovens, pois eles não mais demonstram interesse por ela. Boran (2003, p. 75) sente o indiferentismo com relação à instituição eclesial, ela, muitas vezes, é vista como a legisladora, que oprime e retira a liberdade de experimentar as mais variadas opções de busca da felicidade. O autor entende que contestações são sinais de interesse dos jovens pela Igreja Católica, embora desestabilize agentes de pastoral e até mesmo padres e religiosos, que não se encontram preparados para isso. O indiferentismo, por sua vez, fecha as portas da ação pastoral.

No entanto, a Igreja Católica vê com mais otimismo e esperança a relação do jovem com a fé e aponta caminhos para estabelecer novo diálogo com a juventude.

Há outros jovens, que procuram uma religiosidade mais consciente, que se interrogam sobre o sentido da vida e descobrem no evangelho a resposta para a sua inquietude. Outros ainda, superando a crise da indiferença e da dúvida, aproximam-se ou reaproximam-se da vida cristã. Estas realidades positivas são sinais de esperança de que a religiosidade juvenil pode crescer em extensão e profundidade (DREC 18).

Há um jeito novo de buscar o sagrado, não sua inexistência. Assim, é necessário que haja um jeito também novo de estabelecer relação com essa busca e anunciar Cristo ressuscitado. O jovem deseja autenticidade. Quer ouvir e ver acontecer. Quer ser protagonista. Está sujeito aos ditames da sociedade, mas também a constrói, por isso, há que se pensar em novas formas de evangelização juvenil, formas que tenham por base o testemunho verdadeiro, de que a Igreja Católica acredita na juventude, respeita-a e quer oferecer-lhe o que tem de melhor: Jesus Cristo. Neste sentido, é bastante pertinente o que diz Hilário Dick (2013), quando questionado acerca do que se espera da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, 2013.

[...] espera-se que a juventude seja respeitada (menos manipulada), seja acolhida, seja considerada; que o extermínio brasileiro de jovens seja conhecido por todo o mundo, que Jesus Cristo seja apresentado como Libertador, que se fomente uma espiritualidade comprometida com a realidade social, que não se fale só de Igreja, mas principalmente do Reino de Deus, que as juventudes dos continentes tenham voz e vez na Jornada e que a Igreja (Povo de Deus) veja que os/as jovens têm fome de um sagrado que não aliene.

Talvez seja esse também um apelo pertinente à pastoral escolar, pois, o trabalho pastoral não é um recrutamento de membros para a Igreja Católica, mas para a promoção das pessoas, da vida, com base na fé em Jesus Cristo, que é fonte de sentido, de esperança e de libertação. À Escola Católica, cabe um cuidado gratuito com os jovens, que querem ser amados e acolhidos em suas peculiaridades, suas inseguranças e seu dinamismo.

#### 3.4 ANIMAÇÃO BÍBLICA: UM CAMINHO PARA A PASTORAL ESCOLAR

Muitos são os desafios que se apresentam à Escola Católica, em sua missão de testemunhar Jesus Cristo. Uma pastoral escolar bem articulada, que não meça esforços para estar junto com cada pessoa na escola, especialmente os jovens, precisa estar ciente de sua missão, do seu entorno, do perfil dos que acompanha e munida de um planejamento que corresponda a essa realidade e esteja em sintonia com a Igreja universal e particular.

Os apelos da Igreja Católica à pastoral na América Latina e Caribe remetem ao encontro com Jesus Cristo. O Documento de Aparecida (246-257) afirma que isso “realiza-se na fé recebida e vivida na Igreja” e é graça do Espírito Santo. O texto apresenta quais são os lugares desse encontro, a saber: a Palavra, a liturgia, os sacramentos, sobretudo a Eucaristia e a Reconciliação, a oração pessoal e comunitária, a comunidade e os pobres, aflitos e enfermos. Grande destaque tem o encontro com a Palavra, de Deus, pois, “desconhecer a Escritura é desconhecer Jesus Cristo e renunciar a anunciá-Lo” (DAp 247). Também o Sínodo dos Bispos (2008), “afirmou várias vezes a importância da pastoral nas comunidades cristãs como âmbito apropriado onde percorrer um itinerário pessoal e comunitário relativo à Palavra de Deus, de modo que essa esteja verdadeiramente no fundamento da vida espiritual” (VD 72). Desta forma, a Sagrada Escritura coloca-se no centro da vida do

cristão e da atividade pastoral. Fala-se, então, da animação bíblica da pastoral inteira (VD 73).

Mas em que consiste a animação bíblica da pastoral? Não é apenas um simples projeto de formação bíblica, nem um curso de oração com a Palavra de Deus, mas um jeito de fazer pastoral que parte da leitura, da escuta, da oração, da vivência da Palavra em todos os momentos e em todas as ações. “Animação” é dar alma, vida. Animação bíblica da pastoral, seja na paróquia, seja na Escola Católica é colocar a Palavra de Deus como alma, força motriz de todas as atividades. Trata-se de uma nova forma de chegar-se à Palavra de Deus, tendo-a como “a inspiração de todo o *ser* e *agir* (*sic*) evangelizador” (CNBB, 2012, n. 34). Nesse caso, voltando-se para a Escola Católica, poder-se-ia falar, não apenas de animação bíblica do setor pastoral escolar, mas de toda a ação educativa do educador cristão.

Para que aconteça a animação bíblica da pastoral, os bispos do Brasil (CNBB, 2012, n. 36) propõem três eixos: formação, oração e anúncio. Com isso quer ressaltar que não basta ler ou estudar a Palavra de Deus, mas ouvir o Senhor e testemunhá-Lo de forma que a animação bíblica estenda-se à vida e à pastoral.

O primeiro eixo refere-se ao estudo da Palavra (CNBB, 2012, n. 38-46). Ler e compreender são essenciais. O estudo é necessário, pois “quando não se formam os fiéis num conhecimento da Bíblia, conforme a fé da Igreja, no sulco da sua Tradição viva, deixa-se efetivamente um vazio pastoral” (VD 73). A formação é necessária para todos, mas no caso da pastoral escolar, é imprescindível, visto que o agente de pastoral defronta-se com questões pertinentes e impertinentes vindas dos jovens, que chegam influenciados pelos mais diversos tipos de interpretação bíblica, da científica à fundamentalista.

A pastoral escolar não pretende, nem tem como objetivo fazer uma análise exegética dos textos, antes, quer ajudar a pessoa a contemplar o Pai, ver os gestos de amor do Filho, pela graça do Espírito Santo. Por isso, não pode prescindir de uma leitura e interpretação calcada na “Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé” (DV 12); ler e procurar compreender o texto, estabelecendo uma relação com a vida. A adequada formação bíblica evita conclusões rápidas e levianas, marcadas pelo fundamentalismo e ideologias.

Os Bispos no Sínodo declaram que a Palavra de Deus é a “base de toda a espiritualidade cristã autêntica” (VD 86). Para tanto, não basta apenas o estudo. Sendo assim, o segundo eixo proposto é a oração (CNBB, 2012, n. 47-58). O conhecimento da Sagrada Escritura deve vir acompanhado de uma leitura orante, que proporcione a intimidade com Cristo e transforme a vida. A *lectio divina* é vista como forma privilegiada de chegar-se à Escritura. Também o Documento de Aparecida (n. 249) já o considera, pois entende esse método como uma forma de leitura orante que conduz ao encontro com Jesus Cristo.

Segundo Zevini (2006, p. 10), para que o cristão possa percorrer um caminho espiritual, a intimidade com a Palavra é essencial e para isso, a *Lectio Divina* é “um terreno prático e fecundo”. A Pontifícia Comissão Bíblica afirma que “a *lectio divina* é uma leitura, individual ou comunitária, de uma passagem mais ou menos longa da Escritura, acolhida como Palavra de Deus, que se desenvolve sob a moção do Espírito Santo em meditação, oração e contemplação” (IBI, 1993, p. 268). O termo remonta à antiga literatura cristã, provavelmente com a vida monástica. Bianco (2009, p. 21) escreve que a expressão “torna-se comum nos escritos dos Santos Padres a partir do século IV”, que recomendam o seu exercício diário.

A *lectio* extrapola o estudo, pois, a Escritura não é um livro como qualquer outro. Ela conduz à escuta da Palavra de Deus que quer comunicar-se, entrar em relação com o ser humano. É experiencial, pois, “mediante a leitura, a meditação, a oração da Palavra”, é possível chegar à “experiência de Deus, do nosso encontro apaixonante com seu inexaurível mistério” (BIANCO, 2009, p.13). Trata-se de tomar com reverência a Sagrada Escritura e deixar que ela seja Palavra de Deus na vida, por vontade livre e graça divina, mediante a fé e a graça do Espírito.

A leitura orante tem caráter dialogal, de escutar e de falar ao Senhor. Magrassi (1983, p. 161) afirma que “mais que ler um livro, é ouvir uma pessoa”. Assim, Deus se revela por sua palavra e em seu agir. Mais adiante, o autor (1983, p. 164-165) destaca que a iniciativa é de Deus, mas exige do homem uma resposta. Assim, a *lectio* estabelece um diálogo, que implica em Deus que fala e o homem que responde por meio de uma adesão sem limites, que é ao mesmo tempo opção livre e graça concedida por Deus que reflete na vida do cristão com gestos de amor, de misericórdia, de acolhida. Bianchi (2005, p. 56) apresenta o modelo por excelência

em Lc 4,16-21 em que Jesus, ao proclamar Is 61, ensina como ler a Escritura. “Hoje, realiza-se essa palavra.” Para o autor, fazer a *lectio divina* é dar um hoje à Palavra.

Carlos Mesters (2007, p. 22), em sua vasta experiência com a leitura orante, afirma que uma leitura correta da Escritura precisa:

1. *Levar em consideração as exigências da realidade que hoje vivemos (sic)*. Não podemos alienar a Bíblia da vida do povo, escondendo-nos atrás de uma pretensa preocupação com a fé e com a ciência exegética. Afinal, se a Bíblia ainda tem valor e mensagem, só pode ser para nós, que vivemos hoje esta nossa vida, pois, não há outros para receberem, viverem e transmitirem a mensagem.
2. *Levar em consideração as exigências da revelação, expressas na própria Bíblia e na fé da Igreja (sic)*. Não podemos reduzir a Bíblia ao nosso tamanho. Ela contém a Palavra de Deus e, por isso mesmo, tem as exigências que não dependem de nós e que devem ser respeitadas, para que a Bíblia possa ser realmente *Bíblia (sic)* para nós.

Naturalmente que os passos da *lectio divina* iluminam a leitura meditada e rezada da Escritura, e podem oferecer um caminho para os agentes de pastoral, que atuam diretamente com adolescentes e jovens, seja no cultivo de sua própria espiritualidade, seja na realização de sua missão. O importante é considerar que o adolescente e o jovem também podem fazer a experiência de Deus que se revela na Escritura. Também podem assumir para si a mensagem de salvação, pois, na leitura da Sagrada Escritura “descobrimos na Bíblia o reflexo daquilo que nós mesmos estamos vivendo. [...] A Palavra de Deus se encarna não só naquelas épocas do passado, mas também hoje, para poder estar conosco” (CRB, 1990a, p.19). É importante não prescindir das experiências do adolescente e do jovem e de sua capacidade de deixar-se modelar por Deus.

O Sínodo reservou uma atenção particular ao anúncio da Palavra divina feito às novas gerações. Os jovens já são membros ativos da Igreja e representam o seu futuro. Muitas vezes, encontramos neles uma abertura espontânea à escuta da Palavra de Deus e um *desejo sincero de conhecer Jesus*. De fato, na idade da juventude, surgem de modo irreprimível e sincero as *questões* sobre o sentido da própria vida e sobre a direção que se deve dar à própria existência. A estas questões, só Deus sabe dar verdadeira resposta. Esta solicitude pelo mundo juvenil implica a coragem de um anúncio claro; devemos ajudar os jovens a ganharem confiança e familiaridade com a Sagrada Escritura, para que seja como uma bússola que indica a estrada a seguir. Para isso, precisam de testemunhas e mestres, que caminhem com eles e os orientem para amarem e, por sua vez, comunicarem o Evangelho, sobretudo aos da sua idade, tornando-se eles mesmos arautos autênticos e creíveis (VD 104).

A proposta da *Lectio divina* pretende levar o jovem ao encontro e, a partir dele, iniciá-lo em um caminho de configuração de sua vida com Cristo, ou seja, da

oração, passar a uma mudança de concepções e atitudes e viver coerentemente a proposta do cristianismo. “A vida espiritual e o empenho ascético somente se sustentam se apoiados sobre o fundamento da Sagrada Escritura” (BIANCO, 2009, p. 71). Assim, nada melhor que, desde a juventude, inculcar o amor à Palavra de Deus, com paciência, acompanhando o ritmo, as capacidades e inquietações próprias da idade de cada pessoa.

A leitura atenta e orante da Escritura provoca transformações, a partir do encontro com Jesus Cristo. Dentre elas, Bianco (2009) elenca a formação de uma mentalidade bíblica, o foco ao que é perene, a inserção plena no projeto de Deus, o discernimento entre o bem e o mal, a formação de testemunhas da Palavra, pela vivência coerente do Evangelho. Além disso, o autor ressalta (BIANCO, 2009, p. 79) que a *lectio* consolida a ligação entre fé e vida e faz da comunidade “casa da Palavra”.

Atualmente, muitas comunidades, inclusive de jovens, vivenciam a *lectio divina*, não como método rígido, mas a partir da experiência de ter nas mãos a Palavra de Deus que fala ao crente e revela o amor infinito do Pai e seu projeto de salvação à humanidade. Quem faz a experiência do encontro com Jesus Cristo na Sagrada Escritura, não pode deixar de comunicar, anunciar a Palavra. O anúncio não se faz apenas com a boca, mas com a vida.

A dimensão missionária da vocação cristã, por vezes esquecida, é também colocada em relevo na V Conferência do CELAM (DAP 143-144). Jesus mesmo é apresentado como modelo daquele que cumpriu a vontade do Pai em sua própria vida e enviou seus discípulos a anunciar o Evangelho a todas as nações<sup>41</sup>. Quem encontra a Jesus Cristo sente-se impelido a comunicar aos outros sua alegria.

A missão não se limita a um programa ou projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa à pessoa, de comunidade à comunidade e da Igreja a todos os confins do mundo (cf. At 1,8) (DAP 145).

A pastoral animada pela Palavra de Deus torna-se foco de irradiação do amor que brota do Coração de Cristo e, por “atração” (BENTO XVI, 2007, p. 279), convida a outros a encontrarem, em Cristo, o sentido de suas vidas. Essa irradiação se dá, igualmente, pelo testemunho da caridade. A verdadeira escuta da Palavra de Deus

---

<sup>41</sup> Cf. Mt 28,19.



compromete e impele a pessoa para a vivência da fé, que se traduz no “compromisso social e na promoção dos valores autenticamente humanos” (CNBB, 2012, p. 37). Prática que se expressa não apenas com palavras, mas na solidariedade para com os irmãos mais pequeninos (Mt 25,40), no compromisso com a justiça e na defesa dos mais vulneráveis da sociedade.

Faz parte do anúncio a vivência da fraternidade universal. Entra, então, em pauta, o diálogo ecumênico como resposta à leitura orante da Palavra. A conferência episcopal brasileira afirma que ao redor da Palavra os cristãos divididos podem se encontrar (CNBB, 2012, n. 63). Em Aparecida, os bispos da América Latina e do Caribe lembram que o diálogo ecumênico é consequência da “eclesiologia de comunhão” (Dap 227) e também uma exigência “evangélica, trinitária e batismal” (Dap 228). Logo, a aproximação entre os diversos grupos cristãos é exigência mesma do cristianismo, pois o próprio Jesus Cristo expressa seu desejo de “que todos sejam um” (Jo 17,21).

A escola é lugar de conhecimento e aprofundamento “sobre a identidade do cristianismo, da vida cristã e das verdades da fé” (Dap, n. 17), porém, difere da catequese, que visa a adesão à pessoa de Jesus e à comunidade eclesial. Ao reconhecer a clientela híbrida em seu seio, a Escola Católica é chamada a estar atenta a formas proselitistas da própria ação pastoral, não permitindo que se perca a oportunidade de testemunhar a capacidade de conviver e valorizar a riqueza da diferença.

Entretanto, o verdadeiro testemunho de fraternidade vai além do diálogo ecumênico. A *Verbum Domini* ressalta o valor do diálogo inter-religioso, dedicando os números 117-120 ao tema e reconhecendo a contribuição das diversas religiões, para a formação de valores de paz, de solidariedade e respeito. A escola, como centro de cultura, que acolhe crianças e adolescentes oriundos de famílias com crenças e costumes distintos, pode ser lugar propício para gerar nova mentalidade acerca das diferentes formas de crer e proporcionar o amadurecimento da própria fé, sem ofender qualquer grupo religioso.

Como se pode perceber, na área da educação encontra-se um campo aberto para que os cristãos vivam e testemunhem a sua fé. É grande a missão da Escola Católica para evangelizar a cultura o que é mais do que “fazer um prosélito” (Mt

25,15). A ação evangelizadora na escola se dá, sobretudo, pela vivência da caridade para com todos, sobretudo, os mais vulneráveis, e pelo respeito às diferenças. O anúncio explícito de Jesus Cristo vivo, fonte de sentido para a vida, encontra lugar nos centros educativos confessionais, que não devem prescindir de sua missão na Igreja Católica. Entretanto, antes que converter pessoas, ela precisa ocupar-se em cuidar do rebanho a ela confiado, promovendo em seu seio o respeito, a justiça e o conhecimento, para o bem de todas as pessoas. Sobretudo à pastoral escolar, compete um trabalho evangelizador sistematizado e um olhar clínico para a realidade que a cerca. Pessoas bem preparadas para tal função é exigência, dada à complexidade do contexto e os desafios da contemporaneidade. A Escritura impulsiona, porque ela é “inspirada por Deus e é útil para ensinar, para refutar, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito, preparado para toda boa obra” (2Tm 3,16). Ela educa e dá sentido à vida.

## 4 ESCOLA E ESCRITURA: ANÁLISE DA REALIDADE

Nos capítulos precedentes, apresentou-se um histórico da relação entre Sagrada Escritura e pastoral, e refletiu-se sobre a Escola Católica, enquanto participante da missão evangelizadora na Igreja Católica. Foi apresentada a pastoral escolar e foi traçado um perfil do pastoralista e do universo do estudante do Ensino Médio.

Nesta construção, merece destaque a preocupação da Igreja Católica para que a Palavra de Deus “se torne cada vez mais o coração de toda a atividade eclesial” (VD 1), o que leva o agente de qualquer pastoral ou ação evangelizadora, a voltar-se mais intimamente para a Palavra e dela aprender, para anunciá-la. Desta proposição, surge o desejo de empreender a animação bíblica da pastoral, na qual se inclui a pastoral escolar e a Escola Católica como um todo.

A urgência de promover uma evangelização que favoreça o encontro pessoal com Jesus Cristo, também é bastante enfatizada na V Conferência do CELAM, e toca às atividades evangelizadoras na Escola Católica, bem como todas as atividades educativas que nela acontecem. Nesta missão, a pastoral escolar apresenta-se como primeira responsável por articular as diretrizes evangelizadoras da Igreja Católica, no seio da escola. Para isso, precisa conhecer sua realidade e a do grupo a quem quer atingir, no caso, os estudantes do Ensino Médio. Esses, por sua vez, constituem um grupo com características peculiares, que devem ser identificadas e acolhidas pelos agentes de pastoral e demais educadores.

Com base nessas aproximações, procura-se, na sequência, analisar os resultados da aplicação dos instrumentos da pesquisa realizada, convencidos de que poderão iluminar a prática evangelizadora na escola.

### 4.1 O UNIVERSO E METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa. Considera os significados construídos pelas pessoas (CHIZZOTTI, 1991, p. 84) em seus contextos, pois, parte do princípio que há uma relação entre o indivíduo e o mundo real (CHIZZOTTI, 1991, p. 79). O pesquisador e os pesquisados são sujeitos do processo e construtores de saberes que ganham significados, a partir das experiências e

conhecimentos prévios e de novas aprendizagens. Em sua maioria subjetivos, os resultados, embora possam recorrer a dados quantificáveis para o levantamento, dificilmente o são.

A pesquisa foi desenvolvida em uma rede de educação Católica, que atua no Paraná e Rio Grande do Sul. Participaram os profissionais da pastoral escolar, que foi organizada, nesta rede, por volta do ano 2005, por ocasião de um redimensionamento da disciplina de Ensino Religioso. Até então, havia o Serviço de Orientação Religiosa – SOR, que acompanhava o trabalho dos professores de Ensino Religioso e realizava atividades de cunho religioso, como missas, teatros, campanhas de arrecadação para assistência social e outras práticas devocionais próprias da espiritualidade da congregação religiosa a que pertence (terços, coroinhas e entronizações do Coração de Jesus nas famílias,...). Em geral, tal função era desempenhada por religiosas, sendo que, naquele ano, já se contava com alguns leigos que lecionavam e colaboravam em ações de cunho pastoral. A partir desse período, o Ensino Religioso passou a ser entendido como disciplina que se ocuparia do fenômeno religioso, da história das religiões, dos costumes e culturas dos povos. Aos poucos, organizou-se a pastoral escolar que deveria incumbir-se, em primeira instância, das atividades confessionais católicas na escola. Foram produzidos textos, que funcionavam como diretrizes, ora chamados de plano pastoral, ora, de projeto pastoral, ou proposta pedagógica pastoral, que intentavam oferecer diretrizes para o trabalho, visto que se estava estruturando aos poucos, conforme a caminhada e realidade de cada unidade educacional. No período da pesquisa, definia-se um novo plano pastoral, que implicaria no maior envolvimento dos demais profissionais, especialmente dos professores, com o intuito de fomentar uma “escola em pastoral”. Ainda encontram-se diferenças na ação pastoral entre as unidades, como se pode observar pelo perfil dos agentes e funções que desempenham na escola. Cabe lembrar que, em todas as unidades, no momento da pesquisa, havia uma religiosa consagrada responsável pela pastoral, embora a maioria dos agentes fosse leiga.

As atividades que a pastoral escolar desenvolve constam de momentos formativos que podem ocorrer em uma hora/aula ou em um período inteiro, às vezes fora da escola, em local apropriado; orações no início da aula que acontecem por sistema de som, simultaneamente em toda a escola; missas por ocasiões especiais,

como dia das mães e dos pais, e nas primeiras sextas-feiras do mês, conforme a devoção ao Coração de Jesus; eventos esporádicos, como bate-papos com temática pré-definida, teatros, apresentações. Estas atividades acontecem normalmente em período de aula e todos os estudantes participam. Existe a articulação de grupos de jovens, que têm como base a espiritualidade da congregação religiosa, à qual pertence a rede educativa, intitulado “Pastoral Juvenil Cleliana” - PJC. Os encontros da PJC acontecem semanalmente, com estudantes que aderem ao grupo; e há também outras atividades, com convite aberto a todos, como cinema, debates, retiros e acampamentos que acontecem fora do período de aula, variando entre as unidades.

Dentre as quinze unidades educacionais da instituição, foram selecionadas cinco entre as oito que oferecem o Ensino Médio. A escolha deveu-se ao fato de que as demais ainda estão em processo de estruturação do setor de pastoral escolar e não contam com a colaboração de leigos contratados. Dentre as unidades escolhidas, três localizam-se em diferentes bairros da cidade de Curitiba, uma em Nova Esperança e outra em Ponta Grossa. Os entrevistados são identificados por códigos, como mostra o quadro abaixo, que também apresenta algumas informações pertinentes, que ficaram evidentes no material coletado, e que interferiram diretamente no conteúdo das respostas dadas pelos agentes.

Cidade	Código	Formação acadêmica	Idade	Sexo	Tempo de atuação na pastoral escolar	Atividades na comunidade eclesial	Observações	Relatos de experiência enviados
Nova Esperança	001	Licenciatura em História	32	M	7 anos	Coordena pós-crisma na paróquia e no setor (regional), setor juventude arquidiocesana, colabora na liturgia	Foi seminarista religioso. Atua na escola como professor de Ensino Religioso e setor de comunicação e eventos	1
Ctba	002	Licenciatura em Filosofia	31	M	4 anos	Colabora com a pastoral do batismo, pastoral jovem, grupo de oração jovem - RCC, formação de catequistas e ministros, música litúrgica	Tem experiência em seminário diocesano. Deixou a instituição durante a pesquisa	3

Ctba	003	Musicoterapia	29	F	6 meses	Ministério de Música – RCC		1
Ctba	004	Bacharelado em Teologia	41	F	18 meses	Nenhuma		0
Ctba	005	Pedagogia dedicada à dança – extensão universitária	39	F	3 anos	Eventualmente faz leitura na missa	Atua na escola como professora de dança e teatro	0
Ctba	006	Licenciatura em Letras e 1 ano de Filosofia	35	M	9 anos	Eventualmente faz leitura na missa	Experiência em seminário religioso	1
Ctba	007	Licenciatura em Filosofia Bacharelado em Teologia	30	M	4 anos e 4 meses	Atua como músico em algumas liturgias	Experiência em seminário religioso	1
Ctba	008	Licenciatura em Filosofia	29	M	2 anos e 2 meses	Articulação da juventude salesiana em uma paróquia	Experiência como religioso	2
Ponta Grossa	009	Licenciatura em Filosofia, cursando Farmácia	22	M	2 anos e 10 meses	Música litúrgica e formação de lideranças quando solicitado	Foi seminarista diocesano Atua como professor de Ensino Religioso	0

O material coletado consta de entrevista semiestruturada (Apêndice 3), realizada com agentes de pastoral, somando um total de nove entrevistas, com média de 28 minutos cada uma. Foi solicitado também um relato de experiências (Apêndice 4) dos quais foram entregues nove, conforme o quadro acima, sendo que um não se refere à faixa etária em questão e um trata-se de um projeto e não de uma atividade já realizada. Os relatos não serão identificados na pesquisa, mas considerados parte das entrevistas, remetendo-se sempre ao código de seu responsável. Primeiramente, apresentam-se os dados levantados para, depois, elucidar uma análise crítica.

## 4.2 UM OLHAR PARA A REALIDADE

### 4.2.1 A Sagrada Escritura e o agente de pastoral

Ao percorrer a história da Sagrada Escritura na Igreja Católica, com olhar voltado para sua relação com a espiritualidade do povo, pode-se perceber que as formas, a frequência e as consequências da leitura da Bíblia, resultam de uma série de fatores, que abrangem questões de hierarquia eclesial e fatores sócio econômicos e culturais.

Com os primeiros cristãos, a Bíblia Hebraica foi ressignificada para alimentar e alicerçar a fé em Cristo, para indicar os padrões éticos e celebrar a fé. Aos poucos, foi-se formando um novo corpo teológico, cuja fonte era a Palavra de Deus, expressa na Escritura e em Jesus Cristo. Os padres da Igreja procuravam ensinar, exortar e defender a fé de compreensões fora do contexto da tradição construída pela comunidade, conduzindo o povo a ler, compreender, rezar e viver a Palavra de Deus. Na Idade Média, fatores socioculturais e econômicos, somados a pontos de vistas eclesiásticos e eclesiocêntricos, fizeram com que, nem sempre, os cristãos leigos tivessem em mãos a Sagrada Escritura, embora ela não tenha deixado de fazer parte da cultura popular e da prédica de muitos pregadores. Na Idade Moderna, o enfoque racionalista deu à Escritura o status de livro histórico, o que a deixou relegada ao passado, longe da vida e espiritualidade cristã. Com o Concílio Vaticano II, procurou-se voltar à centralidade da Palavra de Deus, com a exortação à leitura e interpretação da Sagrada Escritura na Igreja Católica “no mesmo Espírito que levou à sua redação” (DV 12). Resultou, então, a democratização do texto, avanço das pesquisas exegéticas e melhor formação dos fiéis leigos em questões ligadas à Bíblia.

Os fatores históricos que interferiram na relação Bíblia e cristãos leigos implicam em diferentes formas de relacionamento com Deus, através da Palavra e diferentes conceitos de Sagrada Escritura. Por isso, ao pensar na atuação do agente de pastoral na escola, procurou-se perceber quais conceitos permeiam sua própria espiritualidade e, conseqüentemente, seu trabalho. Para tanto, servem de base as respostas dadas aos agentes nas entrevistas:

É a Sagrada Escritura que vai te dizer através da vivência do Cristo, através do exemplo do Cristo, da sua Revelação quem realmente é Deus [...] Sagrada Escritura é realmente aquilo que é inspiração de Deus, o que Deus quer dizer para nós (001).

Bíblia é biblioteca dos livros sagrados, Sagrada Escritura, é cada escritura que é considerada sagrada através de um escritor identificado ou não e a Palavra de Deus é Jesus Cristo dentro da Sagrada Escritura que se revela para nós como promessa eterna. (002).

A Bíblia é coleção de livros. A Palavra de Deus: a Revelação Divina, através de vários escritos, através de várias experiências, através de vários testemunhos que foram se perpetuando e foram se esquematizando até que chegasse a nós como a Bíblia, a Palavra de Deus, a Sagrada Escritura (006).

...manual de instruções que nos desafia a uma vivência prática [...] deve ser interpretada corretamente para evitar fanatismo ou um biblicismo somente pela Tradição, a fé - *sensus fidei* [...] Magistério. O NT é culminância do AT e por mais que no AT não fale propriamente de Jesus,



mas aquele Verbo, o Verbo Jesus já estava lá. ... porque a Sagrada Escritura por ela mesma é um livro. É um papel, mas quando você vive isso na prática, se torna realmente vida (007).

A Palavra de Deus é a base da ação pastoral. [...] onde eu busco inspiração nas minhas atividades pastorais. Quando se fala Palavra de Deus está se falando especificamente de Jesus Cristo (008).

Acho que vários aspectos. Um dos primeiros é a vivência da espiritualidade: poder estar lendo, percebendo o que ela diz na minha vida. [...] é estar me alimentado da Palavra de Deus e tentando viver. [...] Eu valorizo a ideia de encontro. Encontro com Jesus que acontece através da Sagrada Escritura no espaço litúrgico (009).

Nas respostas, encontram-se elementos interessantes: inspiração, identificação da Palavra de Deus com Jesus Cristo, Tradição e Magistério, relação AT e NT. Também fica evidenciado o caráter performativo da Escritura, quando os agentes destacam que a Palavra precisa ser vivida. Outro aspecto mencionado é a percepção do espaço litúrgico, compreendido como lugar de encontro com Jesus na Sagrada Escritura, por 009, e 002 quando diz: “eu vejo minha oração toda fundamentada, muitas vezes, dentro daquilo que a liturgia oferece através da Sagrada Escritura”. Tais elementos indicam certa familiaridade com o tema em questão, mas não de forma uniforme, pois, os níveis de compreensão e conceitualização diferem. Cabe lembrar que este grupo de respostas pertence aos agentes de pastoral que vivenciaram experiências na vida religiosa ou em seminários diocesanos, o que implica em uma maior formação e vivência de oração com a Palavra. Alguns afirmam já ter praticado diferentes formas de *Lectio Divina* (Agentes 001, 002, 006, 007 e 009) e retiros inicianos (Agente 008), e outras práticas devocionais (Agentes 001, 007, 009). Os demais agentes forneceram as seguintes respostas:

...onde eu sempre vou buscar força, conforto em um momento de dificuldade. É onde eu vou buscar resposta num momento de dúvida. Hoje para mim, faz parte da minha vida, me acompanha desta forma, é onde encontro resposta, conforto e tudo mais (003).

Sagrada Escritura para mim significa direção. O norte, o conselho, a vida de fé, a busca dos anseios, das angústias. Sagrada Escritura é o caminho, a direção mesmo, a orientação para todos os cristãos (004).

na verdade é um ponto de interrogação bem grande... conduz a gente mesmo a pensar. Faz a gente pensar muito na crença, na fé, na sua religião (005).

Nota-se aqui a predominância de elementos de índole emocional e devocional. Ficam evidentes os diferentes níveis de formação doutrinal e bíblica entre os dois grupos de respostas. Pode-se supor que a vivência em grupos pastorais e outras formas de espiritualidade podem ser entendidas como fator que

delimita o espaço de compreensão de conceitos como: Palavra de Deus, Sagrada Escritura e Bíblia. Não que tais conceitos sejam fáceis de compreender ou de ditar em uma entrevista, nem se espera um tratado teológico, mas os dois grupos de respostas mostram maior amadurecimento, por assim dizer, dos conceitos entre os agentes, que já foram seminaristas e/ou religiosos. Parece óbvio, mas não se pode deixar passar despercebido, que 004 cursou bacharelado em teologia, enquanto o tempo de experiência nos seminários podem ser de apenas 2 anos, tempo insuficiente para uma formação teológica, se comparado aos 4 anos de faculdade. Além disso, cabe observar, no quadro acima, o envolvimento dos agentes em atividades pastorais fora da escola, que é seu trabalho. Ao que tudo indica, nos casos analisados, a participação na comunidade eclesial pode contribuir para o amadurecimento dos conceitos da fé ou interferir na forma como são formulados.

Quando questionados a respeito de passagens difíceis de compreender, os agentes de pastoral indicaram o AT e o Apocalipse. No AT, 002 destaca o livro de Provérbios, enquanto 005 e 006 encontram problemas no “conceito de Deus”, pois parece ser um Deus “que mata,... que faz o povo sofrer”. 008 também vê o AT “meio complicado” e associa sua dificuldade a uma falta de conhecimento do contexto histórico. Quanto ao Apocalipse, 003 alega não apenas sua dificuldade de compreensão, mas diz ter “medo”, devido ao fato de que “desde criança eu ouvi tanto falarem mal do Apocalipse, que eu evitei ler”. Para 008, cujo AT era o mais difícil de entender, o Apocalipse é o mais difícil de explicar aos jovens; o mesmo afirma 002, quando diz que é “cheio de simbolismo dentro do Apocalipse, então, é muito difícil de explicar”. O entrevistado 007 não entende que a dificuldade seja de compreender ou de explicar, mas de viver a Palavra. Alguns também manifestaram não ter tempo para um estudo mais aprofundado (004), ou não ter lido “todos os exegetas” (002) sobre o livro, que tenha maior dificuldade ou dúvidas, pelo fato de não compreender o seu contexto histórico (008). Os demais não relataram tais problemas com a interpretação ou explicação do texto bíblico, o que leva a refletir sobre quais textos são escolhidos e com quais critérios, para as atividades pastorais. Seria prudente o agente de pastoral apresentar perícopes bíblicas com os quais tem familiaridade e possa argumentar frente aos jovens, mas é importante ficar atento aos critérios de seleção dessas perícopes, para não incorrer na manipulação da

Palavra de Deus, tirando dela sempre uma mensagem para consolar e agradar o ego, esquecendo que o seguimento de Cristo implica em *metanoia*.

Estabelecer conceito e significado, acerca do conteúdo Sagrada Escritura, requer certo nível de formação sobre o assunto e experiências que deem um caráter pessoal, afetivo e efetivo para a vida, já que o que está em questão é o seguimento de Cristo. Mais que a formação, as experiências, o ambiente em que se viveu e o grupo, com o qual se partilhou esta experiência, parecem ser ainda mais determinantes, na relação que a pessoa estabelece com a Palavra de Deus.

#### **4.2.2 A Bíblia na Pastoral Escolar**

Soa forte, em toda a Igreja Católica, o apelo da Exortação Apostólica *Verbum Domini* para uma “animação bíblica da pastoral inteira” (VD 73). A pastoral escolar, que pretende ser realmente parte da Igreja Católica, precisa pensar sua ação evangelizadora e educativa, com base nesse mesmo apelo. Pensando assim, procurou-se perceber, por meio da entrevista e dos relatos de experiência, como a Bíblia está presente, quais as estratégias de uso, a hermenêutica, a aplicação para uma vivência, se tem em vista o encontro com Cristo, entre outros aspectos. O material fornecido pelos agentes de pastoral, das unidades educacionais pesquisadas, procura responder tais questões.

Ao falarem sobre a Sagrada Escritura na Pastoral, foram relatadas experiências ricas com adolescentes e jovens, desafios encontrados e anseios do agente de pastoral. Não foram relatados incentivos, documentos ou orientações da central institucional, quanto ao uso da Escritura na pastoral. O plano de pastoral em uso contém uma lista de conteúdos a serem trabalhados nas mais diversas intervenções e com grupos distintos (professores e funcionários, estudantes, pais). De forma geral, tais conteúdos seguem a temática do ano litúrgico ou temas do Catecismo da Igreja Católica. A Bíblia é conteúdo no mês de setembro e, na prática, em outros períodos, é usada de formas muito variadas.

Com a PJC há uma orientação, relatada por 001 e 006, que segue uma ordem temática para os encontros, conforme o número de semanas do mês: o primeiro encontro é catequético, o segundo, espiritualidade, o terceiro, prática da caridade, e o último, convivência. Os demais agentes não citaram tal sequência, até

porque o foco das questões não era o grupo de jovens, mas sim o Ensino Médio. Apenas 001 citou que a Escritura é mais abordada no segundo encontro.

A questão acerca de como a Escritura contribui para a ação pastoral do agente, possibilitou perceber a importância da Escritura na pastoral na visão destes profissionais.

Eu acredito que a primeira experiência que deve ser plantada é a Palavra, é a Boa Nova, é o Evangelho e tudo é recorrente a ele, tanto que o catecismo ele não deixa de lançar mão da Palavra como fundamental (001).  
A Palavra de Deus é a base da ação pastoral [...] onde eu busco inspiração nas minhas atividades pastorais [...] tudo o que eu faço na pastoral eu sempre procuro uma fundamentação bíblica... é nosso referencial (008).  
Eu acho que toda ação pastoral se não estiver fundamentada na Sagrada Escritura, ela não tem porque acontecer (009).

Em um primeiro momento poder-se-ia afirmar, a partir destas respostas, que a Escritura é entendida como fonte da ação pastoral desses agentes. 009 fala também da Palavra como “algo transversal dentro da prática pastoral”, usando termos pedagógicos. Os demais agentes, não citados, foram diretamente para exemplos práticos, analisados mais abaixo. Três agentes citaram experiências com o catecismo ou abordaram a questão da doutrina, do magistério e da história do cristianismo e da Igreja Católica. Foram interrogados quanto a uma possível ordem de prioridade entre os elementos, ao que deram as seguintes respostas:

Em ordem de prioridade a Palavra, porque tudo converge para Ele e quando a gente fala Palavra de Deus, talvez eu tenha falado Bíblia, mas tudo converge para a Palavra, Ele. E aí que entra a Sagrada Escritura que contém a Palavra de Deus (002).  
...a doutrina. Porque vamos pensar assim, vamos pensar que essa pessoa tem essa mesma questão, mas ela pertence a uma outra religião e também entende a Palavra de Deus, ela também pode ter uma outra resposta em uma outra doutrina [...] (006).

O agente 001, citado anteriormente, aponta o catecismo, mas coloca a Palavra em primeiro lugar, como também 002. O agente 006, por sua vez, pensa que a catequese deve preceder a Palavra, para evitar interpretações errôneas. As palavras de 007 abordaram a questão do *sensus fidei*. Não tão explicitamente, 004 apresenta a mesma preocupação, quando se refere a interpretações dadas por revistas ditas científicas, que questionam dados bíblicos e, segundo o entrevistado, colocam confusões nos estudantes, acerca das verdades da fé.

Em geral, as agentes titubearam ao responder se o que vem primeiro é a escolha do tema ou do texto bíblico, mas afirmaram que o tema precede, sendo que

em alguns momentos a Sagrada Escritura é o conteúdo propriamente dito, citando as ações do mês de setembro. 004 lembra que os temas já constam no programa da pastoral e “dentro daquele tema ali a gente vai aplicar o que o texto [...] o que a Bíblia diz” (005). O relato de 003 ilustra bem a questão:

Foi um momento muito reflexivo. Os jovens tiveram a oportunidade de reavaliarem o conceito de jejum, de perceber o quanto a oração é fundamental nas nossas vidas, e refletiram sobre o quanto deixamos de ser caridosos com as pessoas e de que forma podemos ser melhores (003).

Este relato refere-se a um encontro da PJC. A perícopes bíblica é de At 9,1-29. É importante observar que o tema pré-estabelecido determinou a explicação do texto. O conteúdo que se queria trabalhar foi ilustrado pela Escritura, pois, como afirma 005, a Palavra de Deus “em setembro ela é o conteúdo. Daí, nós preparamos tudo em cima da Palavra de Deus. Em outras situações, ela é o complemento” e 006 ainda completa alegando que

em determinadas ações, em determinados momentos, ela é um conteúdo, ela é uma estratégia, ela é um recurso. Então, eu percebo assim, que em determinados momentos, em determinada situação, ela se encaixa em uma dessas.

Também 008 atesta que a escolha do texto bíblico está “sempre dependendo do tema, do contexto, sempre achar algum contexto bíblico que vá com aquele tema”; ao mesmo tempo, o agente considera que o texto bíblico deve preceder o trabalho e cita exemplos, em que atividades pastorais foram preparadas a partir da Escritura. Os agentes reconhecem que não são em todas as atividades pastorais que há a leitura da Escritura, apesar de afirmarem sua importância na ação evangelizadora. 009 entende a Palavra como “transversal” em toda a ação pastoral, e 008, afirma que “tem atividades pastorais que, digamos, necessariamente não tem a Sagrada Escritura de forma visível. Mas atrás dela, digamos, na fundamentação dela, pode estar a Palavra de Deus” (008). Tais afirmações parecem colocar a Palavra de Deus como animadora da ação pastoral.

Os agentes 003, 004, 005 e 006 afirmam usar o texto bíblico diariamente, conforme a liturgia do dia, nos momentos de oração, no início do período de aula. Os quatro atuam na mesma unidade, o que confirma o fato de que a leitura do Evangelho do dia faz parte do momento diário de oração, mas não nos foi possível compreender como é explicado o texto. Os entrevistados, apenas focaram a

importância de tal leitura para a própria vida de oração do agente, sendo que 003 declara, que na véspera do seu dia de dirigir a oração, é o dia em que lê e procura rezar a Palavra. Também 006 afirma:

Na verdade em todas as coisas ela está, todos os dias na oração e isso faz uma grande diferença também, até para nós, agentes de pastoral que estamos fazendo o momento da oração, porque quer queira, quer não a primeira pessoa que vai ler sou eu, eu que estou proclamando.

O agente de pastoral 001 diz permitir que os estudantes preparem a oração inicial dos encontros da PJC. A forma como essa oração é feita não é determinada, sendo que, por vezes, alguns estudantes escolhem textos bíblicos e, inclusive, pedem ajuda do agente na sua preparação, enquanto outros não. Segundo o agente, a escolha por usar ou não a Sagrada Escritura parte dos estudantes e está baseada no que eles vivenciam na comunidade, grupo ou pastoral que frequentam. Segundo o agente: “uns são da RCC, tem uns que participam na comunidade dos grupos de reflexão, então da maneira que eles preparam cada oração é a maneira que eles vivenciam lá”.

O mesmo agente, que considera importante o uso da Escritura e alega ter um momento diário de oração pessoal com a Palavra de Deus, mostra preocupações com a linguagem da Escritura e procura “explicar como a moçada costuma entender porque eles têm dificuldade de ler” (001).

Outros agentes relataram estratégias para o uso da Escritura:

A gente procurou vídeos mais jovens, músicas mais motivadoras, elaboramos uma ornamentação onde (os estudantes) se envolvessem com aquilo e tal [...] e bonecos e tudo mais e passagens da Bíblia de uma outra forma, não só a leitura pela leitura, com *slides*, de uma forma mais interativa (003).

[...] textos curtos, uma canção que ilustre aquele texto, isso é muito válido, e depois [...] se tiver um vídeo [...] hoje a gente tem tantos meios, através da internet a gente pode ilustrar aquele texto. [...] eu vou direto ao texto bíblico, mas nada impede que se faça uma encenação bíblica antes, fazer uma coisa diferenciada (007).

Outros também afirmam recorrer ao uso de *power point*, para que se acompanhe a leitura (008), o manuseio da Bíblia (001, 003, 004, 005 e 006) e aplicação de dinâmicas relacionadas ao texto (001, 008 e 009). Toda essa criatividade porque, segundo os agentes, existe uma dificuldade de manter a atenção do estudante, de silenciar, de despertar o interesse. Mesmo assim, alguns narram experiências de sucesso e alegam buscar abordagens mais reflexivas.

Ano passado eu fiz uma experiência com os alunos da PJC, e é a meditação, um dedo de meditação. Que é sentar, achar uma posição que você acha adequada, se você acha adequado deitar, sentar, cruzar as pernas, sentar em uma cadeira com as palmas dos pés, bem [...] de uma forma que você esteja bem relaxado e que você comece a deixar os incômodos do corpo de lado, perceber os incômodos do corpo. Então é: comece a respirar e faça o silêncio da boca, e desconcentre agora o seu olhar das suas inquietações e comece a perceber sua respiração então preste atenção em sua respiração, então respira profundo. Escute você respirar e concentre o seu olhar só na tua respiração. Isso é muito interessante, pois nós estávamos num grupo, a primeira vez que nós fizemos, um grupo de 6 alunos do Ensino Médio. Alguns de bagunça. São terríveis. Eu lembro que tem um que toma remédio para hiperatividade o nome dele é T. e ele não é cristão católico ele era mulçumano e aí nós fizemos esse momento foi 15 minutos em [...] e assim antes de entrar com a leitura da Sagrada Escritura foi 15 minutos de respiração profunda e silêncio (002).

O entrevistado 002 também acrescenta que, para isso, é necessário, por parte do agente, “um pouquinho de traquejo de Palavra de Deus” e ressalta a conveniência da escolha do texto, partindo “sempre dos Evangelhos, para eles, sempre dos Evangelhos, a pessoa de Jesus Cristo”.

Também outro agente da mesma unidade lembra que é possível uma leitura orante da Escritura, mediante uma preparação.

Eu acho que sim, mas assim como você quando vai preparar uma horta um jardim, tem que preparar o terreno. E acho que é isso que a gente está fazendo também: sentir a geografia do terreno, ver o que é preciso fazer ali, e daí começar a sementeira, o plantio, para depois colher bem os frutos. É... para isso é preciso também planejamento, que é difícil, é desafiador porque é uma coisa que não tem no meio do jovem (007).

A preparação do grupo é considerada primordial para o agente 007. Ele destaca a preponderância do momento em que é proposta a leitura orante, sendo que os mais adequados são as ocasiões de “formações, retiros, algo mais específico com o jovem, porque tanto é também pela questão da beleza e da importância, para não ficar atirando pérolas aos porcos” (006). Nesses momentos, o tempo, aparentemente, é maior e podem-se preparar melhor os adolescentes e jovens para vivenciar tal experiência.

Falando diretamente da *Lectio Divina*, um agente assim se expressou:

Eu vejo outra experiência de Lectio Divina, uma leitura orante, vamos dizer assim. Não seria nem uma Lectio Divina, mas uma forma de ler que é mais própria de grupo de jovens, de grupo maior em que daí você não vai contemplar todos os degraus da Lectio Divina, mas você vai propor de uma forma mais dinâmica que existe primeiro uma leitura, que existe uma reflexão que existe uma partilha e que simbolicamente você vivencia isso. Então já é uma experiência (001).



Quanto à forma de se explicar a Escritura aos jovens, houve alguns acenos nas entrevistas, de forma a se perceber que existe, por parte de alguns agentes, a preocupação de se atualizar a Palavra.

[...] a partir dessa leitura das palavras chaves a gente consegue fazer com que eles cheguem ao ponto. Dificilmente [...] eu vejo que, não apenas a leitura, mas como interpretar isso no dia-a-dia. A gente tem que gostar e vejo que há uma necessidade de hermenêutica juvenil. É necessário que a minha interpretação seja não apenas entendida pelo jovem, mas que ele consiga colocar no seu dia-a-dia. Ele precisa relacionar com aquilo que ele está vivendo, com a situação de casa, com a situação social daquilo que ele está vivendo e tem que ser reconhecido (001).

Eu penso que a gente tem que trazer uma identificação [...] tem que tentar mais aproximar-se dele, identificar a realidade dele, a situação, por isso, eu ainda penso que os Evangelhos (006).

Sempre com a parte da reflexão, uma proposta de ação prática. Porque senão, a reflexão pela reflexão não leva a nada. Tem sempre uma ação prática (007).

Eu procuro pesquisar primeiro a questão histórica [...] contextualizar, a questão histórica da época e tentar trazer isso para hoje (008).

Pode utilizar tanto o aspecto histórico, contextualizar, dizer: “olha um dado científico [...]” e, depois, pegar uma parábola e poder fazer uma meditação sobre essa parábola. O que essa Palavra tem a mudar em minha vida? O que ela pode transformar? (009).

Nota-se claramente a preocupação em encontrar aproximações entre o adolescente ou jovem e a Escritura, em torná-la acessível, não apenas na linguagem, mas na significação, para ser vivenciada. Talvez seja esse o ponto nevrálgico a se pensar na Escritura na Escola Católica, pois, não se trata apenas de uma leitura, de uma análise científica, mas de um encontro com a pessoa de Jesus Cristo.

Alguns agentes de pastoral também alegaram que a escolha do texto bíblico é fator que ajuda no uso da Escritura com os adolescentes. As cartas paulinas são as preferidas por 001 e 008. O segundo entende que “dá para ver a questão da liberdade, consciência, então as cartas de Paulo, para mim, eu acho que chamam mais a atenção”. Para 003, as passagens transformadas em “filmes são mais interessantes do que própria leitura para eles. Então acho que as passagens transformadas em desenhos, em filmes, para eles ficam bem mais interessantes”, o que pode significar que as perícopes, das quais os estudantes tenham algum conhecimento prévio, seriam as mais apropriadas. Outro agente pensa que as parábolas e os salmos são os mais adequados.

Acho que as parábolas [...] o jovem talvez se identifique um pouco. O jovem, o filho pródigo, eu acho que relata um pouco, um pouco não, a

realidade do jovem que se revolta. Então eu acho um texto bem forte. Os salmos, porque eu acho que é algo mais fácil deles compreender, uma oração (004).

Os Evangelhos, e mais especificamente as parábolas, são os preferidos por 006, pois permitem mais facilmente uma identificação, “pode tentar puxar algumas das situações que às vezes acontece no dia-a-dia”. O agente 007 que se mostrou preocupado, não tanto pela compreensão da Palavra, mas com a vivência desta, afirma que para os jovens, o melhor texto é

[...] Mt 5, as bem-aventuranças. Que é ali que Deus traça..., Jesus passa um propósito para o ser humano: que ele seja feliz. As nove vezes “bem-aventurados, bem aventurados [...]” e [...] é um texto completo, questiona a todos os seres humanos, em todas as circunstâncias e a gente, às vezes, perde esta meta este foco, este propósito de que nós vamos ser felizes. É saber que um dos maiores pecados é não ser feliz. E essa proposta, a proposta que Jesus faz: quem é bem-aventurado, quem é esta pessoa feliz? É alguém que como você, que é jovem, que não é um bandido, que não é nada, que passa necessidade, às vezes, financeiras, que passa necessidades emocionais que [...] esses serão os bem-aventurados, serão os felizes que entrarão no Reino dos Céus.

Os agentes de pastoral também identificam a variedade de igrejas cristãs, representadas pelos estudantes. Além de igrejas cristãs, foi citado um estudante muçulmano (002) em um das escolas de Curitiba. Dada esta diversidade, a Escritura é considerada, por eles, um ponto de partida para o diálogo.

Parte da Escritura por saber que existem diferentes opiniões e grupos cristãos na escola (002).

[...] nós não temos alunos só católicos aqui. Então eu acho que o que nos une é a Palavra de Deus. A Bíblia, então eu acho que isso é a base que nos une, porque se a gente for pegar por outros meios eles podem dividir, agora a Bíblia não divide.” Sobre a *Lectio*: “Eu acho que é uma proposta viável, a *lectio divina* [...] como eu falei antes, para nós que não temos aqui todos os alunos católicos eu acho que a gente não deve [...] pelo nosso lado católico, a gente não vai atingir, agora quando a gente pega a própria Palavra de Deus, acho que é mais fácil de atingir porque a nossa Bíblia tem pouca diferença com as outras, então acho que por aí é mais fácil de atingir (008).

A Escritura é considerada por esses dois agentes, como algo que pode estabelecer um diálogo com os estudantes cristãos de outras igrejas, que escolhem a Escola Católica para sua formação acadêmica. Entende-se, por seus depoimentos que, partindo de temas doutrinários, pode-se gerar conflitos e distanciamento. Ao partir da Bíblia, toma-se o que há em comum entre os diversos grupos cristãos. Entretanto, não foram considerados os diferentes tipos de leitura que se podem fazer em algumas comunidades cristãs, como o fundamentalismo. O caso do

mulçumano citado, parece ter sido um caso único e não foi relatada nenhuma relação dele com a Bíblia, em especial.

Pode-se afirmar que a maioria absoluta dos agentes sabe, teoricamente, da importância de abordar textos bíblicos em sua ação pastoral. Partir de uma espiritualidade bíblica, entretanto, parece não ser a prática de todos. Além disso, o plano pastoral que têm em mãos, enfatiza temas de doutrina, liturgia, moral e a devoção específica da congregação religiosa mantenedora. Talvez, certa falta de uma orientação clara, ou mesmo de incentivo a esse respeito, por parte da central de pastoral da instituição, permite que as experiências vividas pelos agentes, nas comunidades eclesiais, determinem sua prática pastoral na escola.

#### **4.2.3 O que pensam os jovens**

Ao pensar em uma animação bíblica de toda a pastoral, uma mínima compreensão do texto bíblico, o hábito de leitura, de oração e a consciência de sua dimensão vivencial, são pressupostos necessários. Isto porque a Palavra de Deus, expressa na Escritura, não apresenta uma mensagem de sabedoria, pura e simplesmente, mas da pessoa de Jesus Cristo. Uma leitura orante e comprometida da Sagrada Escritura consiste em colocar-se no seguimento de Cristo, viver a partir do “encontro mais importante e decisivo de sua vida que os havia preenchido de luz, força e esperança: o encontro com Jesus, sua rocha, sua paz, sua vida” (DAp 21). Entretanto, os agentes de pastoral expuseram suas dificuldades e preocupações, para fazer acontecer a animação bíblica da pastoral e a evangelização juvenil. Entre os desafios, quando se trata de Escritura e jovens, destacam-se: textos de difícil compreensão, linguagem, interesse dos jovens e capacidade de escuta, contexto familiar e social.

O documento DREC n. 23 orienta para a sensibilidade no olhar, para perceber do que o jovem está falando, quais seus interesses, seus anseios e necessidades para, a partir de então, propor formas de ação que contribuam para a experiência do encontro com Jesus Cristo. À pastoral escolar cabe um verdadeiro envolvimento com os estudantes, saber ouvir e acolher para que, conhecendo a realidade, possa traçar um plano de ações eficazes, que respondam aos interesses dos jovens, ao mesmo tempo em que os desafie. Para isso, faz-se necessário uma constante

avaliação da realidade e da própria ação, pois, a realidade está em constante transformação.

Nas entrevistas realizadas, não foi explicitado nenhum tipo de processo avaliativo ou investigativo formal, que determinasse qual o contexto, as aspirações juvenis ou a validade das ações realizadas. No entanto, vários deles expressaram suas impressões a respeito do *feedback* que os estudantes dão para suas propostas pastorais.

Alguns agentes de pastoral mostraram preocupação ou certa impotência frente às influências a que os jovens estão expostos fora da escola e a vivência familiar da fé. 001 percebe que a leitura da Escritura feita pelos jovens segue o padrão do que eles experienciam nos grupos que frequentam fora da escola. Outros dois agentes manifestaram o paradoxo, entre o que a escola pretende formar e o que se vive fora dela:

São pouquíssimos, em casos raros, dos jovens e adolescentes do Ensino Médio que percebem o contexto sagrado a partir da própria escola, não é a escola que oferece para eles esse contexto sagrado, a não ser que ele tenha uma experiência forte, uma experiência de fé reveladora onde Deus se mostra para ele em algum ponto dessa escola, em algum momento da sua vida dentro da escola: um retiro, um momento especial assim, alguma programação marcante. Eles sabem com a fala, mas eles não expressam com a vida [...] quem vai conotar, de uma forma muito especial e de uma forma muito forte para o educando que a Palavra de Deus, a Sagrada Escritura, a Bíblia ela é sagrada, é a vida em família (002).  
É muita confusão para eles porque eles vivem isso dentro da escola e não vivem fora da escola (005).

O agente 002 refere-se ao fato de que o contexto familiar é decisivo para a experiência de fé, e denota certa descrença à possibilidade do estudante fazer uma experiência espiritual significativa, por meio das ações pastorais na escola. Outros agentes já sentem uma resistência quase que natural do adolescente e do jovem às questões religiosas.

A grande maioria, quando a gente chega com a Bíblia na sala para o momento de formação, você vê que eles já se esquivam um pouco, não é tão motivador para eles, talvez pelo modo com que são acostumados de abordagem da Bíblia e tal. A comunidade em que participa talvez não é tão motivadora, talvez falta da gente mesmo dar um novo sentido da Bíblia na vida deles. Talvez falte de nós como agentes de pastoral, mas não sinto muito interesse deles, por parte do Ensino Médio (003).  
Os jovens normalmente pela característica deles quanto mais puderem se afastar melhor. Hoje os jovens estão meio assim a gente vê, fazem crisma, somem (005).

Para 006 e 007, os jovens parecem não se envolver muito com as propostas ou não querem se expor frente aos colegas. Mas 007 pensa que talvez isso se deva à forma de abordagem e afirma que se precisa “com jeito, chegar até eles através do texto”.

Na percepção do agente 008, os estudantes “têm uma leitura bem fundamentalista que não tem esta visão de que ali tem uma oportunidade de aprofundar, de estudar, já agora esses que veem ditos por aí, que tá na televisão, [...]”, baseados no racionalismo. A mesma questão é levantada por 009, ao dizer que os estudantes “são muito positivos”. Especialmente o AT causa problemas de interpretação, segundo relatos.

A escolha do texto é que determina a resposta do jovem na visão do agente 001. Nessa entrevista, ele diz que costuma encontrar seus estudantes nas missas e eventos religiosos da paróquia, em uma cidade do interior. Isso leva a pensar que tal agente atua em um meio, em que resistências à temática religiosa não apareçam, como relatado por outros agentes. O mesmo agente relatou na entrevista um trabalho com o *YouCat*. Nesse, percebeu que os jovens sentem-se interessados em conhecer as respostas da Igreja Católica para questões que dizem respeito à sua vida.

O silêncio, a escuta, a concentração, foram dificuldades levantadas pelos agentes, sobretudo, quando se pensa em uma leitura orante. Um deles afirma conhecer um método de *lectio divina*, que pensa que os estudantes considerariam “chata”, porque “contempla muito o silêncio, muita interiorização” (001) e por essa razão faz adaptações no método e um direcionamento bem claro, para que ele seja aplicável. Outro agente considera muito difícil uma leitura orante da Escritura, por isso, serve-se de “textos mais curtos, um ou dois versículos. Quando o texto é muito extenso eles acabam se perdendo, se distraem” (007). 008 também percebe que a concentração é uma dificuldade para realização da leitura orante na escola.

Acho que é um obstáculo. Eles não conseguem silenciar. Eles precisam ou trazer o que eles pensam, ou mexer com o colega. Às vezes esse mexer com o colega é porque eles não estão a fim ou porque eles não conseguem ficar quietos. Porque eles estão num mundo que é tudo muito rápido, ou seja, a internet que é rápida, no msn você manda a mensaginha e já fica esperando o outro responder [...] (009).

Nas ditas experiências de leitura orante, foram citados momentos de partilha por alguns agentes. As falas indicam que os agentes entendem que a partilha é um dos elementos da leitura, mas é difícil os estudantes do Ensino Médio exporem suas aproximações ao texto. Segundo 006 “a participação dos alunos nesse retorno de estar junto [...] a gente percebe que eles até fazem a leitura e até veem algo que chamou a atenção, mas a contrapartida é mínima, quase que 0,001%”. “Há uma vergonha de se expor” (006) por parte dos estudantes. Essa mesma dificuldade é apontada por 007, que percebe que os estudantes do Ensino Médio “tem um estilo mais introspectivo, mais vergonhoso e acabam não partilhando muito”.

Além da concentração e partilha, o tempo foi apontado como fator que dificulta a realização de uma leitura mais aprofundada. Segundo os entrevistados, o tempo disponível para intervenção com os estudantes é muito curto, o que dificulta o aprofundamento do texto. 004 salienta também que o número de estudantes, em um único momento, impede a partilha, pois, as intervenções pastorais acontecem com até três turmas juntas, com uma média de 38 estudantes por turma. Outro agente, que trabalha na mesma unidade, confirma a dificuldade dizendo:

[...] pegando o momento de formação, por exemplo, hoje é muito curta, então especificamente até nós vamos fazer, mas ela não vai ter o fruto como de repente a gente gostaria que tivesse, por causa do tempo, porque em um tempo de 40 ou 45 minutos na nossa realidade a gente vai até o local em que estão os alunos, até chegar ao local são 10 minutos, até acalmar o pessoal já são mais 15, e assim vai (006).

Referindo-se ainda a uma leitura orante, 008 diz que o problema da *lectio divina* com os jovens é “a questão da meditação. Porque pegar o passo da leitura do texto, de contextualizar essa parte é mais fácil. Agora quando você tem que trazer aquilo para vida... isso para mim é o mais pesado”. Outro agente também afirma: “o grande problema que eu vejo hoje dos mais jovens em ler a Bíblia é interpretar e realmente tem o problema da linguagem [...] eu vejo que, não apenas a leitura, mas como interpretar isso no dia-a-dia” (001). Talvez aqui também esteja implícita a dificuldade de interpretação, apontada por outros agentes, não apenas no contexto de leitura orante, mas referindo-se a qualquer atividade com a Escritura.

A falta de uma sólida formação bíblica parece ser um problema para a ação de alguns agentes e para o entendimento e o interesse dos estudantes. Para 005, os jovens “colocam muita confusão”. Surgem questões acerca da moral católica (002),

sobre o fim do mundo, incompreensões acerca de textos da Escritura ou de personagens bíblicos do AT (003), indagações relativas à ação de Deus perante o sofrimento, entre outras, que surpreendem o agente de pastoral. Neste sentido, 001, 003 e 009 ainda destacam o problema da linguagem da Escritura e das traduções de difícil compreensão. Esse depoimento ilustra bem a questão:

O Apocalipse (risos). Acho que para todo mundo. Essa é a primeira visão que se tem, o Apocalipse é (difícil), para todo mundo, acho que é bem complicado. Especialmente eles (os estudantes) que tem uma leitura bem fundamentalista que não tem esta visão de que ali tem uma oportunidade de aprofundar, de estudar. Já agora esses que veem ditos por aí, que tá na televisão, [...] Então, para eles é complicado de explicar o Apocalipse. E para nós também é difícil de entender [...] (008).

O Apocalipse é o mais difícil de entender e de explicar também para 002, mas ele foi questionado pelos jovens apenas uma vez a esse respeito. Para ele, “outra coisa difícil que as pessoas perguntam é em relação à moral sexual que a Igreja coloca e onde ela se fundamenta dentro da Sagrada Escritura”, ao que, o entrevistado, não parece sentir-se seguro em responder.

As influências do contexto familiar e social já foram citadas, mas cabe um olhar mais atento para os vários tipos de interpretação da Escritura. O que é publicado na mídia, tentando dar explicações científicas e históricas sobre dados bíblicos, foi apontado como problema para 004. O mesmo percebe 009, que diz serem os estudantes “muito positivos”, atestando a dificuldade de falar sobre uma linguagem simbólica e de fé, em meio às influências das ciências e do racionalismo.

Olha eu vejo que o mais complicado é apresentar para eles textos que eles já tenham algum conhecimento em torno daquilo, das outras ciências [...] histórico (por exemplo). No sentido de fazer eles verem que o Gênesis é simbólico. Então é isso: tem que partir da história, porque às vezes eles não conseguem [...] porque lá em biologia eles já estudaram que [...] como você pode tirar a costela de alguém? Num dá. A gente sabe que num dá, mas quando a gente vai explicar esse sentido simbólico, fazer com que eles possam compreender isso [...] (é difícil). Não é só no Gênesis. Tanto no Gênesis como no mistério da Ressurreição, como também ali, por exemplo. Eles já puxam uns dogmas da Igreja, para você poder estar explicando esses dogmas [...] como você poder estar explicando esses dogmas? Como eles estão associados à Sagrada Escritura. Acho que são uma liga, na verdade. É um leque muito grande, porque dali partem outros questionamentos não fica só ali. Acho que dificuldade principal é essa tentar fazer com que eles compreendam a linguagem bíblica (009).

Filmes de história bíblica são usados como recursos, como atestou 003. A possibilidade de recorrer a tais recursos foi dada como positiva. Entretanto, foi inexistente nos relatos, algum olhar crítico para tais produções. Na visão do



entrevistado, os filmes e outros recursos audiovisuais ajudam a manter a atenção do adolescente e do jovem, o que parece não ser fácil, quando se trabalha com as turmas.

Na maioria das vezes, a reação dos jovens, frente às atividades evangelizadoras, é entendida como desafio pelo agente de pastoral, mas foram narrados episódios, em que a ação pastoral proposta correspondeu às expectativas. As experiências de sucesso, relatadas pelos agentes, aconteceram com os grupos de jovens, ou seja, com aqueles que já têm uma pré-disposição, um interesse específico por temas de fé e religião. Nesses, os relatos de experiência acusam número pequeno de participantes, em torno de 10 estudantes por grupo. Isso leva a crer que os agentes sentem pouca aceitação da comunidade escolar em geral, mas podem colher alguns bons frutos em meio ao vasto campo em que semeiam.

As dificuldades encontradas pelos agentes de pastoral levam ao questionamento acerca da sua preparação para o trabalho com a Escritura, e um olhar mais apurado, acerca de quem é o adolescente e jovem do Ensino Médio, matriculado na Escola Católica. Pensar a ação pastoral e realizá-la não é tarefa fácil, mesmo para os grandes teólogos, pois, trata-se de pessoas, de experiência de Deus, condicionada não somente à vontade do evangelizador, mas à liberdade do jovem e à graça de Deus. Um caminho poderia ser, além da formação bíblica, a educação do olhar, da percepção, para depreender a realidade juvenil e a consciência de que toda a ação evangelizadora requer uma “atitude de permanente conversão pastoral” (DAp, n. 366).

### 4.3 UMA LEITURA CRÍTICA

#### 4.3.1 Agente de pastoral: teoria e prática

Todo o anúncio implica em testemunho (EN 21). O jeito de viver do cristão é em comunidade, na partilha, na oração e escuta da Palavra e na Eucaristia (At 2, 42-47). O agente de pastoral é um profissional contratado pela escola, mas que não pode perder de vista seu compromisso de discípulo missionário: anunciar, com a palavra e com a vida, a experiência do encontro com Jesus Cristo vivo e ver toda a realidade, a partir da ótica do Reino expresso plenamente em Cristo (DAp 21). A Palavra é lugar de encontro com Jesus (DAp 247), portanto, para que a pastoral

escolar parta de uma animação bíblica, o agente de pastoral precisa ter vivenciado este encontro.

Entre os nove entrevistados, apenas dois agentes alegaram ter momentos de leitura e/ou meditação da Escritura. Outros afirmam não ter tempo (007) ou têm muitas dificuldades de compreensão (004 e 005). Como as entrevistas tratavam do tema da Palavra de Deus, os agentes, em geral, parecem reconhecer que é importante uma leitura diária, o cultivo de uma espiritualidade nela fundamentada, mas a maioria não consegue passar desse reconhecimento para a prática.

A proposta da CNBB, para “colher os frutos espirituais e pastorais” (2012 2) da *Verbum Domini* é a de uma “animação bíblica da pastoral e da vida” (CNBB, 2011, n. 53). A animação bíblica da vida, parte do encontro com Jesus Cristo vivo, acontecido e alimentado na Palavra de Deus. Esta experiência impele a pessoa a tornar-se discípulo missionário, porque atinge todas as dimensões do seu ser e a conduz a um novo jeito de viver, motivando a anunciar a alegria deste encontro, desse “tesouro escondido” (Mt 13,44). Como então, o agente de pastoral pode ser testemunho e anunciador na escola, se ele mesmo não parece estar comprometido em “vender tudo o que tem, para comprar aquele campo”?

Carmody (2008, p. 14) afirma que “o modo como as pessoas compreendem a natureza da Bíblia determina também o modo como a lerão”. As respostas dadas pelos agentes de pastoral, acerca de seu conceito de Sagrada Escritura, Palavra de Deus, Bíblia, mostram que alguns percebem o caráter performativo da Escritura e há ainda quem a tenha como alimento espiritual. No entanto, uma vez que os agentes são formadores, na Escola Católica, desperta interesse o fato de que aparece também o conceito subjetivo e espiritualista ou simplesmente catequético, apenas como uma repetição de fórmulas. Tais conceitos podem acenar para uma pouca formação. Embora a Bíblia não seja um livro, cujos estudos chegaram a todas as conclusões possíveis, as perícopes difíceis apontadas pelos entrevistados, também podem ser indicadores de lacunas na formação bíblica recebida. Sabe-se que a pouca formação pode gerar uma leitura eisegética ou fundamentalista, advertida na *Verbum Domini* (n. 44), o que pode gerar atitudes integristas e até mesmo divisões.

Outro aspecto, referente à relação da pessoa com a Palavra de Deus, é o envolvimento na comunidade. O encontro com Jesus leva à saída de si, à

comunhão, de forma que a vivência comunitária e a sensibilidade para o outro, manifestada em gestos de caridade é consequência. Naturalmente, não é possível afirmar com certeza, em que medida o agente está ou não comprometido com sua fé; mas um fator a considerar é o pouco envolvimento de alguns deles, segundo o que eles mesmos disseram, nas paróquias e movimentos existentes. Quatro deles não atuam em nenhum movimento ou pastoral. Além disso, não se pode esquecer que o testemunho também passa pela vivência da caridade e nenhum dos agentes de pastoral expressou envolvimento com alguma atividade de cunho social, fora da escola, ou manifesta interesse por questões sociais ou o cuidado com os mais necessitados.

Essa reflexão toca também no compromisso da pastoral escolar de suscitar o envolvimento com a comunidade eclesial, de sentir-se membro, parte da comunidade na Igreja Católica e não um segmento dentro dela. Na escola, pode acontecer ser focado o fundador da congregação religiosa, sua espiritualidade e devoções; remeter-se diretamente ao Papa, a seus ensinamentos, mas não ter envolvimento com os grupos locais, com as paróquias e dioceses ou com os problemas da realidade local.

Em tempos de pós-modernidade, uma das características do fenômeno religioso é justamente o desinteresse pelas instituições, a busca por expressões individualistas e utilitaristas e de alívio psicológico, devido ao stress, à solidão... (LIBÂNIO, 2003, p.42-43). Se o agente de pastoral estiver também envolvido nessa dinâmica religiosa pós-moderna, pode haver o anúncio de um Jesus que não corresponda ao Evangelho, pois esse provoca, desinstala, convida a sair de si mesmo e ir ao encontro do outro. O seguimento de Cristo implica na vivência do amor fraterno, que parte do reconhecimento de que o outro é um “dos meus”, ou mesmo “como eu” e que tem direito à vida plena. Logo, a pastoral deve contribuir para que cada pessoa faça o processo de saída de si, em direção ao outro, para promovê-lo. Isso deve partir do compromisso cristão de cada pessoa que atua na escola e em especial dos agentes e do setor de pastoral.

Outro aspecto evidenciado é o preparo profissional do agente de pastoral. Enquanto contratado por uma instituição, o profissional de qualquer área precisa de uma formação que corresponda à função que irá desempenhar. No campo da

educação, existem inúmeras resoluções legais e é exigida uma série de documentos, para comprovar se o profissional está mesmo habilitado para a função que desempenha. Cada professor especialista, licenciado para determinada área de conhecimento, só pode atuar em sua área; para função de coordenador pedagógico é requerida licenciatura em Pedagogia. Logo, pessoas desta área já estão acostumadas a observar tais quesitos. O setor pastoral escolar não é reconhecido juridicamente e, por isso, não há exigências legais quanto ao seu perfil profissional. Entre os entrevistados, pode-se encontrar pessoas que, além de não ter envolvimento eclesial, não possuem formação afim com atividades pastorais. Os critérios de contratação do agente de pastoral não ficam claros, quando observado quem é o profissional que nela atua.

Se a pastoral escolar, na Escola Católica, procura sistematizar as atividades evangelizadoras, é imprescindível que haja pessoas capacitadas, para não apenas executar atividades, mas planejar ações eficazes de anúncio, para suscitar a vivência da fé, despertar os jovens para o sentido da vida e busca por grandes ideais (DREC 13). Além de capacitadas, tais pessoas devem estar enamoradas por Jesus Cristo e seu Reino, para não ser apenas executores de tarefas, mas verdadeiros testemunhos de vida, pois o jovem de hoje, como disse Paulo VI, “escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, (...) ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN 41). Claro que não se pode contar com um agente de pastoral “santo” e sem defeitos, mas é importante que, ao menos, esteja em um constante processo de formação e conversão, de evangelizar a si mesmo (EN 15), pois, a formação e a conversão duram por toda a vida.

Pode-se dizer, a partir das entrevistas, que existem belos testemunhos e ações evangelizadoras, nas unidades educacionais pesquisadas. Entretanto, é importante, já que estamos em tempos de “conversão pastoral” (DAp 365 e 370), refletir qual de fato é o perfil do agente de pastoral leigo, a atuar na Escola Católica, bem como os critérios de contratação e o programa de formação continuada oferecido. Em qualquer área de atuação, mesmo quando formado para a função, os profissionais não estão completamente formados de acordo com os interesses da instituição, pois, cada uma tem sua identidade, seu carisma e objetivos próprios. Por esta razão, é imprescindível que as escolas católicas, que desejam estruturar o setor

de pastoral escolar, tenham em mente um plano de formação para os agentes, no qual a formação bíblica receba especial atenção, já que o apelo para a animação bíblica da pastoral compete a todas as pastorais e ações evangelizadoras. Para isso,

[...] deve-se ter consciência de que a leitura destas páginas requer a aquisição de uma adequada competência, através duma formação que leia os textos no seu contexto histórico-literário e na perspectiva cristã, que tem como chave hermenêutica última 'o Evangelho e o mandamento novo de Jesus Cristo realizado no mistério pascal' (VD 42).

A adequada formação do agente de pastoral é de responsabilidade pessoal, também, institucional, pois é a instituição que, tendo claros seus objetivos e sua missão, precisa formar pessoas capazes de levar a termo sua obra evangelizadora. Antes disso, o perfil do “cristão” a ser contratado para tal fim, precisa ser estabelecido com clareza, a partir da vivência da própria fé, e da capacidade de adaptação ao plano pastoral da escola, enriquecendo, assim, o trabalho, com sua experiência prévia, ao mesmo tempo em que é fiel às propostas institucionais.

#### **4.3.2 Sagrada Escritura e ações pastorais**

Foi muito emblemática a fala de um dos agentes de pastoral, na entrega de seu relato de experiência. Dizia ele: “Nossa I., foi um bom puxão de orelha. A gente faz tanta coisa e esquece do essencial. Foi um puxão de orelha pra gente começar a fazer alguma coisa” (007). Seu relato de experiência constava não de uma ação realizada, mas de um projeto de leitura da Escritura com os jovens, que começaria a ser executado. Esse exemplo leva a pensar no fato de que a maioria dos agentes não puderam escrever seu relato de experiência. Não teriam o que escrever?

As experiências partilhadas não mostram que a Escritura tenha, na prática, um lugar específico ou de destaque na pastoral escolar dessas unidades educacionais. Embora não tenha feito parte da pesquisa a análise documental de planos de ação, da proposta pedagógica e pastoral, os comentários dos agentes indicam que os conteúdos giram em torno do ano litúrgico, incluindo os meses temáticos (p. ex. maio – Nossa Senhora; agosto – vocacional), o que abriria a possibilidade de recorrer constantemente à Palavra de Deus, a partir da liturgia, com um estilo mistagógico. Entretanto, parece haver maior preocupação com os temas doutrinários e morais. Os agentes declaram que a Palavra de Deus “é o que vem

primeiro”, o mais importante, entretanto, quando questionados acerca de como preparam cada ação, foram unânimes em afirmar que primeiro é proposto o tema, o assunto, seja orante, seja formativo, e, depois, procura-se um texto bíblico para fundamentar o assunto. Os relatos de experiência indicam que a Escritura não vem exatamente fundamentar, mas ilustrar, exemplificar, como “complemento”, como eles mesmos reconhecem.

Os critérios de escolha das perícopes bíblicas não ficam tão claros e nem a hermenêutica aplicada, pois em casos relatados, o tema se sobrepõe de forma que ao texto bíblico parece haver uma eisegese, conforme o que se quer transmitir ou ensinar. Neste sentido, ilustra bem a narrativa da conversão de São Paulo, para ilustrar o que é conversão no tempo quaresmal e explicar sobre o jejum, a esmola e a oração (003). Relatos dados por 002, 003 e 006 mostram certa indução do sentido do texto. Surgem, então, preocupações que remetem novamente ao problema da formação do agente: o perigo de interpretações fundamentalistas, moralistas, sentimentalistas, ou que correspondam apenas a supostas necessidades do jovem.

Os entrevistados também foram concordes em dizer que nem todas as atividades pastorais fazem uso da Sagrada Escritura. Os agentes 001, 002, 007 e 009, no entanto, deram a entender que, mesmo quando a Bíblia não é lida, ela impulsiona, motiva a ação. Não é possível estabelecer com exatidão o alcance de tais afirmações. Concretamente, a leitura assídua da Palavra é recomendada com insistência pela Igreja Católica, desde a *Dei Verbum* (n. 25), pois ela é que “introduz cada um de nós no diálogo com o Senhor” (VD 24), é um dos lugares de encontro com o Senhor (DAp 247) e a ação pastoral deve visar justamente a este encontro que transforma.

A congregação religiosa, a qual pertencem as escolas pesquisadas, é de origem italiana, fundada em 1894, em meio à chamada crise modernista e sempre procurou estar de acordo com a ortodoxia da Igreja Católica. Neste ambiente, práticas devocionais parecem ser incentivadas, seja com estudantes, famílias e colaboradores. A devoção ao Coração de Jesus é a fonte da espiritualidade, por isso, as missas da primeira sexta-feira do mês e as entronizações do Coração de Jesus nas famílias estão previstas no plano pastoral, segundo atestam os agentes. Tais práticas são baseadas nas promessas a Santa Margarida Maria Alacoque. Os

bispos na V Conferência do CELAM e o Papa Bento XVI valorizaram as formas de religiosidade popular, que na América Latina em particular, possuem muita força de expressão e alimentam a vida de fé do povo. Entretanto, há um apelo para que tais práticas sejam reevangelizadas e purificadas a partir da Palavra de Deus, porque os fiéis em “contato mais direto com a Bíblia e maior participação nos sacramentos, chegarão a desfrutar da celebração dominical da Eucaristia e viverão ainda melhor o serviço do amor solidário” (DAp 262). A vida dos santos e as práticas devocionais são caminho para a busca da vivência da fé, mas precisam ser iluminadas pela fonte, que é a Palavra de Deus. Na pastoral escolar, tais práticas também precisam ser reavaliadas e postas em discussão, bem como a centralidade da Palavra de Deus, para que ajude os agentes, adolescentes e jovens, bem como os demais atingidos pela ação da pastoral, a amadurecerem na fé.

Uma dificuldade apontada pelos agentes de pastoral é a confusão que os conhecimentos do campo das ciências geram nos estudantes, quando confrontados com as verdades da fé. Trata-se de um problema que remonta à idade moderna, como afirma Mesters (2007, p. 49). A Sagrada Escritura foi entendida como livro de história, no conceito moderno, e suas incongruências geográficas e históricas foram alvo de muitas críticas. Também aspectos das ciências naturais, que colocam em xeque a possibilidade de se andar sobre as águas ou ressuscitar os mortos colocam a Escritura fora dos parâmetros racionais de aceitação. Na escola, a evolução das espécies, entre outros conteúdos, podem interferir, de forma que os estudantes, que tendem a posicionamentos radicais, como indica Fowler (1992, p. 138), olhem com descrédito para as verdades reveladas na Escritura. Isto é sentido pelos agentes, que, por vezes, pouco preparados conceitualmente, nem sempre sabem a melhor forma de se posicionar frente a algumas questões. Além disso, circula muita literatura e produções cinematográficas de fácil acesso aos estudantes, inclusive pela internet. E nem sempre são fiéis ao texto bíblico; por vezes, trazem interpretações fundamentalistas ou desarticuladas da realidade. As informações adquiridas nestes meios podem dificultar ainda mais o trabalho do agente de pastoral.

A Bíblia na escola é para ser entendida como livro de fé, não ingênua, mas para ser lida e rezada a partir da fé, da tradição milenar que a interpretou e percebeu nela “a ação de Deus na história concreta” (Carmody, 2008, p. 28), de forma



amadurecida e livre de preconceitos. Talvez uma leitura orante, testemunhada, e depois ensinada pelo agente, seja o melhor caminho para que os estudantes retomem o caráter sagrado da vida, a partir da mensagem revelada, expressa na Escritura.

Elementos da moral sexual foram também citados como desafios, pois, não se sabe ao certo quais perícopes bíblicas confirmam os ensinamentos da Igreja Católica, nesta área. Mais uma vez, o problema volta-se ao preparo bíblico-teológico e pastoral dos agentes, para lidar com questões da atualidade, sem incorrer em preconceitos. Ao mesmo tempo, a questão revela o anseio dos jovens, sua curiosidade e o desejo de alguma orientação clara, mesmo quando não parecem se importar, para os posicionamentos da Igreja Católica.

Na Escola Católica, como já relatado, não existem apenas católicos. Pessoas de diversas igrejas cristãs e, com menor frequência de outras religiões, escolhem tais escolas para sua formação acadêmica. Dois agentes (002 e 008) mostram-se sensíveis a esse fato e entendem que a Escritura abre portas para o diálogo. O sínodo dos bispos, em 2008, quis enfatizar “a centralidade dos estudos bíblicos no diálogo ecumênico” (VD 46). Entende igualmente que o anúncio da Palavra abrange o diálogo com outras religiões (Ibid. 117) e implica no respeito às diversas opções religiosas (Ibid., 120).

No campo da educação, muitas são as bandeiras levantadas para que haja uma unidade na diversidade presente nas escolas: raça e cor, religião, diferenças físicas, pessoas com deficiências, enfim, todos têm direito a uma educação de qualidade e é isto que a escola busca oferecer. Assim, o diálogo entre as diferentes comunidades religiosas, representadas entre os estudantes, passa pelo respeito, e no caso das igrejas cristãs, a Sagrada Escritura, referência para todas elas, pode ser uma porta de acesso. Cabe lembrar, que há que se considerar as diversas formas de interpretação e que todas elas precisam ser ouvidas e não julgadas. De fato, a escola tem a grande responsabilidade social de promover, em seu seio, o diálogo e a convivência entre as pessoas.

Não se pode tecer um julgamento rápido e simples, acerca de como os agentes de pastoral relacionam sua prática evangelizadora e a leitura, meditação, oração e vivência da Palavra de Deus. Nos colóquios realizados com eles, tem-se a

impressão de que predomina o uso da Bíblia de forma ilustrativa, em segundo plano, visto que no primeiro estaria o conteúdo ou tema a ser abordado. No entanto, não se pode partir de alguns exemplos, para julgar a ação de todos. O fato é que há uma disparidade entre os agentes, no que se refere à formação acadêmica e às experiências eclesiais, que determinam como cada um lida com a Escritura, em seu dia a dia. De fato, a Palavra de Deus está presente na escola de maneiras variadas, ora com mais, ora com menos ênfase, embora se reconheça que o anúncio de Jesus Cristo vivo se dá, nesses contextos, de múltiplas formas.

### **4.3.3 A resposta do jovem**

A adolescência e juventude, muitas vezes, mostram-se fases complicadas para o próprio adolescente e jovem, em seu crescimento, e para muitos adultos, que nem sempre sabem lidar com as reações juvenis. Além disso, o contexto que incentiva a defesa dos direitos, prescindindo dos deveres (BORAN, 2003, p. 102), faz com os jovens rejeitem “qualquer coisa que é imposta de cima (*sic*), por pais, professores, padres ou bispos”, o que torna a relação entre adultos e adolescentes, por vezes, ainda mais tensa. Interfere, ainda, o fato de que “os apelos do mercado faz com que adultos assumam posturas como os jovens”. [...] “tal comportamento dos adultos deixa o jovem sem referencial para elaborar planos para o futuro”. (LIBÂNIO, 2011, p. 30). Em termos de experiência de fé, Libânio (2003, p. 42) aponta para o desinteresse pelas instituições e a busca por alívio das angústias, em formas intimistas de espiritualidade, o que se pode facilmente perceber entre os jovens, em toda a sociedade, embora haja também manifestações contrárias a essas.

Para traçar um perfil dos estudantes do Ensino Médio, da Escola Católica, e determinar suas percepções frente às ações pastorais, seria necessário um estudo mais específico do contexto de cada unidade educacional e, sobretudo, ouvi-los. Infelizmente, isso não foi possível nessa pesquisa. O que se procurou averiguar foi a maneira como os agentes percebem as respostas dos jovens às suas propostas, o que favoreceu a compreensão de como o jovem entende a ação pastoral e as possibilidades de uma leitura orante da Escritura entre eles.

A princípio, cabe ressaltar que, ao que parece, não existem instrumentos formais de avaliação do trabalho pastoral, nas unidades pesquisadas. Foram

narradas ações variadas, nas entrevistas e nos relatos de experiência, mas não há critérios específicos para perceber qual o nível de recepção ou não do jovem. Muito do que é percebido parte da observação empírica do agente de pastoral. Entretanto, não é possível determinar até que ponto essa observação está voltada para o jovem ou para o próprio sucesso e fracasso. Surge então a primeira questão: Se o intuito da pastoral é favorecer o encontro do jovem com Cristo, porque não há uma avaliação do trabalho, tendo em vista esse objetivo? Talvez as prioridades e finalidades das ações não estejam tão claras para todos os agentes, visto que a avaliação do processo ajuda a tomar consciência da eficácia da ação e é necessária, para que a pastoral escolar não se torne um setor tarefeiro dentro da escola.

Analisando as respostas dos agentes acima relatadas, pode-se perceber que, em números, a resposta dos estudantes pode ser considerada muito discreta. Além disso, a maioria dos agentes não percebe uma reação positiva às propostas mais confessionais e, mesmo nos grupos de jovens, os participantes representam um número pequeno, em comparação ao número de adolescentes e jovens matriculados. Com base nos poucos relatos de experiência respondidos, pode-se falar em 5% de estudantes ou até menos, em algumas unidades educacionais. Muitos agentes sabem que alguns estudantes frequentam outras igrejas ou mesmo, movimentos católicos e, por isso, não frequentariam os grupos de jovens da escola; entretanto, não se sabe ao certo qual porcentagem dever-se-ia considerar neste conjunto. Naturalmente, em termos de experiência cristã, números não expressam exatamente o que se pretende em termos de opção de vida, porém, esse pode ser um indicador a apontar para “o compromisso de uma grande missão [...], que de nós exigirá aprofundar e enriquecer todas as razões e motivações, que permitam converter cada cristão em discípulo missionário” (DAp 362).

Os agentes de pastoral sentem resistência por parte dos jovens e, dificuldade em fazer silêncio para ouvir e rezar. Para Dick (2003, p. 26), uma das características da juventude é “a reação contra o mundo adulto (questiona o conjunto da realidade social identificada com os adultos) (*sic*)”, e muitas vezes, igreja, oração, silêncio... estão relacionados aos pais, aos avós, aos padres, enfim, a pessoas adultas. Além disso, como alguns entrevistados observaram, as influências do mercado religioso, ora reafirmando antigas tradições, ora desmistificando-as, interferem na tomada de

posição do jovem, frente à experiência religiosa, e esta tomada de posição sempre é unilateral (FOWLER, 1992, p.138) e, normalmente, em oposição ao que é forçado. Há que se considerar ainda que, atualmente a juventude passa por uma transformação: “DE (sic) jovem tradicionalmente religioso, PARA (sic) jovem secularizado e que voltou a fazer-se religioso de outra maneira. [...] A dimensão sagrada da existência cede lugar à valorização da própria liberdade e escolha pessoal, sem o peso da tradição” (LIBÂNIO, 2011, p. 183), o que se faz sentir nos posicionamentos contrários dos jovens à instituição religiosa, ao que lhes é imposto em termos de fé. Por outro lado, Dolto (2004, p. 19) afirma que “os adolescentes reagem igualmente a tudo que é feito de positivo por eles, apenas não o manifestam imediatamente. É um pouco decepcionante para o educador que não vê os efeitos imediatos.” Quando estão juntos, zombam dos adultos, mas no fundo sabem que eles são o seu apoio e lhes são agradecidos.

A problemática do silêncio, levantada pelos agentes de pastoral também é constada por Libânio (2011, p. 173), não como exclusiva da juventude, mas como característica da sociedade hodierna. Os agentes concordam com Bianco (2009, p. 46-47) em que a leitura orante da Escritura sempre requer silêncio, o que é mais difícil de conseguir. Dolto (2004, p. 249) aponta para a necessidade do adolescente em ser ouvido, o que pode indicar que o ponto de partida, fazer silêncio, pode não ser o mais adequado para a pastoral juvenil, mas talvez seja um alvo alcançado, quando os frutos estiverem maduros. As grandes tradições espirituais cristãs consideram primordial o silêncio, para ouvir a Deus, entrar em relação com ele; logo, trata-se de uma prática que não deveria ser abdicada, mas quem sabe, colocada em seu devido lugar. Iniciar com o silêncio, sem antes ter ouvido os jovens, pode de fato causar reações de oposição e indiferença, ainda mais se considerarmos que ser ouvido é também ser acolhido e sentir-se amado.

As resistências podem ser também produto do contexto. Como já afirmado, a sociedade passa por um período de transformação e parece querer deixar de fora as instituições religiosas, embora a experiência do sagrado cresça e desperte cada vez mais o interesse. No entanto, um aspecto, também característico desse crescente interesse, e que foi apontado pelos agentes (004 e 009) é a veiculação de informações sobre dados bíblicos, o sudário, a geografia dos acontecimentos marcantes das religiões, por exemplo. De fato, alguns desses veículos de

informações geram muita confusão na cabeça dos adolescentes e jovens e até mesmo nos adultos. No que se refere à Escritura, documentários e reportagens defendem ora a veracidade das narrativas bíblicas, ora a inverdade dos fatos, sem, no entanto, estar atentos às interpretações religiosas deles. Como já mencionado, os jovens tendem a opiniões unilaterais, logo, os dois posicionamentos colocam empecilhos para uma leitura amadurecida dos fatos bíblicos. Para os agentes, especialmente os de pouca formação bíblico-teológica, também esse material gera dúvidas e enganos.

De fato, quando os jovens já possuem informações fundamentalistas ou reducionistas, é difícil encontrar portas para o diálogo. Mais uma vez, é conveniente lembrar o que Dolto (2004, p. 249) afirma a respeito da necessidade do adolescente de ser ouvido, de ser acolhido em suas dúvidas e angústias. Ressalta-se ainda, novamente, a urgência de uma formação consistente para o agente de pastoral, sobre a Escritura e sobre o desenvolvimento humano, especialmente a fase da adolescência e juventude, tão desafiadora para pais e educadores.

O contexto familiar também foi apontado como fator de interferência na ação pastoral. Ao referir-se à educação, grande parte dos documentos da Igreja Católica ressaltam o papel imprescindível da família, na educação da fé dos filhos<sup>42</sup>. Os agentes percebem que a grande influência vem da família e não das atividades pastorais, em termos de fé. Os agentes relataram que não havendo engajamento da família na comunidade eclesial, a prática da oração e o cultivo da espiritualidade são muito difíceis. No entanto, embora não questionados diretamente a esse respeito, os agentes não citaram ações pastorais com as famílias. Sabe-se que a dificuldade da escola em trazer a família até ela é presente na maioria das unidades educacionais, nos mais diversos meios sociais e por diversos motivos. Frente a isso, os agentes parecem sentir-se impotentes. É fácil constatar que muitas famílias preferem não interferir na opção de fé dos filhos e muitos, mesmo católicos, até não os batizam quando bebês, para que possam escolher sua comunidade religiosa, quando crescidos. Talvez a relação família, Escola Católica e educação na fé mereça um estudo específico, dada a complexidade do tema e sua grande relevância para as ações da pastoral escolar.

---

<sup>42</sup> Cf. CIC 1657 e 2229; DAp 114, 117-118, 303, 339 e outros já citados acima.

Em geral, percebe-se que os agentes de pastoral somam mais desafios do que oportunidades em seu trabalho pastoral. Têm consciência que o alcance de sua ação é limitado, embora não apresentem critérios de qualificação dessas ações, apenas a quantificação, com base no número de participantes e de resistentes. Alguns, porém, em sua realidade, percebem um envolvimento real de muitos jovens e não se prendem às situações de indiferença e rejeição, embora saibam que elas existam.

#### 4.4 MUDANÇA DE “PENSAR” – PROPOSTA PASTORAL

Um dos objetivos desse estudo é propor possibilidades para a animação bíblica da pastoral. Chegou-se mesmo a pensar em formas de como realizar uma leitura orante da Bíblia, na escola. Entretanto, observou-se que as contingências referentes à formação e experiência cristã do agente de pastoral, bem como as dos estudantes, de seu grupo social e mesmo, grupo religioso, tornam difícil o emprego de um método específico, como seria a *Lectio Divina*, embora tenha aplicações diversas e adaptações à realidade juvenil. Além disso, o número de pessoas atingidas por essa ação seria reduzido e insuficiente para uma animação bíblica da pastoral e da vida. Reconheceu-se, não ser suficiente a leitura da Palavra de Deus na escola, sem que haja alguns pressupostos básicos, a saber, formação bíblica, relação dos envolvidos no processo e a Bíblia em seu caráter sagrado e dialógico, além de outras vicissitudes como tempo adequado, número de pessoas às quais se volta a ação e mesmo o interesse deles.

Dada essa realidade, e o apelo insistente da Igreja Católica em promover a animação bíblica da pastoral, partiu-se para o desafio de propor uma forma de introduzir a Escritura na pastoral escolar e, a partir dela, em toda a escola, de maneira que seja, de fato, a alma da ação evangelizadora e educativa. Chegou-se então à premência de promover uma mentalidade bíblica na escola, o que aconteceria mediante a formação e a oração enraizadas na Escritura, primeiramente orientada para os agentes de pastoral, estendendo-se a todos os envolvidos no processo educativo. Dessa forma, o ponto de partida seriam alguns princípios norteadores, ou chaves de leitura, que iluminariam todas as atividades na escola. Aos teólogos e biblistas, essas chaves de leitura pareceriam muito elementares.

Entretanto, ao propô-las, o que se pretende não é apenas um curso de como ler a Escritura, mas, a partir da Palavra de Deus, formar uma nova mentalidade na Escola Católica. O que se propõe é um “pensar bíblico”, um ver e sentir o processo educativo, as pessoas envolvidas e a realidade, pela ótica da Escritura. Mais do que ler, estudar e rezar a Bíblia na escola, propõe-se ler a escola a partir da Escritura.

A primeira dessas chaves de leitura seria o fato de que a **Escritura foi escrita em mutirão**. O sugestivo título de um livreto de Carlos Mesters (1997) abre as portas para uma nova forma de ler e compreender a Escritura. Ao folhear a Bíblia, educadores e estudantes poderiam perceber a variedade de títulos de livros e identificar diferentes formas literárias. Ao ler atenciosamente a história de Israel ou os Evangelhos sinóticos, notam-se incongruências de informações e várias formas de relatar o mesmo fato. Aos poucos, é fácil constatar que a Bíblia contém várias teologias, ou seja, óticas diferentes de conceituar e de perceber a ação de Deus na história. É construção realizada por vários grupos em épocas e situações singulares. Dessa forma, uma das marcas, por assim dizer, da Escritura é a diferença, a variedade, a não padronização.

A escola é lugar de diversidade, de cultura, de aprendizado. A Escola Católica é, igualmente, lugar de anúncio de Cristo. Um “pensar bíblico”, pela ótica da diferença, poderia suscitar novas leituras da própria fé e da realidade em que se vive, bem como da ação pastoral realizada. A juventude, ou melhor, juventudes, trazem em si a marca da diversidade, da busca pelo novo. Assim, ao perceber que na Escritura há diversidade de ideias, de classes de pessoas e de formas distintas de relacionamento com Deus, a Escola Católica poderia olhar com nova luz a realidade escolar, que se mostra diversificada.

Seriam inspiradores textos bíblicos que apontam para a ação de Deus no inesperado e por meio de pessoas com pouca consideração social. Um exemplo disso é a intervenção da jovem escrava de Naamã, que discretamente abre as portas para a trama, que tem por desfecho a cura do general, narrada em 2Rs 5. Uma leitura da Bíblia, partindo do pressuposto de que ela foi escrita em mutirão, ultrapassaria a leitura devocional e comprometeria toda a escola a acolher e respeitar as diferenças existentes em seu seio: confissão religiosa, classe social (estudantes bolsistas) e até mesmo uma nova compreensão dos saberes



acadêmicos. Ademais, também suscitaria a sensibilidade para a ação de Deus, no avesso da história.

Uma segunda chave de leitura consiste em que a **Bíblia é Palavra de Deus para nós, mas foi escrita em épocas diferentes e distantes da contemporaneidade**. Especialmente no que tange à formação, na leitura de uma perícopes, há que se considerar as expressões linguísticas próprias do tempo e do lugar, os usos e costumes, o que muitas vezes se tornam empecilhos para melhor compreensão do texto, por parte dos estudantes e dos agentes de pastoral, bem como de muitos cristãos. Descobrir as contingências do tempo em que o texto foi escrito, pode-se compreender melhor a ação de Deus, não de forma miraculosa, mas como atuação comprometida com os pobres, os pequenos e fracos e, assim, identificar mais facilmente os lugares de encontro com Deus, hoje.

Um dos perigos da leitura da Escritura é o fundamentalismo, ler tudo ao pé da letra ou, então, desprezar suas informações, por não serem congruentes com a ciência. Entender no sentido literal cada proposição, mesmo que pareça incabível, é frequente entre grupos religiosos de todos os tempos e lugares. Compreender que o contexto social, político e religioso, em que viveram os hagiógrafos, influenciam na fixação escrita da mensagem revelada, ajuda a compreender que não se trata de receita de bolo a ser seguida à risca, mas sim, existe por detrás das palavras uma mensagem de salvação, que precisa ser descoberta, através de uma leitura orante, no Espírito que a escreveu (DV 12), ou seja, pela ótica da fé.

Os ensinamentos de Jesus no sermão da montanha (Mt 5–7), ou as orientações de ordem moral nas Epístolas Paulinas, por exemplo, lidas à luz dessa chave de leitura, abrem portas para a atualização da Palavra, na perspectiva da liberdade e felicidade sonhada por Deus ao ser humano. Tal implica em uma nova forma de conceber e vivenciar as leis e preceitos, como forma de libertar e não condenar aqueles, que não agem de acordo com o padrão estabelecido. A consciência de que tempo e lugar interferem na relação com Deus, desafia a rever a própria prática pastoral e a própria vivência cristã, tendo como ponto de partida o que é essencial e não o que é aparente na religião.

A terceira chave é, na verdade, a postura do leitor, pois, a **leitura da Escritura requer ouvido de discípulo**. A fé ilumina a leitura da Escritura. Deus

entra em diálogo com a pessoa e diálogo implica em falar e ouvir. Tem-se muita facilidade em falar e muita dificuldade em ouvir. Para ouvir é necessário antes, silenciar. A *Verbum Domini* (n. 66) ressalta que “redescobrir a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja significa também redescobrir o sentido do recolhimento e da tranquilidade interior” e exhibe Maria como modelo de escuta.

Criar espaços de silêncio, no grupo e no interior de cada um, é desafio que precisa ser vencido, especialmente entre os jovens, para que se possa ouvir o Senhor que se revela na Escritura e na vida. Só assim poderá acontecer o encontro com Jesus Cristo vivo, o Verbo de Deus. A partir dessa chave de leitura, o agente poderá, ele mesmo, redescobrir o valor do silêncio para propor, a partir da própria experiência, estratégias para motivar os estudantes para o recolhimento.

Ao tomar a Escritura, outro cuidado é a escolha do texto. É imprescindível a disposição para ouvir o que Deus tem a dizer e não apenas buscar respostas, como se tratasse de um livro mágico, selecionando textos fáceis ou induzindo o sentido deles. Uma visão geral da Bíblia e o hábito de rezar a partir dela, podem ajudar para criar espaços de escuta, mesmo diante de perícopes difíceis de entender ou que exigem maior comprometimento com a própria fé e com os irmãos, especialmente os pobres e injustiçados. Aos agentes de pastoral, a sequência litúrgica proposta pela Igreja Católica é uma boa opção, que evita serem selecionados textos, para dizer apenas o que se quer ouvir.

Assumindo uma postura de discípulo, de homem e mulher de fé, pode-se amadurecer uma espiritualidade que passe do intimismo, da experiência do amigo íntimo (Fowler, 1992, p. 130), para a experiência do Deus que liberta de todos os condicionamentos e impulsiona a servir. Desta forma, poder-se-á falar com Deus, para depois falar de Deus como discípulo missionário.

Nesta mesma linha, tendo em vista o encontro pessoal com Jesus cabe ainda uma quarta chave de leitura: **A Sagrada Escritura é a história de um Deus com seu povo**. Já falamos que a Escritura requer ouvido de discípulo. Também o falar a Deus está presente na Escritura, como expressam os Salmos. Ao falar a Deus, o jovem e o educador precisam livrar-se da lógica da teologia da prosperidade e saber que cristianismo é um jeito de viver e não apenas uma fonte mágica de graças. É preciso aprender a falar a Deus como a um Pai, que se fez Pai por amor, que mostra

seu rosto em Jesus, que nos conduz por seu Espírito e que quer relacionar-se com cada um, de forma a levar a termo a obra de sua criação. Isso não significa ausência das dificuldades da vida, e estas não significam que Deus está ausente. A Escritura é repleta de exemplos de fé na prova, bem como de bênçãos oferecidas abundantemente. É preciso amadurecer o conceito pós-moderno de religião, como banco de resolução de problemas, para conduzir ao verdadeiro seguimento de Cristo e educar para a sensibilidade de perceber a ação de Deus ao seu redor. Ilustra bem o que se quer dizer, o relato do encontro de Jesus com o jovem rico (Mt 19,16-22). Ao desejo de “alcançar a vida eterna”, Jesus responde com o desafio de mudança de vida e não de ritos. Com o exercício do silêncio, da escuta e do sincero diálogo com Deus, pode-se chegar a um relacionamento amadurecido, a uma fé autêntica, que fala a Deus e percebe sua resposta, no cotidiano da vida e nos próprios gestos.

Mas também não se pode prescindir da dimensão comunitária da fé, que está ancorada na relação entre Deus e a humanidade. Ao reconhecer que Deus estabelece relação com seu povo, lembramos que a fé marca a identidade coletiva de Israel. Na Escritura, quando Deus se manifesta ou age em favor de um indivíduo é sempre em vista do bem do povo, como se pode ver na figura dos patriarcas, dos profetas, dos reis e até mesmo de alguns estrangeiros como Raab (Js 6,17) e Ciro (2Cr 36, 22). O DAp. (240-242) ressalta que “uma autêntica proposta de encontro com Jesus deve estabelecer-se sobre o sólido fundamento da Trindade-Amor” que é comunhão, logo, a comunidade também é um lugar desse encontro (Ibid., 256). A escola é espaço de convivência em meio à sociedade de consumo que prega o individualismo e formas de espiritualidade intimista. A pastoral escolar pode despertar para a importância de conviver, de relacionar-se, de estar com o outro e ser solidário às suas necessidades, de participar de suas tristezas e alegrias. Como afirma o catecismo, “não posso crer sem ser amparado pela fé dos outros, e pela minha fé contribuo também para amparar os outros na fé” (CIC 166). É vital que o agente de pastoral esteja convencido disso, para suscitar o desejo de crer em comunidade.

Ao perceber o aspecto relacional e comunitário do seguimento de Cristo, pela Palavra de Deus, sente-se o apelo de viver a fraternidade. “Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei” (Jo 15,12) é o mandamento que ressoa pelos séculos e

interpela os cristãos a viverem contra a lógica do egoísmo e da ganância, que quer sempre ter vantagem sobre os outros. Assim, desta chave de leitura também brota o compromisso com as necessidades do outro, especialmente do pobre, do abandonado e excluído. A leitura bíblica, nesta ótica contribui para que se aumente a consciência de que, como testemunha o Papa Francisco, com a palavra e com a vida,

Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo (EG 187).

A sensibilidade para as necessidades do outro, especialmente dos mais fracos, é fruto da leitura e da oração com a Palavra, pois “a Sagrada Escritura manifesta a predileção de Deus pelos pobres e necessitados” (VD 107) e “o compromisso pela justiça, a reconciliação e a paz encontra a sua raiz última e perfeição no amor que nos foi revelado em Cristo” (VD 103). Sendo assim, a leitura da Escritura, na escola, precisa acontecer de forma a enternecer e motivar para ações concretas de caridade, não simplesmente doando coisas, mas considerando a dignidade do pobre, fazendo-se um como ele e, como Jesus, tornando-se promotor da vida e da justiça social.

Uma última chave, proposta nesse ensaio, é ter presente que a **Escritura é um tesouro de onde se tirar coisas velhas e novas** (Mt 13,51). A busca constante de formação, especialmente por parte do agente de pastoral, favorecerá também a busca por parte dos jovens. Não é à toa que estudiosos de diversas denominações religiosas, bem como grupos independentes se debruçam sobre a Bíblia, para dela extrair informações ou alimento para a vida espiritual. Estabelecer programas de formação para os agentes e estes para os estudantes que estiverem interessados, seria de grande ajuda, para que a Escritura passasse a fazer parte do cotidiano e do rol de interesses da juventude. Além disso, muitos adolescentes e jovens manifestam curiosidades por temas polêmicos, presentes na sociedade e que têm como fundo, interpretações de textos bíblicos, especialmente no campo da moral. Esclarecer mal entendidos poderia romper certas resistências que alguns possam manifestar ao texto religioso, e até mesmo à doutrina católica.

Em suma, a história do nascimento e do chamado de Samuel, por Deus (1Sm 2-3), pode ilustrar o que se pretende propor. A leitura pastoral do texto mostra que tudo começa no santuário de Silo, com uma mulher desventurada por sua infertilidade. Deus escuta o seu clamor e intervém em seu favor. O filho gerado é acolhido por um sacerdote, que não dera conta de educar seus próprios filhos que “eram vagabundos” (1Sm 2,12) por vontade do próprio Deus (1Sm 2,25). Samuel, ao ser orientado pelo experiente Eli, ouviu a Deus e não deixou que suas palavras caíssem por terra (1Sm 3,19). Elementos textuais confirmam a variedade de escritores, na composição do texto. Palavras, costumes, vestimentas próprias da época da escrita, apontam para a necessidade de estudo e atualização da mensagem. O relato do chamado de Samuel (1Sm 3,1-14) é um ícone do ouvido de discípulo, bem como a relação de fidelidade à palavra de Deus, estabelecida entre Eli e Samuel.

Esses exemplos ainda não bastam. É preciso perceber que no texto, a ação de Deus foge dos padrões convencionais: Deus não se dirige a um sacerdote idoso e respeitado, mas a um menino; o local não é a casa de Deus em Jerusalém, a chamada não vem acompanhada de trovoadas e nuvens; a própria mensagem revelada, não era o que se gostaria de encontrar em um livro sagrado (1Sm 3,12-14). Da mesma forma, no dia a dia da Escola Católica, nem tudo acontece como o previsto; as diferentes juventudes não correspondem ao que se esperaria em termos de padrão de comportamento, bem como os valores de suas famílias. A resposta dos estudantes às ações pastorais, nem sempre condizem com as expectativas dos pastoralistas. Diante disso, o texto bíblico indica para uma mudança de paradigmas na Escola Católica. Assim como a Escritura, a escola precisa estar aberta para acolher o novo, o imprevisto, o incomum, para ser testemunha da bondade e misericórdia de Deus para os jovens e criar um ambiente de encontro com Jesus Cristo.

O “pensar” bíblico aqui proposto torna-se um desafio para a ação educativa da Escola Católica. Pode-se dizer que os primeiros passos devem ser dados pela pastoral escolar, seria, porém, um engano pensar que apenas o agente de pastoral é o único responsável por fazer acontecer essa quebra de paradigmas. Um projeto de pastoral escolar deve ser um projeto de Escola Católica e não apenas de um setor, visto que cada educador católico é chamado a ser testemunha da fé e, em

cada ação educativa, deve resplandecer a ação salvífica de Deus que é amor, sem limites e sem discriminações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, constatou-se que a realidade de cada unidade educacional é uma riqueza, que não permite padronizações e conclusões precipitadas. Foram apenas oito as unidades educacionais investigadas e todas da mesma mantenedora. Diferentes pessoas, diferentes contextos, diferentes jeitos de ser e de fazer. Cada unidade educacional mostrou-se única, cheia de esperanças e com disposição de fazer acontecer uma experiência de Deus que atinja todos os âmbitos da vida humana, apesar dos desafios. Tal constatação interpela a instituição a ter um olhar honesto para reconhecer os limites e os sucessos de sua proposta educativa e de sua prática pedagógica e pastoral. Não existem fórmulas mágicas para uma evangelização efetiva, mas podem-se delimitar caminhos, traçar metas e dispor-se a uma conversão pastoral, que resulte na difusão do Reino de Deus que é de justiça e de paz.

Pensando nas inúmeras escolas católicas, que atuam com diversificada clientela pelo Brasil afora, reconhece-se quão pequena é essa contribuição, mas espera-se, porém, que fomente novas reflexões, especialmente quanto à leitura da Escritura na escola. Diante dos sucessos e desafios percebidos, destaca-se como urgência uma revisão ou criação de um plano pastoral atento às diferentes realidades e juventudes, ao perfil e à formação dos agentes de pastoral, que contemple os diferentes grupos de pessoas envolvidas no processo educativo, sem esquecer o apelo da *Verbum Domini* em prol da animação bíblica da pastoral.

Visto que uma instituição educacional católica entende-se participante da missão evangelizadora da Igreja Católica, para efetivar tal missão e suscitar uma constante consciência dela, não deve prescindir de um plano pastoral com diretrizes e metas claras, partindo da realidade concreta das unidades educacionais. Contemplar e considerar essas diferenças são alguns dos desafios, pois, o nível de compreensão dos próprios agentes, acerca de temas concernentes à fé, no caso, a Palavra de Deus, mostra que é difícil obter uma uniformidade na ação pastoral das várias escolas.

Em CNBB (2011, n. 127ss) tem-se que o ponto de partida é exatamente “onde estamos”. A realidade de cada escola varia, pois localizam-se em realidades socioeconômicas diferentes e cujo “ambiente eclesial” tem suas particularidades.



Entre as escolas pesquisadas, por exemplo, a unidade do interior noroeste do Paraná, apresentou-se muito envolvida com a comunidade paroquial e com grupos juvenis diocesanos, o que não foi relatado pelos agentes das unidades de Curitiba. Da mesma forma, o nível de formação dos agentes, a classe econômica e realidade social, bem como o interesse dos estudantes para questões religiosas mostraram-se distintos. Tais diferenças precisam ser ponderadas para que não se incorra no erro de propor metas que, ao invés de formar unidade, não se afinam com os costumes e propostas das comunidades locais e nem atendam às reais necessidades das unidades educacionais.

Dessa constatação surgem duas necessidades a serem contempladas no plano pastoral e que precedem a ação dos agentes na escola: uma análise real das especificidades, potencialidades e limites de cada unidade educacional e um processo contínuo e aprofundado de educação na fé, com ênfase na formação bíblica, para os agentes de pastoral e extensiva a todos os educadores.

Sabe-se que o modelo paroquial existente também está em fase de atualização, como atesta o tema central da 51ª assembleia da CNBB, realizada em 2013. Isso implica em maior atenção da instituição católica educacional ao tomar parte nesse processo de revisão e renovação, sentindo-se parte da comunidade local e contribuindo para uma pastoral de conjunto. Confrontar essas realidades concretas com o carisma fundacional da congregação, procurando atualizá-lo sob a luz do Espírito, é passo decisivo para uma efetiva ação evangelizadora na escola.

Ao olhar a conjuntura, ainda há que se avaliar as condições do agente de pastoral, sua formação bíblico-teológica e sua compreensão de comunidade, de Igreja Católica. Não será tão fácil articular a pastoral escolar dentro da dinâmica de pastoral de conjunto, com pessoas que não consideram importante a própria participação na paróquia, em pastorais e movimentos. Antes mesmo de se pensar na formação, é imprescindível pensar no perfil do agente de pastoral, em seu nível de envolvimento extraprofissional na comunidade eclesial. Isto determinaria alguns pré-requisitos para a contratação, tendo em vista as metas traçadas pela instituição. A formação acadêmica e o nível de comprometimento com a própria fé são critérios de seleção, que merecem atenção, em uma escola que deseja concretizar a missão evangelizadora.

É considerável que um plano de formação para o agente de pastoral procure esclarecer conceitos, para que as orientações da instituição sejam bem compreendidas em cada unidade educacional, visto que se trata de uma rede educativa. Os conteúdos dessa formação partem das metas traçadas, das necessidades pastorais constatadas e dos apelos por uma igreja toda missionária (DAp) e animada pela Palavra de Deus (VD). Uma vez que a teologia se apoia na Sagrada Escritura e na Tradição (DV 24), é indispensável uma sólida formação bíblica, não estagnada em árduos estudos, mas contemplativa, de caráter orante e dialogal. O agente de pastoral deveria ser conduzido a experienciar ou aprofundar o encontro pessoal com Jesus Cristo vivo, razão pela qual a Igreja Católica e cada fiel se sentem constantemente impelidos a testemunhar o amor misericordioso de Deus.

Observou-se que os agentes de pastoral percebem reações muito diversificadas dos adolescentes e jovens, frente às suas propostas e atividades. Uns respondem com entusiasmo, envolvem-se, manifestam contentamento; outros, não se sabe ao certo se estão inseguros, se indiferentes, se a estratégia foi inadequada ou qual poderia ser a razão do pouco envolvimento nas ações pastorais. Entre outros fatores alheios ao querer do agente e, não obstante seus esforços, pode-se destacar a adequação das ações, para pessoas com diferentes níveis de interesse e comprometimento com a proposta do Evangelho, bem como considerar a maturidade humana dos diversos grupos.

O preparo do agente para o seu campo de atuação novamente vem à baila. O conhecimento da realidade local, das culturas juvenis, do desenvolvimento humano muito pode ajudar na elaboração de propostas eficazes para a evangelização. Preocupada em fazer acontecer a missão de anunciar Jesus Cristo e o Reino de Deus a todos, cabe à pastoral delimitar, com clareza, o público alvo de cada ação, considerando também o público adulto, de professores e funcionários, bem como de pais. Essa delimitação ofereceria um norte, um direcionamento mais claro de cada ação e o emprego das melhores estratégias, para fazer ecoar a Palavra de Deus em toda a escola.

A contemporaneidade é marcada por constante transformação. Além disso, é próprio da infância e da adolescência mudanças rápidas, devido ao processo de amadurecimento. É preciso deixar que as respostas de cada grupo, sejam elas

positivas ou negativas, interpelem a própria ação pastoral, levando-a a buscar novas linguagens e novas formas de apresentação do perene anúncio de salvação. Aqui, cabe ressaltar que toda ação pastoral é movida, antes de tudo, pela ação do Espírito “que sopra onde quer” (Jo 3,8). Logo, estar atento à realidade é também estar atento à voz desse mesmo Espírito; é ser dócil à Palavra de Deus que continua a ecoar nos corações e nas realidades. Nesse ponto, convém lembrar que a juventude precisa e quer ser ouvida. Educar-se, para depois educar, para a escuta, é exercício que convém a todos os educadores comprometidos com a educação católica. Afinal, todos gostam de ser ouvidos e considerados em seu pensar e agir.

Ao colocar a pastoral escolar frente ao apelo da animação bíblica, os horizontes se abrem para uma ação educativa plenamente animada pela Palavra de Deus, tendo como ponto de partida o modo de “pensar” da Escritura, que não é diferente, por assim dizer, do jeito de pensar de Jesus de Nazaré. Se toda a Igreja é chamada a evangelizar (EN 60), a Escola Católica, e não apenas a pastoral escolar, coloca-se nessa dinâmica de ser evangelizadora. Nesse sentido, é urgente superar a setorização da pastoral escolar, deixando somente a ela a responsabilidade de ser evangelizadora. No entanto, não se pode renunciar à função social da escola, que é a formação acadêmica de cidadãos com liberdade e consciência, para atuar na sociedade a partir dos valores humanos. Da mesma forma, é imprescindível o fato de que a educação é direito de todos os que fazem dela uma instituição democrática, aberta a toda raça, religião, visões de mundo e opções de vida, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis aos ensinamentos doutrinários da Igreja Católica. Nesse contexto, a maior ação evangelizadora é a atitude sincera de acolhida, de protagonismo em prol da paz e do reconhecimento da dignidade de todos, motivada pela escuta atenta da Palavra do Senhor, que “não faz acepção de pessoas” (Rm 2,11).

Animar é dar alma, dar vida. A Sagrada Escritura pode dar vida à ação educativa, quando se pensa que no centro de toda a Escritura está Jesus Cristo, Palavra eterna do Pai. Seus gestos de acolhida e misericórdia não excluíram pessoa alguma. Seu anúncio do Reino se dava por obras e palavras, testemunho e proposta. Eis o desafio da Escola Católica: em um mundo de transformações, de diversidades e de busca de sentido, apresentar Cristo como Caminho, ao colocar-se de portas abertas ao diálogo e à fraternidade com todos, bem como à sensibilidade

para com os mais fracos e necessitados, em busca da promoção da vida. Isso posto, a animação bíblica, como “pensar bíblico”, pode ser uma resposta adequada aos desafios do tempo, pois suscita uma nova forma de ler a Escritura e de relacionar-se com o outro, a partir de uma lógica renovada, que parte da essência da mensagem cristã, atestada em seu livro sagrado, não apenas de forma explícita, mas nas entrelinhas.

## REFERENCIAIS

**ALIANÇA.** In: Mackenzie, John L. Dicionário Bíblico. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 24-27.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGÊNIO, Fernanda. **Culturas jovens: Novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2006.

ALVES, Luís Alberto Sousa. **Cultura religiosa.** Caminhos para construção do conhecimento. Curitiba: IBPEX, 2009.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno religioso e as culturas.** In: \_\_\_\_\_. JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. **Educação religiosa – Construção da identidade do Ensino Religioso e da Pastoral Escolar.** Curitiba: Champagnat, 2002, p. 221-242.

ARTOLA, Antonio María; CARO, José Manuel Sánchez. **Bíblia e Palavra de Deus.** São Paulo: Ave Maria, 2005.

BARBOZA, Maria Aparecida. **Pastoral bíblica e animação bíblica no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Animação Bíblica da Pastoral, 1, 2011, Goiânia. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/images/stories/Pastoral\\_bblica\\_e\\_animao\\_bblica\\_no\\_Brasil\\_-\\_lr.\\_Aparecida\\_Barboza.pdf](http://www.cnbb.org.br/images/stories/Pastoral_bblica_e_animao_bblica_no_Brasil_-_lr._Aparecida_Barboza.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2013.

BENTO XVI, Papa. **Homilia na missa de inauguração da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe.** In: V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 2007. **Documento de Aparecida.** 5 ed. São Paulo: Paulinas; Paulus; Brasília: CNBB, 2008. pp. 275-281.

BIANCO, Enzo. **Lectio Divina: Encontrar Deus na sua Palavra.** São Paulo: Salesiana, 2009.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém.** Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Português. **Tradução da CNBB.** 10 ed. Brasília: CNBB; São Paulo: Canção Nova, 2010.

BÍBLIA. Português. **Tradução Ecumênica.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 1995.

BORAN, Jorge. **O futuro tem nome: Juventude.** Sugestões práticas para trabalhar com jovens. São Paulo: Paulinas, 2003.

BRANDÃO. Carlos R. **O que é educação.** 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

**CÂNONE.** In: Mackenzie, John L. Dicionário Bíblico. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 140-143.

CARMODY, Timothy. **Como ler a Bíblia**. Guia para estudo. São Paulo: Loyola, 2008.

CATTANEO, Enrico. **Il mistero delle Scritture**. L'ispirazione. 2 ed. In: NORELLI, Enrico (Org.). **Introduzione generale alla Bibbia**. Torino: Elledici, 2006.

CHARPENTIER, Etienne. **Para ler o Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1992.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965, Cidade do Vaticano. Constituição Dogmática **Dei Verbum** Sobre a Revelação Divina. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 347-367.

\_\_\_\_\_. Constituição Dogmática **Lumen Gentium** sobre a Igreja. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 101-197.

\_\_\_\_\_. Constituição Pastoral **Gaudium et Spes**: sobre a Igreja no mundo atual. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 539-661.

\_\_\_\_\_. Declaração **Nostra Aestates** sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 339-346.

\_\_\_\_\_. Declaração **Gravissimum Educationis**: sobre a educação cristã. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 321-338.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. **A Formação do povo de Deus**. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: CRB, 1990b. (Coleção Tua Palavra é Vida v. 2).

\_\_\_\_\_. **A Leitura Orante da Bíblia**. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: CRB, 1990a. (Coleção Tua Palavra é Vida v.1).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Animação da Vida Litúrgica no Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1989. (Coleção documentos CNBB; 43).

\_\_\_\_\_. **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983. (Coleção documentos CNBB; 25).

\_\_\_\_\_. **Catequese Renovada**. São Paulo: Paulinas, 1983. (Coleção documentos CNBB; 26).

\_\_\_\_\_. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora no Brasil: 2011-2015**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção documentos CNBB; 94).

\_\_\_\_\_. **Discípulos e servidores da Palavra de Deus na Missão da Igreja.** Brasília: CNBB, 2012. (Coleção documentos CNBB; 97)

\_\_\_\_\_. **Educação Igreja e Sociedade.** São Paulo: Paulinas, 1992. (Coleção documentos CNBB; 47).

\_\_\_\_\_. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais.** São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção documentos CNBB; 85).

\_\_\_\_\_. **Fraternidade e educação: A serviço da vida e da esperança – Campanha da Fraternidade 1998.** Texto-base. 1997.

CONGREGAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CATÓLICA. **A Escola Católica no limiar do terceiro milênio.** Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_27041998\\_school2000\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_27041998_school2000_po.html)>. Acesso em: 6 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Carta Circular n. 520/2009 aos Presidentes das Conferências Episcopais sobre o ensino da religião na escola.** Roma, 5 de Maio de 2009. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_20090505\\_circ-insegn-relig\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html)>. Acesso em: 9 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Dimensão religiosa da educação na Escola Católica: Orientações para reflexão e revisão.** Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_19880407\\_catholic-school\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19880407_catholic-school_po.html)>. Acesso em: 11 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Escola Católica.** Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_19770319\\_catholic-school\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html)>. Acesso em: 29 jul. 2010.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para Catequese: Documentos do Magistério.** Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccclergy/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_17041998\\_directory-for-catechesis\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_ccatheduc_doc_17041998_directory-for-catechesis_po.html)>. Acesso em: 12 mai. 2013.

CREMASCOLI, G.; LEONARDI, C. (Org.). **La Bibbia nel medioevo.** Bologna: Dehoniane, 1996.

DELORS, Jacques. UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** 7. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2012.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes.** Jovens construindo juventude na História. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os jovens têm fome de um sagrado que não aliene.** Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, 12 fev. 2013. Disponível em:



<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517021-fraternidade-buscando-juventude-entrevista-especial-com-hilario-dick>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

DOLTO, Françoise. **A causa dos adolescentes**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

DREHER, Martin N. **Bíblia**. Suas leituras e interpretações na história do Cristianismo. São Leopoldo: CEBI; Sinodal, 2006.

DUSKA, Ronald. WHELAN, Mariellen. **O desenvolvimento moral na idade evolutiva**. Um guia de Piaget a Kohlberg. São Paulo: Loyola, 1994.

ERIKSON, Erik H. **Infância e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ETTL, Claudio. **El redescubrimiento de la Palabra de Dios**. El Concilio Vaticano II y la Dei Verbum. In. Bulletin *Dei Verbum*, 72/73 (2004). Disponível em: <<http://www.deiverbum2005.org./Articels/ettls.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

FABRIS, Rinaldo (Org.). **La bibbia nell'epoca moderna e contemporanea**. Bologna: Dehoniane, 1992.

FIGUEIREDO, Fernando Antônio. **Curso de Teologia Patrística I**. A vida da Igreja Primitiva (séculos I e II). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **Curso de Teologia Patrística II**. A vida da Igreja Primitiva (século III). Petrópolis: Vozes, 1986.

FOWLER, James. **Estágios da fé**. A psicologia do desenvolvimento humano e a busca de sentido. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Código de Direito Canônico**. Promulgado por João Paulo II, Papa. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. Papa (1963-1978: Paulo VI). Carta encíclica **Evangelii Nuntiandi**: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. Disponível em: <[www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/apost\\_exhortations/documents/hf\\_pvi\\_exh\\_19751208\\_evangelii-nuntiandi\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_pvi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html)>. Acesso em: 17 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. Papa (1963-1978: Paulo VI). Carta encíclica **Populorum Progressio**: sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/paul\\_vi/encyclicals/documents/hf\\_pvi\\_enc\\_26031967\\_populorum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum_po.html)>. Acesso em: 09 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Papa (1978-2005: João Paulo II). Carta encíclica **Fides et Ratio**: sobre as relações entre fé e razão. Disponível em:

<[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_15101998\\_fides-et-ratio\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_15101998_fides-et-ratio_po.html)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Papa (1978-2005: João Paulo II). Exortação Apostólica Pós-Sinodal **Christifidelis laici**: sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_30121988\\_christifideles-laici\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_po.html)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Papa (1978-2005: João Paulo II). Exortação Apostólica Pós-Sinodal **Ecclesia In America**. Sobre o encontro com Jesus Cristo vivo caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_22011999\\_ecclesia-in-america\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Papa (2005-2013: Bento XVI). Carta encíclica **Deus Caritas est**: sobre o amor cristão. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20051225\\_deus-caritas-est\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Papa (2005-2013: Bento XVI). Exortação Apostólica Pós-Sinodal **Verbum Domini**. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Documentos Pontifícios; 194).

\_\_\_\_\_. Papa (2013- : Francisco). Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium\\_po.html#II](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.html#II)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Sínodo dos Bispos. **A justiça no mundo**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_19711130\\_giustizia\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html)>. Acesso em: 21 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Sínodo dos Bispos. **MENSAGEM AO POVO DE DEUS XII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS**, 2008. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20081024\\_message-synod\\_it.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20081024_message-synod_it.html)>. Acesso em 05 out. 2012.

II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 1968. **Conclusões de Medellín**. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1975.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 1979. **Puebla**: A evangelização no presente e no futuro da América Latina. Petrópolis: Vozes, 1979.

IV CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 1992. **Santo Domingo**: Nova Evangelização promoção humana cultura cristã. Petrópolis: Vozes, 1992.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso na abertura solene do Concílio Vaticano II**. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 4 ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 21-32.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. **Pastoral Escolar conquista de uma identidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_; LEAL, Valéria Andrade Leal. **O texto bíblico e a Igreja Católica Romana: aproximações pastorais**. Disponível em: Teocomunicação, Porto Alegre, vol. 43, n. 1, pp. 73-92, jan./jun. 2013.

KONINGS, Johan. **XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Palavra de Deus**. In. Perspectiva teológica. Belo Horizonte, vol. 41, n. 114, pp. 165-190, 2009.

LIBÂNIO, João Batista. **Concílio Vaticano II**. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo, Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação**. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquém, 2003. (Coleção livros básicos de teologia; 1).

\_\_\_\_\_. **Jovens em tempo de pós-modernidade**. Considerações socioculturais e pastorais. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Juventude, seu tempo é agora**. São Paulo: Ave Maria, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai a juventude?** Reflexões pastorais. São Paulo: Paulus, 2011.

MAGRASSI, Mariano. **Viver a Palavra**. São Paulo: Paulinas, 1983.

MANNUCCI, Valério. **Bíblia Palavra de Deus**. Curso de introdução à Sagrada Escritura. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINI, Carlo M. **A Sagrada Escritura, alimento e norma da pregação e da religião**. In: LYONNET, Stanislas, et al. **A Bíblia na Igreja depois da 'Dei Verbum'**. São Paulo: Paulinas, 1971. pp. 169-185.

\_\_\_\_\_; SPORSCHILL, Georg. **Diálogos noturnos em Jerusalém**. Sobre o risco da fé. (Tradução PUC-Rio). São Paulo: Paulus, 2008.

MESTERS, Carlos. **Bíblia na Nova Evangelização**. Eis que faço novas todas as coisas. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: CRB, 1990.

\_\_\_\_\_. **Flor sem defesa**. Uma explicação da Bíblia a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Por trás das palavras**. Um estudo sobre a porta de entrada no mundo da Bíblia. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCONI, Luís. **Para uma leitura fiel da Bíblia**. São Paulo: Loyola, 1996.

NORELLI, Enrico (Org.). **La Bibbia nell'antichità Cristiana**. Da Gesù a Origene. Bologna: Dehoniane, 1993.

**PALAVRA**. In.: MACKENZIE, John L.. **Dicionário Bíblico**. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 682-685.

PAULO VI, Papa. **Discurso de encerramento do Concílio Vaticano II**. In: COSTA, Lourenço (Coord. Geral). **Documentos do Concílio Ecumêneo Vaticano II**. 4 ed. São Paulo: Paulus, 2007. pp. 663-673.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. São Paulo: M. Fontes, 1990.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. In. Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação. São Paulo: Paulus, 2005. p. 167-276.

RATZINGER, Joseph. **The Dogmatic Constitution on Divine Revelation**. A Commentary. In. *Bulletin Dei Verbum*, 74/75 (2005). Disponível em: <<http://www.deiverbum2005.org./Articels/ratzinger.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

SCHLAEPFER, Carlos Frederico; OROFINO, Francisco Rodrigues; MAZZAROLO, Isidoro. **A Bíblia**. Introdução historiográfica e literária. Petrópolis: Vozes, 2004.

STEIN, Gesuína Burin. **A educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana**. Brasília: Universa, 2001.

TERRIN, Aldo Natele. **Introdução ao estudo comparado das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, 2007. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulinas; Paulus, Brasília: CNBB, 2008, 5 ed.

VV.AA. **Lectio Divina ontem e hoje**. 3 ed. aumentada. Juiz de Fora: Subiaco, 2005.

ZEVINI, Giorgio. **A leitura orante da Bíblia**. São Paulo: Salesiana, 2006.

## APÊNDICE I – AUTORIZAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_ ,  
abaixo assinada, responsável pelo SAGRADO – Rede de Educação, autorizo a realização do estudo **“PASTORAL ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO - O LUGAR DA PALAVRA DE DEUS”**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informada pelos responsáveis do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Declaro ainda ter lido e concordar com o parecer ético, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades, como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso, no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do responsável institucional

### LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Valéria Andrade Leal - CPF. 032.903.209-79

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira – CPF. 732.450.467-15

## APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, idade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado “PASTORAL ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO - O LUGAR DA PALAVRA DE DEUS”, cujos objetivos são: averiguar a relevância da Palavra de Deus, nas ações da pastoral escolar no Ensino Médio, a partir da Sagrada Escritura; investigar a compreensão dos agentes de pastoral sobre Sagrada Escritura e Palavra de Deus; analisar as estratégias e recursos utilizados na aplicação de perícopes bíblicas; compreender a percepção dos agentes de pastoral, acerca da resposta dos estudantes às propostas pastorais, a partir da Sagrada Escritura; e propor possibilidades para a animação bíblica da pastoral escolar.

Minha participação no referido estudo será no sentido de relatar, por meio de entrevistas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, e relatórios de experiência de minha atuação na pastoral escolar do SAGRADO – Rede de Educação, com estudantes do Ensino Médio. Estou ciente e fui informado de que o estudo poderá contribuir com minha atuação pastoral, no sentido de ressignificar a Palavra de Deus em minha vida e no meu campo de trabalho; bem como o surgimento de propostas de ação e metodologias, para atuação com adolescentes e jovens.

Foi-me esclarecido de que, sendo o pesquisador sujeito de representação e significações próprias, acerca da Palavra de Deus, podem ocorrer redundâncias ou erros de interpretação dos dados. Por isso, ser-me-á permitido acesso aos dados coletados e possíveis correções ou explicações mais detalhadas.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar-me, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: a entrevista narrativa gravada e ou escrita seguida de um roteiro de perguntas abertas. Os registros estarão sob a responsabilidade do pesquisador, em local protegido, não sendo, em hipótese alguma, repassadas a terceiros e, ao término das análises, os registros orais serão cancelados.

O SAGRADO – Rede de Educação, bem como seus responsáveis, estão cientes e consentiram em minha participação; logo, fui informado de que não serei, de forma alguma, prejudicado em meu trabalho.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é **Valéria Andrade Leal**, aluna do Mestrado em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e

com ela poderei manter contato pelos telefones (42) 32274433, (42) 99322900 ou por *e-mail*: vandradeleal@yahoo.com.br.

É garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido, a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há valor econômico a receber ou a pagar, por minha participação.

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na seguinte forma: *mediante depósito em conta corrente*. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

No caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um *e-mail* para nep@pucpr.br

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

*Nome e assinatura do sujeito da pesquisa*

*Pesquisadores responsáveis:*

---

Valéria Andrade Leal – CPF. 032.903.209-79

---

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira – CPF. 732.450.467-15



### APÊNDICE III - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AGENTES DE PASTORAL ESCOLAR

Código: \_\_\_\_\_

Unidade Educacional: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Fem. ( ) Masc.

Tempo de atuação na pastoral escolar: \_\_\_\_\_

Atividade pastoral na comunidade eclesial: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. O que a Sagrada Escritura significa para você?
2. Qual a relação entre: Palavra de Deus e Bíblia? Palavra de Deus e Jesus Cristo? Palavra de Deus e Igreja?
3. Na sua caminhada cristã, qual o lugar da Sagrada Escritura?
4. Quais passagens bíblicas você considera mais difíceis de compreender?
5. A Sagrada Escritura contribui de que forma em sua atuação como agente de pastoral?
6. De que forma você trabalha com a Palavra de Deus na pastoral escolar?
7. Todas as atividades pastorais realizadas contemplam a Palavra de Deus? De que maneira?
8. Em sua experiência pastoral, quais perícopes bíblicas despertam mais interesse nos jovens?
9. Quais textos você considera difíceis de explicar aos jovens? Por quê?

Complementos do entrevistado: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

